

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Educação

Gustavo Bruno de Paula

A INFLUÊNCIA DO TERRITÓRIO SOBRE
AS ESCOLHAS ESCOLARES DAS FAMÍLIAS –
UM ESTUDO EM UMA REGIÃO
DA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Educação

Gustavo Bruno de Paula

A INFLUÊNCIA DO TERRITÓRIO SOBRE
AS ESCOLHAS ESCOLARES DAS FAMÍLIAS –
UM ESTUDO EM UMA REGIÃO
DA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Sociologia da Educação.

Orientador: Profa. Dra. Maria Alice Nogueira.

Belo Horizonte

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Educação

Dissertação intitulada: “A influência do território sobre as escolhas escolares das famílias - um estudo em uma região da periferia de Belo Horizonte” de autoria do mestrando Gustavo Bruno de Paula, analisada pela banca examinadora, constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Maria Alice Nogueira – FaE/UFMG – Orientadora

Profa. Dra. Mariane Campelo Koslinski – UFRJ

Profa. Dra. Maria Teresa G. Alves – FaE/UFMG

Profa. Dra. Wania Guimarães Lacerda – UFV (suplente)

Profa. Dra. Maria José Braga – FaE/UFMG (suplente)

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os pais participantes da pesquisa, que concederam parte do seu tempo e me receberam em suas casas para conversar um pouco sobre escola e suas vidas na região; como também aos educadores que reservaram seu precioso tempo para compartilharem comigo suas experiências no Barreiro. Todos esses diálogos agora fazem parte não só do conteúdo dessa pesquisa, como também de minha experiência enquanto pesquisador.

Aos amigos da pós-graduação Catarina, Sarah, Thiago e Ariadia, por toda ajuda, apoio e diálogo concedido durante o mestrado. Agradeço à Bréscia e à Érika, que tive a felicidade de conhecer durante meu período de intercâmbio na Argentina. Agradeço também a meu colega Igor, que me acompanhou nas andanças pelas ruas do Barreiro e nas discussões sobre o trabalho de pesquisa; como também pelos seríssimos debates sobre videogames.

A todos meus grandes amigos, Marcelo, Sarah, Henrique, Lukas, Rafael, Allan, Elisa e todos os outros. Obrigado pelas muitas conversas e risadas.

Aos educadores e profissionais da Faculdade de Educação por todo seu trabalho e pela disposição em sanarem quaisquer dúvidas e problemas ocorridos durante o mestrado. Ao CNPq e à CAPES, cujos auxílios proporcionaram me dedicar integralmente à pesquisa.

À minha orientadora Maria Alice, por toda sua atenção e dedicação oferecidos durante o trabalho de orientação. Sinto-me muito afortunado de ter sido seu orientando e de ter aprendido tanto com ela desde que cheguei à FaE.

Aos meus pais, Sônia e Vicente. Cada um, à sua maneira, foi condição fundamental para tudo que alcancei desde que decidi me tornar sociólogo. Agradeço também ao meu irmão e amigo, Lucas, que a cada ano me torno mais próximo.

À minha amiga e namorada, Mônica, que me acompanhou durante todo esse percurso, que seria imensamente mais árduo sem seu apoio, carinho e compreensão.

RESUMO

O problema de pesquisa desta dissertação se inscreve numa confluência das problemáticas clássicas da sociologia da educação e da sociologia urbana. Objetivando compreender se e de que maneira as desigualdades socioespaciais influenciam ou reforçam as desigualdades escolares, analisou-se o modo como determinadas características sociais e urbanas de um território configuraram as estratégias e as escolhas escolares das famílias. Para tanto, foram delimitadas como espaço geográfico de observação duas sub-regiões da região do Barreiro, localizada na cidade de Belo Horizonte e que apresentam contrastes socioeconômicos e urbanos. Foram comparadas as estratégias e escolhas escolares efetuadas pelas famílias que vivem nessas duas áreas, procurando identificar de que maneira as características sociais do entorno constriam ou favoreciam suas aspirações escolares. Os fatores territoriais considerados foram: as condições sociais e urbanas do território, especialmente as relativas à escolarização; as divisões simbólicas do espaço físico, como o estigma ou o prestígio dos bairros; e os processos de socialização coletiva, como a relação estabelecida pelas famílias com sua vizinhança. Para descrição e análise do território, foi realizada pesquisa de dados secundários em fontes diversas, como IBGE, INEP e Fundação João Pinheiro/FJP, bem como pesquisa documental em documentos oficiais que tratam da história da região. Os dados empíricos primários foram coletados por meio de entrevistas com 17 pais e/ou mães, com o auxílio de um roteiro semiestruturado que abordou questões relativas às condições de existência da família; sua relação com o território; e suas estratégias e escolhas escolares. Como complemento de dados sobre a oferta educacional do território, foram entrevistados quatro agentes educacionais (duas diretoras, um vice-diretor e uma supervisora) de diferentes estabelecimentos de ensino das duas sub-regiões. Os resultados indicam que o principal impacto do território é derivado das características quantitativas e qualitativas da oferta escolar (número e qualidade/reputação dos estabelecimentos de ensino existentes), embora se tenha constatado que a diferenciação social do território também influencia as escolhas parentais, principalmente no caso das famílias que vivem na área menos favorecida. A importância dos aspectos ligados à socialização coletiva e aos contatos sociais mostrou-se bem menor, pois depende da posição social das famílias.

Palavras-chave: desigualdades socioespaciais; desigualdades escolares; escolha do estabelecimento de ensino.

ABSTRACT

The research question of this dissertation is in the confluence of classical problems of sociology of education and urban sociology. Aiming to understand if and how socio-spatial inequalities influence or reinforce schooling inequalities, we analyzed the way certain social and urban characteristics of a territory configure the strategies and families' school choices. In order to do so, we delimited as a geographical observation space two sub-regions in the Barreiro area, in the city of Belo Horizonte, that present socioeconomic and urban contrasts. We compared the strategies used and school choices made by families that lived in these two areas, aiming to identify how the socio-economic characteristics of the environment restrained or favored their schooling aspirations. The territorial factors considered were: social and urban conditions of the territory, especially those related to schooling; the symbolic divisions of the physical space, such as the stigma or prestige of the neighborhoods; and the process of collective socialization, for instance the relation established by families with their vicinity. To describe and analyze the territory, we did a research on secondary data in several sources, such as IBGE, INEP, and Fundação João Pinheiro/FJP, as well as documental research in official documents on the history of the region. Primary empirical data was collected through interviews with 17 mothers and/or fathers, using a semi-structured list of questions that approached issues related to the families' life conditions; their relation with the territory; and their strategies and school choices. In order to complement the data on schooling offer in the area, we interviewed four education professionals (two principals, one vice-principal, and an educational supervisor) of different schools in the two sub-regions. The results indicate that the main impact of the territory comes from the quantitative and qualitative characteristics of school offer (number and quality/reputation of the existing schools), although it has been observed that the social differences of the territory also influences parental choices, mainly families that lived in underprivileged areas. The importance of aspects connected to collective socialization and social contacts were reduced, as they depend on families' social positions.

Keywords: socio-spatial inequalities; schooling inequalities; school choice.

RELAÇÃO DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figuras:

Figura 1 – Unidades administrativas de Belo Horizonte.....	30
Figura 2 – Áreas de ponderação do Barreiro.....	31
Figura 3 – Distribuição do índice de bem-estar urbano em Belo Horizonte.....	40
Figura 4 – Concentração de pobreza em Belo Horizonte.....	43
Figura 5 – Concentração de riqueza em Belo Horizonte.....	43
Figura 6 – Rendimento médio dos setores censitários da regional Barreiro em salários mínimos.....	44
Figura 7 – Proporção de pessoas (acima de 10 anos) sem instrução ou fundamental incompleto.....	48
Figura 8 – Proporção de pessoas (acima de 10 anos) com superior completo.....	48
Figura 9 – Proporção de pessoas (acima de 10 anos) matriculadas na rede pública.....	48
Figura 10 – Proporção de pessoas (acima de 10 anos) matriculadas na rede privada.....	48
Figura 11 – Fluxo de matrículas da oferta escolar do Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima.....	64

Quadros:

Quadro 1 – Complexidade escolar das escolas do Barreiro de Baixo.....	51
Quadro 2 – Complexidade escolar das escolas do Barreiro de Cima.....	51
Quadro 3 – Escolas privadas do Barreiro de Baixo.....	56
Quadro 4 – Escolas privadas do Barreiro de Cima.....	56
Quadro 5 – Escolas públicas do Barreiro de Baixo.....	60
Quadro 6 – Escolas públicas do Barreiro de Cima.....	60
Quadro 7 – Famílias da região “central” do Barreiro de Baixo.....	70
Quadro 8 – Famílias da “região pericentral” do Barreiro de Baixo.....	74
Quadro 9A – Famílias do Barreiro de Cima.....	81
Quadro 9B – Famílias do Barreiro de Cima.....	85

Tabelas:

Tabela 1 – Valores das dimensões do IBEU das áreas de ponderação do Barreiro.....	41
Tabela 2 – Distribuição espacial das ocupações no Barreiro.....	46
Tabela 3 – Características da oferta educacional do Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 – ESPAÇO URBANO E ESPAÇO ESCOLAR.....	12
1.1 – Uma confluência da sociologia urbana com a sociologia da educação	12
1.2 – A vizinhança e seus efeitos	14
1.3 – Espaço urbano e desigualdades escolares	17
1.4 – As desigualdades socioespaciais e escolares no Brasil.....	20
1.5 – A problemática do mercado escolar.....	24
2 – CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
2.1 – As dimensões da desigualdade escolar no espaço urbano	27
2.2 – O território pesquisado.....	29
2.3 – Os instrumentos utilizados e os sujeitos participantes	32
3 – A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL DO BARREIRO	35
3.1 – Contexto histórico e social da região do Barreiro.....	35
3.2 – Desigualdade espacial das condições urbanas	38
3.3 – Desigualdade de renda e diferenciação social do Barreiro	42
3.4 – Distribuição espacial dos recursos educacionais	47
4 – ESTRUTURA E DESIGUALDADES DO MERCADO ESCOLAR DO BARREIRO	55
4.1 – As escolas privadas	55
4.2 – As escolas públicas	59
4.3 – Segmentação socioespacial e escolar.....	63
5 – TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS ESCOLARES	68
5.1 – Barreiro de Baixo.....	69
5.1.1 – Centro tradicional: classe média e preferência pela educação privada	69
5.1.2 – Área pericentral: classe trabalhadora e a distância entre o desejado e o possível.....	74
5.2 – Barreiro de Cima.....	80
5.2.1 – Mobilização e evitamento da oferta educativa local	81
5.2.2 – Semiperiferia e resignação ao destino escolar.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	99

INTRODUÇÃO

A segregação residencial é um dos mais fortes mecanismos de reprodução da desigualdade social nas grandes metrópoles. Principalmente nas grandes cidades, os custos de moradia estão muito associados ao critério de localização, pois esta envolve acesso a serviços públicos de qualidade e a uma rede de relações sociais que podem, por sua vez, estarem atrelados a oportunidades escolares e de emprego (Orfield & Gándara, 2009). Em relação a esse último ponto, sendo a escolarização uma das formas centrais de reprodução da desigualdade social (Bourdieu, 1998), tem-se que nas grandes cidades o local de moradia pode funcionar como um importante mediador do processo de desigualdade escolar.

É nesse sentido que se observa atualmente, no campo da sociologia da educação, a emergência de uma nova problemática de pesquisa fortemente baseada na relação entre as questões urbanas e as questões escolares, em que se tem procurado investigar se e de que maneira a organização social do espaço pode ser tomada como um recurso, tal como os recursos econômicos, culturais e sociais das famílias, contribuindo assim para a reprodução dos processos de desigualdade escolar.

Van Zanten (2005b), ao discorrer sobre os novos modos de reprodução das desigualdades escolares atualmente em pauta nas pesquisas em sociologia da educação, cita, entre eles, justamente os processos de segregação em nível local, considerando-os como uma nova dimensão que poderia promover ou restringir as oportunidades escolares disponíveis às famílias. Entre os possíveis efeitos – sobre a distribuição dos bens escolares – derivados do meio local, ela observa que o ambiente social em que vivem as famílias poderia se converter em uma forma coletiva de capital social, com as características sociais do entorno causando impacto inclusive sobre a socialização dos jovens.

Ben Ayed (2012) encara essa nova problemática como um dos eixos de renovação do campo da sociologia da educação. Em linha com esse argumento, Ribeiro e Koslinski (2010) a consideram como uma terceira tradição de estudos da área – tendo uma primeira tradição se dedicado a investigar os efeitos das desigualdades familiares sobre a escolarização, e a segunda o efeito dos programas, currículos e dinâmicas da escola sobre a aprendizagem dos estudantes (de modo geral denominada como estudos sobre o “efeito-escola”). Nesse sentido “(...) se antes os estudos desenvolvidos no campo da sociologia da educação tratavam somente do efeito da família e da escola,

agora a vizinhança ou o bairro passam a ser vistos como instâncias também capazes de gerar desigualdades escolares” (Ribeiro & Koslinski, p. 15, 2010).

De forma geral, essa nova abordagem sociológica da educação tem procurado investigar o papel e o impacto de determinadas características sociais do entorno sobre a vida escolar dos estudantes e, mais amplamente, os efeitos dos processos de segregação socioespacial na socialização dos jovens e na acentuação da desigualdade da distribuição espacial de equipamentos públicos, como a própria escola. Os possíveis efeitos do entorno poderiam ser observados tanto do ângulo dos alunos, sendo a vizinhança uma instância socializadora, como do ponto de vista das escolas, em relação à distribuição desigual das oportunidades de acesso a estabelecimentos escolares de maior ou menor qualidade e, portanto, ao conhecimento ou saberes escolares.

O presente trabalho se insere no interior dessa nova perspectiva, abordando a seguinte questão: se e em que condições o lugar de moradia torna-se vantagem ou desvantagem escolar? Ou, em outros termos, o lugar em que uma família reside pode oferecer obstáculos materiais e/ou simbólicos à escolarização dos filhos e, inversamente, quando pode resultar em benefícios ao mesmo? Trata-se, portanto, de compreender as especificidades das desigualdades escolares quando situadas no nível socioespacial.

Para tratar desse problema, tomei como unidade de análise duas sub-regiões situadas na Regional Barreiro de Belo Horizonte, denominadas Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima – áreas estas que apresentam diferenças relativas à composição socioeconômica de sua população, e aos indicadores urbanos relevantes para a análise das desigualdades escolares. O objetivo foi apreender se e como as características sociais do território em que vivem as famílias pesquisadas podem influenciar suas estratégias e escolhas escolares.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, além de sua introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo é dedicado à revisão da literatura concernente ao problema de pesquisa. Nele, abordo a imbricação das questões urbanas e escolares no campo da sociologia da educação; os conceitos e problemas formulados para tratar dessa relação; as pesquisas nacionais que se inseriram nessa nova problemática; e, por fim, a questão do mercado escolar na sociologia da educação, que se tornou relevante ao longo da investigação. No segundo capítulo, apresento os aspectos e dimensões considerados no problema de pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos adotados na investigação. No terceiro capítulo, abordo o

histórico de formação da região do Barreiro, situando-o no contexto mais amplo do desenvolvimento urbano de Belo Horizonte. Nele também exponho uma análise social de seu território, utilizando para tal diversos indicadores socioeconômicos referentes às características socioculturais da população das duas áreas, considerando também a distribuição das condições urbanas e educacionais do território. Finalmente, os dois últimos capítulos são dedicados aos principais resultados da pesquisa. O quarto capítulo é voltado à descrição e análise do mercado escolar das áreas do Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima, observando-se sua relação com a desigualdade socioespacial entre as duas áreas. No quinto e último capítulo, por sua vez, exponho a análise das entrevistas com as famílias pesquisadas, em que procuro compreender se e de que maneira a desigualdade socioeconômica, urbana e escolar constatada entre as duas sub-regiões configura as decisões e estratégias escolares dos pais entrevistados.

1 – ESPAÇO URBANO E ESPAÇO ESCOLAR

1.1 – Uma confluência da sociologia urbana com a sociologia da educação

O interesse pela cidade e as consequências sociais dos processos de urbanização sobre os indivíduos e os grupos sempre estiveram em pauta na sociologia. Como um dos fenômenos da modernidade, este tema foi, aliás, um dos principais focos dos sociólogos nos períodos iniciais da história desse campo do conhecimento. No âmbito da sociologia europeia, a cidade foi abordada de forma mais filosófica por Georg Simmel, em que o sociólogo alemão tratou dos efeitos do ritmo frenético da experiência urbana sobre os comportamentos dos indivíduos e suas interações sociais, os quais se caracterizariam por sua crescente individualização e indiferença diante dos contatos com outras pessoas, a fim de se suportar as pressões estressantes da vida nas metrópoles (Simmel, 2005). No entanto, foi nos Estados Unidos, durante a década de 1920, que a “Escola de Chicago”, inspirada no próprio trabalho do sociólogo alemão (Salata & Sant’Anna, 2010), realizou uma série de pesquisas de natureza etnográfica que abriram todo um campo – o da sociologia urbana – a partir do objetivo de investigar os efeitos da organização urbana sobre os comportamentos e atitudes dos grupos de moradores de bairros e regiões etnicamente segregadas nos Estados Unidos (Ribeiro & Koslinski, 2009; Koslinski & Alves, 2012).

Essa linha de estudos inaugurada pela Escola de Chicago tornou-se praticamente uma tradição de pesquisa nos Estados Unidos, inspirando investigações que trataram dos efeitos do isolamento social e da concentração da miséria sobre a qualidade de vida de famílias e indivíduos, tendo em vista problemas sociais como o desemprego e a violência (Sampson, Morenoff & Rowley, 2002).

Posteriormente, um trabalho de destaque foi realizado pelo sociólogo William Julius Wilson em seu trabalho *The Truly Disadvantaged*, no qual o autor estudou os efeitos potencializadores do isolamento social dos bairros negros dos Estados Unidos sobre a reprodução da pobreza entre esses grupos (Ribeiro & Koslinski, 2009). Essa obra, além de redobrar o fôlego das pesquisas sobre os efeitos específicos do território sobre os indivíduos, tornou-se ainda inspiradora de várias pesquisas posteriores que abordaram o impacto do contexto urbano na reprodução da desigualdade social, tanto nos Estados Unidos (Ainsworth, 2002), como no Brasil (Ribeiro *et al.*, 2010).

Entretanto, apenas recentemente se observa uma verdadeira articulação das questões da sociologia urbana com as problemáticas clássicas da sociologia da educação (Oberti, 2005). É principalmente a partir dos anos 90 que os estudos nesse campo começam a considerar o “território” ou a “vizinhança” como uma esfera capaz de influenciar, por si só, a distribuição das oportunidades educacionais (Koslinski & Alves, 2012; Ribeiro & Koslinski, 2009).

Segundo Koslinski e Alves (2012), uma das condições que permitiram a eclosão de estudos do efeito território sobre as desigualdades educacionais foi o aumento dos dados disponíveis sobre uma série de características da população e dos estabelecimentos de ensino das grandes cidades, a exemplo do Censo Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo Escolar¹ do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), como também dados sobre o desempenho dos alunos, medido por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)². Além do incremento no conjunto de dados disponíveis, outra condição apontada pelos autores é o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas estatísticas, permitindo que variáveis educacionais fossem melhor desagregadas de suas relações com as condições socioeconômicas das famílias, cujo enorme peso sobre os resultados escolares foi sobejamente constatado em décadas de pesquisa na sociologia da educação.

Mas transformações sociais também estão ligadas à emergência dessa problemática. Referindo-se ao contexto francês, Oberti (2005) argumenta que a democratização do acesso à educação e a expansão das classes médias teriam complexificado a geografia (urbana e social) escolar, tornando insuficientes as análises sociológicas que se baseavam somente nos recursos familiares envolvidos na produção das desigualdades escolares, revelando então novos mecanismos sociais por trás da reprodução dessas desigualdades.

¹ Coordenado pelo INEP, com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação, o Censo Escolar é um levantamento de dados estatísticos educacionais realizado anualmente em âmbito nacional, abrangendo todas as etapas da Educação Básica.

² O SAEB é um sistema de avaliações desenvolvido pelo INEP, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Uma de suas principais avaliações é a Prova Brasil, que envolve a aplicação de testes padronizados de forma censitária aos alunos dos anos finais da primeira e segunda fase do ensino fundamental das escolas públicas do país.

1.2 – A vizinhança e seus efeitos

Como afirmado acima, a particularidade dos efeitos da configuração do espaço físico onde os indivíduos vivem e interagem sempre esteve em pauta nas pesquisas sociológicas. Porém, a questão espacial foi apropriada de formas diferentes de acordo com os interesses do pesquisador, a partir de sua filiação teórica e do contexto nacional em que se enraízam suas pesquisas.

Um dos produtos conceituais elaborados pela sociologia urbana é a noção de efeito-território ou efeito-vizinhança (Koslinski & Alves, 2012), que se refere à tentativa de apreender os impactos provenientes do espaço físico sobre fenômenos sociais, como a criminalidade e a violência, o desemprego, as condutas dos indivíduos e também a escolarização. De modo geral, os estudos sobre esse efeito investigam “o impacto do lugar de residência e suas características sociais sobre as condições de vida e de mobilidade social dos habitantes” (Maloutas, 2011).

Ribeiro e Koslinski (2009) observam que a divisão social do espaço urbano distribui desigualmente os equipamentos públicos, resultando em diferenciações no próprio sistema público de ensino. A partir daí, outro conceito importante importado da sociologia urbana, passou a ser apropriado pela sociologia da educação brasileira: a noção de “geografia de oportunidades” (Koslinski & Alves, 2012) que tem por hipótese que a estrutura, distribuição e acesso desigual a oportunidades sociais – assim como a própria percepção destas oportunidades – variariam de acordo com as características socioeconômicas dos bairros. Tal conceito inspirou-se no trabalho de Galster & Killen (1995) que enxergam nele a possibilidade de uma nova abordagem para lidar com a desigualdade de oportunidades nas grandes metrópoles. Segundo esses dois autores, os projetos e políticas de equalização das oportunidades sociais costumam ignorar o componente geográfico, o que impede a concretização dessas metas. A distribuição espacial de instituições como a escola e a justiça, além das oportunidades do mercado de trabalho, não se dá de maneira igualitária no espaço metropolitano, o que consequentemente impacta as chances de acesso a oportunidades sociais de indivíduos e grupos que vivem nas periferias das grandes metrópoles. Junto a essa geografia objetiva de oportunidades, os autores concebem também a existência de uma “geografia subjetiva de oportunidades”, já que as próprias percepções, valores e aspirações dos indivíduos acerca dos equipamentos e recursos sociais disponíveis na metrópole variaria

espacialmente, dependendo principalmente das informações que circulam em suas redes de relações sociais estabelecidas na vizinhança.

Outra contribuição conceitual importante relativa aos efeitos derivados do espaço social deve-se a Pierre Bourdieu, que designa como “efeito de lugar” os efeitos (simbólicos e materiais) derivados do espaço em que as pessoas vivem. O efeito de lugar pode se referir a ganhos de prestígio ou ao acesso a bens desejados ou, inversamente, a estigmas inscritos no local de moradia, como ocorre nas periferias isoladas do centro e desprovidas da assistência estatal (Bourdieu, 2011). Nesse sentido, o espaço social é considerado pelo autor como uma dimensão em que o poder se afirma, mas de maneira sutil. Assim, diferente do conceito de efeito vizinhança ou de território, os quais se ligam ao estudo dos impactos que o entorno pode ter sobre o comportamento dos indivíduos, o conceito apresentado por Bourdieu enfatiza as características simbólicas do espaço social que podem se tornar recursos sociais valiosos para a ascensão ou reprodução da posição social dos indivíduos, ou inversamente, entraves para tal. Outra consideração importante do autor é de que a apropriação dos bens existentes em um determinado local depende da posse de capitais como o cultural e o econômico. Assim, pode-se falar que em determinadas circunstâncias, os sujeitos podem estar presentes em um lugar, sem que o habitem efetivamente, como é o caso observado no contexto da cidade do Rio de Janeiro, cujo padrão de segregação socioespacial se manifesta na convivência física próxima entre as classes populares e abastadas, mas cujas barreiras simbólicas impedem o contato efetivo entre ambas (Ribeiro & Koslinski, 2009).

Toda essa literatura chama, portanto, a atenção para o potencial que tem o local de moradia de influenciar as trajetórias de vida dos indivíduos. Mas de que forma exatamente o entorno impacta a vida das pessoas e produz desigualdades sociais?

Em um estudo cujo objetivo foi identificar quais características da vizinhança influenciariam o desempenho escolar e quais mecanismos mediarão essa relação, Ainsworth (2002, p. 118), remetendo-se à literatura dedicada ao efeito de território, levanta cinco possíveis mecanismos ligados ao entorno que impactariam nos modos de vida dos indivíduos: os processos de socialização coletiva, o controle social ou normas coletivas; o capital social; as oportunidades ocupacionais; e os recursos institucionais disponíveis próximos ao domicílio – mecanismos estes que foram abordados de formas variadas em diversas pesquisas que trataram das desigualdades socioespaciais e os efeitos de vizinhança.

O primeiro mecanismo refere-se às características sociais da vizinhança ou do entorno em que os indivíduos vivem (principalmente os mais jovens) que poderiam influenciá-los por meio das interações que eles estabelecem com os outros moradores. Nesse sentido, o fato de um bairro ser composto por adultos que, em sua maioria, possuem empregos estáveis ou tiveram trajetórias escolares longevas influenciaria os “modelos” a que os mais jovens estão expostos, surtindo efeitos em suas próprias perspectivas de vida.

Os jovens também poderiam ser influenciados pelo tempo de que dispõem os adultos do bairro para conviver com eles, monitorá-los e inculcar neles normas e valores sociais (Leventhal & Brooks-Gun, 2000). Assim, por exemplo, nos bairros socialmente mais vulneráveis, marcados por problemas sociais como desemprego e violência, crianças e adolescentes contariam com menos chance de passar o tempo em atividades construtivas ou educacionais com o acompanhamento de adultos, podendo envolver-se em atividades desviantes e ilícitas em seu tempo livre. Em sua pesquisa sobre a relação entre os modos de criação dos filhos e a classe social da família, Lareau (2007) oferece um bom exemplo disso, ao descrever como um jovem de uma família pobre passava boa parte de seu tempo livre circulando pela vizinhança onde residia, sem o conhecimento de seus pais ou acompanhamento de outros adultos responsáveis.

Outro mecanismo local que poderia influenciar os indivíduos e suas trajetórias de vida é a qualidade e quantidade das redes de relações sociais disponíveis na vizinhança. As relações, os contatos ou os vínculos sociais podem atuar como recursos valiosos em alguns bairros, ao oferecer canais de informação sobre oportunidades educacionais ou empregatícias a seus moradores. Além disso, a presença de moradores socioeconomicamente mais afluentes pode servir de modelo para parte da juventude de um determinado bairro. Este mecanismo foi justamente apontado por Wilson (1987) como uma das causas dos processos desestruturadores das periferias norte-americanas observados nos anos 80. Segundo esse autor, a crescente saída de moradores negros de classe média das periferias das grandes cidades dos Estados Unidos teria reforçado a reprodução da pobreza nesses locais, por meio do desaparecimento de “modelos sociais” convencionais para a juventude desses bairros, cada vez mais isolada em um contexto que concentrava papéis desviantes ou deslocados das principais instituições do país, como escola, justiça e mercado de trabalho.

Relacionado a esse mecanismo, outro ponto levantado pela literatura e abordado por Ainsworth considera que a presença ou ausência de oportunidades ocupacionais

oferecidas na vizinhança também pode ser um mecanismo importante dos efeitos derivados do território, ao impactar a percepção dos mais jovens a respeito das oportunidades ocupacionais disponíveis no entorno em que vivem.

Por fim, um último mecanismo, associado ao anterior, refere-se à quantidade e qualidade dos equipamentos disponíveis na vizinhança, como escolas, hospitais, bibliotecas e outros recursos institucionais (Leventhal & Brooks-Gun, 2000). Regiões caracterizadas pela alta vulnerabilidade social podem enfrentar dificuldades em atrair profissionais qualificados para suas escolas ou se caracterizar pela ausência de serviços públicos para seus moradores. Um exemplo desse mecanismo é oferecido por uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária/CENPEC (a ser abordada de modo mais aprofundado no próximo item) cujo objetivo foi o de verificar os efeitos negativos da desigualdade territorial na distribuição das oportunidades educacionais na metrópole. Nesse trabalho, observou-se que os estabelecimentos escolares situados em locais de maior vulnerabilidade social enfrentavam maiores dificuldades em atrair funcionários e professores mais qualificados, prejudicando a qualidade do ensino ofertado.

1.3 – Espaço urbano e desigualdades escolares

Como temática relativamente emergente de pesquisa, os estudos sobre os efeitos particulares do espaço físico sobre a desigualdade escolar ainda abordam a problemática com muitas incertezas que, por sua vez, se refletem nas reservas observadas nas conclusões da maioria dos trabalhos dedicados ao assunto, e mesmo nos conceitos utilizados para abordar o problema. Assim, persistem as dúvidas a respeito do peso dos efeitos derivados do território ou vizinhança em questões individuais, como as ações dos indivíduos, ou estruturais, como a violência e a própria questão da desigualdade escolar.

Oberti (2011), por exemplo, considera que a segregação escolar não é um mero reflexo da segregação urbana, mas que ela seria reforçada por desigualdades socioculturais familiares. Compartilhando da mesma opinião, Maloutas (2011) afirma que o problema das desigualdades educacionais não é fundamentalmente uma questão de periferias sociais, mas de desigualdades sistemáticas de classe que predeterminariam as trajetórias escolares.

De fato, algumas pesquisas de caráter estatístico que trataram da relação entre desigualdades urbanas e escolares, observam a maior significância das variáveis socioeconômicas das famílias sobre o desempenho escolar dos estudantes, em detrimento dos fatores ligados à localização (Garner & Raudenbush, 1991). Contudo, mesmo a partir desses resultados, os pesquisadores tendem a concluir que, apesar do peso relativamente mais baixo na explicação de determinados fenômenos, a vizinhança pode ser importante nas trajetórias escolares dos estudantes, principalmente em relação às oportunidades de acesso a estabelecimentos de ensino de mais elevada reputação e/ou qualidade (Orfield & Gándara, 2004).

Com efeito, uma das principais questões dos estudos sobre o efeito território diz respeito à possível associação entre os processos de segregação urbana e de segregação escolar, que se estende aos efeitos da segregação socioespacial na produção da desigualdade de acesso ao conhecimento (Ben Ayed, 2012), e à distribuição dos alunos entre os estabelecimentos escolares de acordo com sua origem social (Oberti, 2011).

Nesse sentido, algumas perguntas devem ser formuladas: de que modo o efeito território impacta a escolarização dos alunos? Através de quais mediações a vizinhança influencia o desempenho dos estudantes? Seu impacto é o mesmo para todas as classes sociais?

Sobre esse chão de incertezas, observa-se entre as pesquisas ou revisões de literatura sobre a temática do efeito vizinhança, que uma das principais questões a serem enfrentadas é a de identificar os mecanismos ou processos pelos quais o efeito território influenciaria as características escolares (Ainsworth, 2002; Koslinski & Alves, 2012; Maloutas, 2011), tendo em vista que, apesar do recente aumento do número de estudos, eles tem se concentrado em constatar correlações estatísticas entre variáveis espaciais e fatores como desempenho escolar; sendo incapazes, portanto, de apreender as mediações através das quais o entorno influenciaria os comportamentos individuais ou institucionais.

De forma mais ampla, os efeitos de território podem variar entre os países de acordo com seus graus de consolidação do Estado de bem-estar social que se reflete nos processos de segregação socioespacial e no maior ou menor grau de distribuição igualitária dos serviços públicos no espaço urbano (Orfield & Gándara, 2009; Maloutas, 2011). Nesse sentido, entre os países que se caracterizam por profundas desigualdades sociais, o efeito território seria empiricamente mais importante devido à expressão dessas desigualdades no espaço urbano.

Os possíveis efeitos do território podem se diferenciar ainda de acordo com os recursos culturais e econômicos das famílias, isto é, o impacto do território não repercutiria de maneira uniforme entre os diferentes grupos sociais (Ben Ayed & Broccolichi, 2009). Assim, por exemplo, em uma região ou bairro com qualidade de vida mais baixa, famílias mais pobres podem depender mais dos equipamentos públicos disponíveis no bairro e, dessa forma, estarem mais sujeitas ao círculo social desse espaço e à qualidade precária de suas instituições (Van Zanten, 2005). Já famílias com mais recursos econômicos podem custear transporte para que seus filhos frequentem escolas em regiões mais bem equipadas e com círculos sociais mais favorecidos do ponto de vista socioeconômico – reduzindo sua dependência dos equipamentos públicos próximos (Ellen & Turner, 1997). É provável, portanto, que as famílias mais desfavorecidas estejam mais sujeitas à influência do espaço onde vivem, por serem mais dependentes das oportunidades (ou falta de oportunidades) aí oferecidas, uma vez que a capacidade de se abstrair do contexto local depende fundamentalmente das características sociais das famílias (Oberti, 2011).

Uma questão que frequentemente desponta nos estudos da influência do espaço sobre a escolarização, é o das políticas de recrutamento dos alunos pelas escolas, por exemplo, políticas de setorização da matrícula versus políticas de livre escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias. Como essas diferentes políticas definem de que maneira são determinadas as matrículas dos alunos, a distribuição desigual da oferta escolar torna-se uma questão importante para grande parte desses estudos. Van Zanten observa que, em cidades ou países onde a escolha da escola pelas famílias é mais restrita devido a políticas regulatórias de setorização da matrícula (no Brasil, o “cadastramento escolar”), a localização torna-se uma questão importante nos processos de produção da desigualdade escolar mediados pelo espaço urbano (Van Zanten, 2005b). Com efeito, a política de zoneamento escolar se abate de maneira desigual segundo as condições de existência das famílias, estando as classes populares frequentemente mais restritas à oferta escolar local, enquanto as famílias mais favorecidas seriam menos dependentes do espaço em que vivem (Oberti, 2011). Sobre esse fato, Orfield & Gándara (2009) observam que, em situações onde prevalece um mercado imobiliário extremamente estratificado, a escolha da escola mais próxima para o filho(a) torna-se um forte mecanismo de perpetuação das desigualdades escolares, dada a tendência, nesses contextos, da distribuição dos equipamentos públicos depender da organização social do

território, tendo em vista que os custos de moradia costumam estar fortemente atrelados às oportunidades disponíveis no entorno.

Por outro lado, Oberti considera que esses mecanismos de desigualdade não se restringem às políticas de zoneamento escolar, ocorrendo também nas áreas onde prevalecem políticas de livre escolha como, por exemplo, na Inglaterra. Em razão do fato de que as famílias se encontram – segundo seus recursos econômicos, culturais e relacionais – em posições desiguais para se apropriarem das informações acerca das melhores escolas para os filhos (Orfield & Gandára, 2009), a política de livre escolha pode aumentar a distância entre as famílias favorecidas e as desfavorecidas, pois supõe que todos os pais estariam em condições análogas de escolher as melhores escolas. Analisando os processos de escolha do estabelecimento de ensino por famílias de diferentes meios sociais, Ball *et al.* (2006) demonstram que as escolhas parentais não são neutras e envolvem elementos como distinção, expectativas e valores sociais dos pais, que estão ligados, por sua vez, às suas condições de existência. Em uma pesquisa realizada na Inglaterra, país que ao longo da década de 80 flexibilizou o sistema de regulação da matrícula, fornecendo mais autonomia aos estabelecimentos e aos pais, os autores observaram como as vantagens sociais se manifestam nas escolhas parentais. Constataram, por exemplo, que os pais de classe média tendem a ser muito mais aptos a efetuar escolhas de escolas, devido a suas condições materiais e simbólicas mais favoráveis, que permitem se informar e avaliar de maneira mais aprofundada o sistema educacional. Por outro lado, as famílias da classe trabalhadora, por não se encontrarem igualmente capacitadas para discriminar e avaliar os estabelecimentos de ensino, tendem menos a escolher a escola de acordo com suas características pedagógicas e mais por suas características externas como, por exemplo, a proximidade com o domicílio.

Nesse sentido, tanto uma política como outra produziriam desigualdades escolares, porém específicas em razão dos mecanismos de seletividade escolar que preexistem a elas e que são, em boa parte, produzidos tanto por famílias escolarmente mais mobilizadas, quanto por escolas mais aptas a selecionar seu alunado. Desse modo, desigualdades socioculturais estariam subjacentes aos diferentes resultados de cada uma dessas políticas (Oberti, 2011).

1.4 – As desigualdades socioespaciais e escolares no Brasil

Voltando o olhar especialmente para o Brasil, nos últimos anos tem crescido o número de pesquisas destinadas a investigar os efeitos das desigualdades socioespaciais e suas relações com as desigualdades escolares. Destacam-se, nesse sentido, as pesquisas realizadas pelo Observatório das Metrópoles³ que tem, como uma de suas linhas de pesquisa, o estudo dos processos de segregação residencial e seus efeitos sobre a reprodução das desigualdades sociais. O Observatório das Metrópoles é responsável por organizar duas coletâneas de artigos dedicados à questão da segregação socioespacial como mecanismo de reforço das desigualdades escolares, intitulados *Desigualdades urbanas Desigualdades Escolares* e *A cidade contra a escola*. Cabe aqui destacar alguns dos trabalhos desenvolvidos, no âmbito desse grupo, que oferecem contribuições importantes para o problema de pesquisa desta dissertação.

Situando-se em uma perspectiva mais ampla sobre a relação entre desigualdade urbana e desigualdade escolar, Ribeiro & Koslinski (2009) analisaram o impacto do que denominaram como “efeito metrópole” sobre os resultados escolares nas grandes cidades brasileiras. Comparando a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁴ dos municípios integrados ou não-integrados em regiões metropolitanas, os autores constataram que as cidades metropolitanas se caracterizam por um desempenho inferior no IDEB, quando comparadas com os municípios que não estão integrados a grandes metrópoles. Os resultados escolares mais baixos das cidades metropolitanas são ainda acompanhados de outros indicadores negativos, tais como uma maior taxa de homicídios e uma menor cobertura de atendimento à pré-escola. Assim, apesar de concentrarem grande parte da riqueza dos estados, as metrópoles brasileiras se caracterizam por não serem capazes de oferecer um nível adequado de acesso às oportunidades escolares. Segundo os autores, parte da explicação se deve ao fato de que esses espaços urbanos manifestam, de maneira mais pronunciada, as mudanças sociais e econômicas que o país vivenciou nas últimas duas décadas. Recairia sobre as metrópoles as consequências de uma crise do padrão de sociabilidade brasileiro que se manifestaria na fragilização dos laços estabelecidos no mercado de trabalho (cada vez mais precarizado), bem como nas decisões políticas que não privilegiam investimentos

³ Situado e tendo iniciado suas atividades na capital do Rio de Janeiro, o Observatório das Metrópoles foi criado em 1996 e reúne instituições e pesquisadores das áreas universitária, governamental e não-governamental. O link para o site do grupo é: “<http://www.observatoriodasmetrolopes.net>”.

⁴ Criado em 2007, o IDEB tornou-se o principal indicador de qualidade do ensino de um estabelecimento de ensino. Apresentado em uma escala de 0 a 10, ele é obtido a partir da síntese da taxa de aprovação dos alunos e os resultados dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

educacionais, em favor de políticas que oferecem maior retorno eleitoral para os atores políticos.

Já o artigo de Alves *et al.* (2008, p. 91) procurou analisar a relação entre o padrão de segregação residencial da cidade do Rio de Janeiro e o risco de defasagem escolar de alunos da 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental. A partir de dados do Censo Demográfico de 2000, e utilizando modelos estatísticos que controlavam o peso das variáveis socioeconômicas das famílias, os autores constataram a existência de um efeito de lugar sobre os resultados escolares. O estudo verificou uma associação entre residir em favelas e maior risco de defasagem escolar, sendo que essa correlação era ainda maior quando a favela estava próxima de bairros nobres da cidade. A hipótese dos autores é a de que a segregação social e residencial mais marcada entre “favela e asfalto” nesses contextos explique tal resultado.

Particularmente interessante para o problema de pesquisa desta dissertação é a investigação de Zucarelli & Cid (2010) que analisou as escolhas escolares de famílias de uma comunidade carente do Rio de Janeiro. Entrevistando os pais e responsáveis, os autores procuraram apreender as razões que levaram alguns pais a optar por escolas locais, enquanto outros direcionaram seus filhos para uma escola pública mais distante da comunidade, localizada em um condomínio fechado de uma região nobre da capital. Segundo os autores, a explicação residiria na diversidade dos vínculos sociais que essas famílias estabelecem com a vizinhança. Enquanto os pais que optaram pelas escolas locais se caracterizam por uma relação mais próxima e mais forte com seus vizinhos, seguindo inclusive seus conselhos, os responsáveis que se mobilizaram para conseguir vaga na escola mais distante e localizada no condomínio, exibem laços mais frágeis com sua vizinhança, adotando assim uma estratégia que os autores denominam como “fuga de lugar” para garantir uma oportunidade escolar que consideram superior. No entanto, a rede de relações sociais constitui um recurso fundamental para a concretização dessa última estratégia, pois contatos com vizinhos que têm filhos na mesma escola ou com os próprios funcionários do estabelecimento facilitaram a obtenção de vagas.

Outro grupo de pesquisa que trata dessa problemática é o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC)⁵, que realizou em 2009 a pesquisa “Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole”,

⁵ O CENPEC foi fundado 1987 e é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, localizada em São Paulo, tendo realizado pesquisas na área da educação com o objetivo de elaborar e contribuir com projetos de políticas públicas. O link do site da organização é: “<http://www.cenpec.org.br/>”.

cujo objetivo era o de investigar o impacto do território na qualidade das escolas situadas na subprefeitura de São Miguel Paulista, na cidade de São Paulo. Os pesquisadores do CENPEC observaram que as escolas públicas localizadas em territórios de alta vulnerabilidade social tendiam a obter desempenho inferior (medido pelo IDEB) àquelas situadas em regiões menos vulneráveis, indicando que a vulnerabilidade social poderia de fato limitar as oportunidades educacionais oferecidas pelas escolas situadas nessas regiões (Ernica & Batista, 2011). Uma das descobertas que mais corroborou o peso do efeito território foi a constatação de que os resultados dos alunos na Prova Brasil variavam de acordo com a localização do estabelecimento que estudavam. Assim, os alunos que detinham maiores recursos culturais familiares obtinham, no entanto, menor desempenho quando estudavam em escolas cujo entorno era socialmente mais vulnerável, enquanto que, inversamente, alunos cujas famílias possuíam menos recursos culturais alcançavam desempenhos superiores nos estabelecimentos situados em áreas menos vulneráveis. Portanto, a organização social do território repercutia sobre os níveis de aprendizagem dos alunos.

A partir desses resultados, a pesquisa do CENPEC apontou cinco mecanismos que poderiam explicar os resultados inferiores das escolas em território de alta vulnerabilidade. Em primeiro lugar, esses estabelecimentos tendiam a ser os únicos equipamentos sociais da região, tornando-se isolados e destinatários de diversas demandas sociais dos moradores, prejudicando a realização de sua atividade-fim, ou seja, as tarefas pedagógicas. Em segundo lugar, a oferta da educação infantil no território mais vulnerável era bem menor, fazendo com que os alunos dessas áreas ingressassem no Ensino Fundamental bem menos familiarizados com a organização escolar. O terceiro mecanismo está associado a um efeito de pares negativo⁶, pois as salas de aula dos estabelecimentos das regiões de maior vulnerabilidade tendiam a ser compostas por um corpo discente mais homogêneo formado por alunos oriundos de famílias com menos recursos culturais. O quarto mecanismo, por sua vez, diz respeito ao fenômeno do quase-mercado escolar, pelo fato de que essas escolas encontram-se em situação de desvantagem na competição por funcionários mais qualificados e por um alunado com mais recursos culturais, em relação aos estabelecimentos localizados em território de menor vulnerabilidade. Finalmente, os pesquisadores observaram que as

⁶ O efeito de pares é definido pelos autores da pesquisa como “uma ação coerciva dos padrões socioculturais do grupo que reforça o distanciamento dos alunos em relação ao mundo da escola e aos aprendizados esperados (ERNICA & BATISTA, 2009, p. 6)”.

escolas situadas em território mais vulnerável enfrentavam sérias dificuldades para corresponder ao modelo escolar tradicional por possuírem várias características não compatíveis com ele, como problemas de indisciplina, alto índice de absenteísmo do corpo docente e uma série de outras dificuldades para estabelecer uma organização pedagógica mais estável e eficaz.

1.5 – A problemática do mercado escolar

Juntamente com a questão socioespacial das desigualdades escolares, passou-se também a conceber a relação entre os estabelecimentos de ensino e as famílias usuárias de maneira interdependente, isto é, a tratá-los não como unidades isoladas, mas sim como elementos que estão em conexão e que são afetados por essas conexões – uma constatação importante para os estudos sobre as desigualdades escolares em nível local. Essa nova perspectiva parece em parte ligada a uma transformação na realidade educacional de vários países, dentre eles o Brasil, cujo crescimento, diversificação e hierarquização das peças do sistema de ensino tornou-se muito mais complexa (Nogueira, 1998). Se, no passado, o sistema de ensino se caracterizava por uma maior homogeneidade do leque de instituições escolares à disposição dos estudantes, no presente ele se tornou muito mais heterogêneo, abrindo um rol bem mais diversificado de tipos de estabelecimentos de ensino à disposição das famílias e introduzindo lógicas de mercado na organização do sistema.

Em relação ao universo dos estabelecimentos escolares privados, pode-se dizer que estes sempre estiveram imersos em um mercado educacional, no qual competem de forma mais livre por um alunado a partir de propostas pedagógicas e custos diferenciados (Felipe, 2009). Mas, em relação ao sistema público de ensino, cuja oferta e programas pedagógicos são fortemente administrados e regulados pelo Estado, a ideia de um mercado educacional poderia parecer inadequada. Entretanto, nos últimos anos, vários países têm empreendido reformas e políticas educacionais que favorecem a formação de um ambiente de “mercado” entre as escolas públicas, a partir de princípios como prestação de contas (“accountability”), formulação de metas, avaliação e publicização dos resultados educacionais – iniciativas ligadas em grande medida a uma crise do modelo político-administrativo escolar associado ao Estado de bem-estar social e à introdução políticas educacionais de caráter neoliberal (Felipe, 2009). A diversificação da oferta escolar e a atuação destes princípios vieram assim estimular

uma situação de competição entre os estabelecimentos de ensino e as famílias deles usuárias.

Foi a partir dessa nova realidade que o conceito de “quase-mercado escolar” passou a ser utilizado para se referir ao fenômeno da competição, por parte dos usuários, por certas escolas públicas; e, por parte dos diferentes estabelecimentos de ensino, por um alunado mais adequado a seus objetivos pedagógicos e metas de rendimento. Nesse caso, o prefixo “quase” é utilizado para marcar a diferença com o mercado econômico convencional, já que é formado predominantemente por instituições públicas, cuja finalidade não é o lucro, e o que está em jogo nesse “quase-mercado” educacional não são recursos econômicos, mas sobretudo recursos simbólicos (Costa & Koslinski, 2011; 2012). Além disso, o sistema escolar público funciona a partir de prescrições normativas e pedagógicas mais rígidas e que controlam o fluxo da oferta escolar (como é o caso da política de setorização da matrícula) que impedem ou restringem a consolidação de uma situação de livre escolha do produto escolar a ser consumido.

Contudo, o grau de abertura ou fechamento desse mercado pode variar de um contexto a outro. Assim, em países como a Inglaterra prevalece uma situação de quase-mercado educacional muito mais aberta, engendrada pelas políticas de estímulo ao *school choice*, em que se fornece mais liberdade aos estabelecimentos de ensino (Ball, 2002; Felipe, 2009). O mesmo não pode ser afirmado de contextos como o brasileiro, cujas diretrizes pedagógicas e as normas escolares são mais rígidas e centralizadas, e onde em algumas regiões do país é adotada a política de setorização da matrícula, reduzindo a liberdade de escolha da escola por parte das famílias. Na situação brasileira, a literatura dedicada às pesquisas sobre o mercado escolar tem utilizado o termo “quase-mercado oculto” (Costa & Koslinski, 2011) para se referir à existência de estratégias veladas das famílias para conseguir vaga nas escolas públicas mais bem cotadas e pelos estabelecimentos para selecionar seu alunado, apesar das restrições legais a esse tipo de ação.

Próximo da ideia de quase-mercado, Yair (1996) utiliza a noção de “ecologia do mercado escolar”, ao observar que tanto as escolas como as famílias possuem bens a oferecer e, por essa razão, emerge uma competição pelos melhores benefícios escolares disponíveis. Em relação às famílias, a competição por certas escolas é engendrada pela escassez de boas escolas, enquanto por parte dos estabelecimentos, existe a competição por alunos que estejam mais ajustados ao currículo e às normas da instituição, sendo as medidas de seleção, expulsão ou evitamento de alunos direcionadas para a formação de

um corpo discente mais adequado aos objetivos do ensino. Desse modo, as transações entre alunos e escolas seriam conduzidas dentro de um mercado estruturado de oportunidades escolares que delimita as escolhas das famílias pelos estabelecimentos escolares. As escolas, portanto, não funcionam de maneira isolada, mas de acordo com sua posição no contexto do mercado escolar local em que atuam, onde as relações entre estabelecimentos são desiguais na medida em que determinadas escolas estão em desvantagem em relação a outras, dado sua estrutura ou capacidade de atrair e selecionar seu alunado, e concretizar seus objetivos pedagógicos (Yair, 1996).

Resultados semelhantes são apresentados pela pesquisa coordenada por Agnès Van Zanten e Bernard Delvaux que investigou os efeitos da interdependência competitiva sobre as atividades escolares no contexto europeu (Van Zanten, 2005; 2008). Nesse trabalho, Van Zanten observa que apesar da existência de lógicas de ação competitivas entre os estabelecimentos escolares depender dos modos de regulação institucionais de cada país (como uma maior ou menor autonomia fornecida pelas instâncias burocráticas do Estado às atividades escolares), esses efeitos dependem também de elementos que concernem ao contexto no qual o estabelecimento está situado, como a posição que a escola ocupa na hierarquia escolar local. Nesse sentido, escolas em posições elevadas no quadro hierárquico tendem a adotar estratégias mais comedidas com relação a alterações em sua organização ou modos de recrutamento escolar. De modo oposto, estabelecimentos em posições inferiores estão mais sujeitos a empreender modificações em sua estrutura interna, objetivando melhorar sua posição no quadro escolar local. Nesse sentido, mudanças em questões como modo de recrutamento do alunado, avaliação de desempenho, atividades extracurriculares, podem ser ou não incentivadas de acordo com a posição que a escola ocupa no quadro de interdependência escolar local.

Todas essas noções compartilham o fato de conceberem cada estabelecimento de ensino como uma unidade cujas atividades são influenciadas – ou até mesmo determinadas – pelo funcionamento dos outros estabelecimentos que compõem o quadro escolar local. Mas, além disso, elas também chamam a atenção para os novos processos de desigualdade escolar que acompanham essa nova realidade contemporânea.

2 – CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 – As dimensões da desigualdade escolar no espaço urbano

O objetivo central deste trabalho é o de verificar se a organização social do território pesquisado conforma e/ou influencia as estratégias educativas das famílias residentes e se ela desempenha algum papel facilitador ou dificultador do acesso a uma escolarização de qualidade. Assim, pretendeu-se compreender as maneiras com que as famílias se apropriam das oportunidades escolares disponíveis no contexto espacial em que vivem, considerando suas diferentes condições de existência.

Os principais mecanismos considerados como mediadores da influência da configuração do bairro sobre a escolarização foram: (i) os aspectos referentes à infraestrutura dos bairros, tais como a quantidade e a qualidade da oferta escolar disponível e o acesso a serviços públicos ou privados variados; (ii) os efeitos derivados da rede de relações sociais, compreendida a partir dos modos de interação dos pais com sua vizinhança; (iii) as categorias simbólicas inscritas no espaço que resultam em prestígio ou, ao contrário, em estigma associados ao lugar de moradia.

Um dos efeitos mais evidentes do fenômeno da segregação socioespacial no espaço urbano é a distribuição desigual dos serviços públicos e privados – tanto em relação à quantidade como à qualidade desses serviços. A distância física de oportunidades – como trabalho, educação, recursos de bem-estar (como saúde e lazer) – constitui uma das primeiras fronteiras inscritas no espaço físico que refletem a hierarquia social, contribuindo para a reprodução das desigualdades ao restringir o acesso dos indivíduos a serviços e recursos sociais.

Desse modo, a primeira dimensão considerada refere-se às características da infraestrutura dos bairros. Para tal, levou-se em conta o acesso a serviços públicos e privados, principalmente a oferta escolar disponível nos bairros, observando os aspectos referentes à quantidade e à qualidade desta oferta. O aspecto quantitativo da oferta escolar disponível nos bairros foi levantado principalmente por meio dos dados disponíveis na Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. A qualidade dos estabelecimentos escolares, por sua vez, foi inferida a partir dos resultados do IDEB alcançado pelas escolas do território, mas observando-se também os dados referentes ao equipamento escolar disponibilizados pelo Censo Escolar do INEP/MEC. Finalmente, considere também uma dimensão mais subjetiva da qualidade a partir da reputação

local de que gozam os estabelecimentos de ensino, a qual foi apreendida por meio das entrevistas com as famílias usuárias. Isto porque o prestígio de uma escola, aos olhos da população, apesar de sua maior imprecisão e fluidez, também pode funcionar como indicador da qualidade do estabelecimento, por atrair educadores mais qualificados e famílias mais bem providas em recursos econômicos e culturais (Costa, 2008).

A rede de relações sociais representa uma outra dimensão que tem potencialidade de influenciar as escolhas e estratégias parentais. Esse mecanismo foi abordado por diversos trabalhos sobre o efeito-território, principalmente aqueles voltados para territórios marcados pela segregação espacial e pela vulnerabilidade social, como o reconhecido trabalho de Wilson (1987) sobre os efeitos de isolamento e concentração da pobreza nas periferias das grandes cidades dos Estados Unidos. Ao tratar dessa dimensão, o objetivo foi o de investigar se o modo como os pais interagem com a vizinhança influenciam suas escolhas escolares, procurando identificar se as diferenças socioeconômicas entre as duas áreas pesquisadas refletiriam no modo de relação das famílias com o entorno.

Finalmente, a terceira dimensão analisada refere-se aos efeitos de prestígio e estigma que se inscrevem no território. O espaço físico não é estruturado somente de forma objetiva pelas demarcações administrativas do Estado, pela proximidade de serviços e equipamentos como hospitais e escolas e pela segregação física dos grupos sociais indesejáveis, mas é também recortado por fronteiras simbólicas que são convertidas em prestígio ou estigma que marcam os moradores de determinadas regiões das cidades. É dessa forma que qualificativos pejorativos como o “favelado” são produzidos e estigmatizam os moradores de uma comunidade desfavorecida, enquanto, inversamente, os bairros mais “nobres” prestigiam seus habitantes. É, enfim, a partir desses esquemas simbólicos que se dividem os “bons” e “maus” lugares para se morar como corriqueiramente as pessoas se referem às variadas localizações das grandes cidades.

As grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico (por exemplo, capital/província) tendem a se reproduzir nos espíritos e na linguagem sob a forma de oposições constitutivas de um princípio de visão e de divisão, isto é, enquanto categorias de percepção e de apreciação ou de estruturas mentais (parisiense/provinciano, chique/não chique, etc.). (Bourdieu, 2003, p. 162).

Portanto, um aspecto importante da desigualdade socioespacial consiste nas classificações simbólicas que valorizam diferentemente as regiões das cidades e que

podem resultar em ganhos simbólicos de distinção (Bourdieu, 2003) de acordo com a localização no espaço. Nesse sentido, perguntei se a configuração social do território pesquisado se caracterizaria por demarcações simbólicas que resultam em prestígio ou estigma aos moradores dos diferentes bairros pesquisados, procurando observar se e como essas divisões simbólicas influenciam as escolhas parentais.

2.2 – O território pesquisado

Tendo por objetivo comparar as estratégias e escolhas parentais em diferentes contextos socioespaciais, a escolha do território foi definida observando-se os seguintes critérios: (i) tratar-se de região caracterizada por relativa diversidade social, definida a partir do rendimento dos habitantes; (ii) tratar-se de uma região com oferta escolar densa no nível do Ensino Básico, o que, em combinação com as características socioeconômicas dos bairros, proporcionaria um terreno fértil para se investigar as possíveis influências das condições sociais do entorno sobre as escolhas escolares das famílias, de acordo com sua posição no espaço urbano e suas condições de existência.

Na etapa de formulação do projeto de pesquisa, foram feitas sondagens iniciais a partir de informações e indicadores do IBGE e do INEP/MEC sobre regiões e bairros da capital mineira; e, a região do Barreiro pareceu atender os principais critérios acima definidos para a escolha do território. Sendo uma área socialmente diversificada apesar da proeminência de seu caráter popular fortemente vinculado à imagem do operariado de Belo Horizonte, a região do Barreiro também conta com uma oferta escolar suficientemente diversificada e elevada, despontando como um espaço promissor para a condução da pesquisa. Escolhida a região, o passo seguinte foi delimitar uma área do território possível de ser pesquisada dentro dos limites temporais de uma dissertação de mestrado.

Forneço a seguir informações a respeito das divisões políticas e/ou administrativas de Belo Horizonte e dos bairros que compõem a regional Barreiro, que orientaram a delimitação do território pesquisado. O território político de Belo Horizonte está dividido em 9 administrações regionais que, dentre algumas de suas funções, está a de articular os planos diretivos da prefeitura. Essas delimitações territoriais, também denominadas como “Regionais”, foram elaboradas considerando-se critérios geográficos e históricos que atuaram sobre a formação dos bairros que as compõem. A figura abaixo apresenta a localização e os nomes de cada uma delas.

Figura 1 – Unidades administrativas de Belo Horizonte



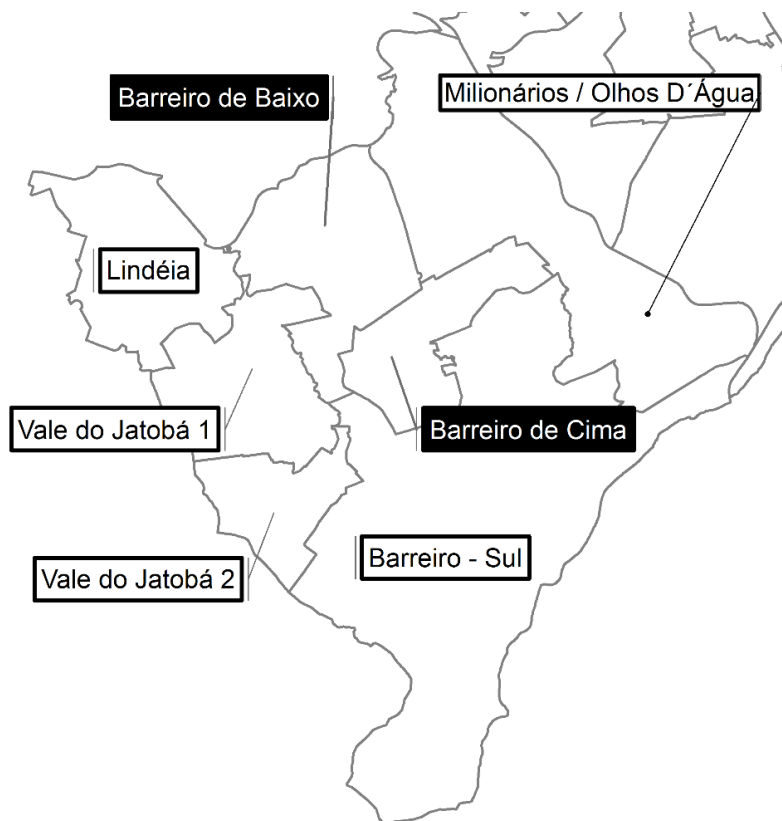
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Prefeitura de Belo Horizonte.

De acordo com as definições territoriais da prefeitura de Belo Horizonte⁷ e do IBGE, cada regional inclui um determinado número de “áreas de ponderação”. A área de ponderação é uma unidade geográfica construída pelo IBGE cujo objetivo é permitir a aplicação dos questionários amostrais do Censo Populacional, permitindo fornecer uma estimativa confiável de seus resultados para a população de uma determinada cidade. Foi a partir dessa unidade espacial que delimiti as sub-regiões a serem pesquisadas, a saber: Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima.

A figura abaixo apresenta as áreas de ponderação contidas na região do Barreiro e os respectivos nomes fornecidos a elas nesta pesquisa, destacando-se as áreas do Barreiro de Baixo e do Barreiro de Cima, que compõem o território pesquisado.

⁷ Para os municípios com mais de 190 mil habitantes como Belo Horizonte, o IBGE permite que as próprias prefeituras definam suas áreas de ponderação, desde que respeitando os critérios estabelecidos pelo órgão.

Figura 2 – Áreas de ponderação do Barreiro



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Belo Horizonte.

Deve-se salientar alguns limites que a escolha da área de ponderação como unidade impõe às pesquisas que a utilizam. Apesar de sua eficácia em sintetizar as características sociais e urbanas de determinados espaços das cidades, possibilitando sua análise e comparação, ela pode deixar de captar importantes variações territoriais em cada unidade. Isto porque seu principal critério de construção é populacional, pois, como já dito, objetiva viabilizar a aplicação dos questionários amostrais do IBGE durante o Censo. Portanto, a homogeneidade socioeconômica e urbana relativa do território é alcançada a despeito desse critério primário, fazendo com que espaços contrastantes que compõem uma dada área de ponderação tornem-se invisíveis diante da síntese final da unidade⁸.

⁸ Atualmente, existe uma outra unidade espacial mais adequada para análise espacial das cidades e metrópoles brasileiras: “Unidade de Desenvolvimento Humano” (UDH), utilizada pelo “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil”, que consiste em uma plataforma de consulta de vários indicadores

Por essa razão, objetivando apreender essas variações, utilizei-me também neste trabalho da unidade espacial de “setor censitário”, igualmente formulada pelo IBGE, que constitui uma delimitação espacial de menor escala (em geral menor do que bairros) que reúne um conjunto de quarteirões. O setor censitário é uma unidade espacial que compõe as áreas de ponderação, criado principalmente para guiar a coleta de dados realizada pelos pesquisadores do IBGE durante o Censo.

Para analisar o território do Barreiro, servi-me dos dados estatísticos referentes às características socioeconômicas e urbanas da região produzidos por instituições como o IBGE e Fundação João Pinheiro (FJP), buscando caracterizar o perfil socioeconômico do território, bem como os principais eixos de desigualdade socioespacial que o marcam. Os dados educacionais, por sua vez, foram extraídos de fontes como o INEP e a Secretaria Estadual de Educação –em geral reunidos no portal Qedu⁹, que acumula uma grande quantidade de dados referentes ao sistema escolar brasileiro.

Procurei também traçar um histórico de formação da região, buscando apreender a posição que a região do Barreiro ocupa na dinâmica de formação da capital mineira. Para isso, realizei uma pesquisa bibliográfica que resultou de consulta a fontes variadas, tais como: documentos da própria Prefeitura de Belo Horizonte a respeito da formação dos bairros da capital; relatórios de pesquisa produzidos pela FJP sobre diversos bairros da Regional Barreiro; dissertações e teses que trataram da região e que abordaram sua história.

Destaco a importância que teve para esta dissertação a produção científica do grupo de pesquisa “Observatório das Metrôpoles”, que reúne e disponibiliza elevada quantidade de dados socioeconômicos e urbanos das grandes cidades brasileiras, incluindo Belo Horizonte.

2.3 – Os instrumentos utilizados e os sujeitos participantes

Além da análise documental, utilizei-me de entrevistas semiestruturadas com moradores e com trabalhadores em educação dos estabelecimentos de ensino da região. Foram entrevistados 17 pais e/ou mães cujos filhos cursavam alguma série da Educação

municipais e metropolitanos do Brasil. Ele não foi utilizado nesta dissertação, pois a base de *shapes* não havia sido disponibilizada antes do término da coleta de dados primários e secundários da pesquisa. Diferentemente da área de ponderação, a delimitação da UDH leva em consideração as especificidades de cada espaço urbano, com recortes espaciais que apresentam uma maior homogeneidade socioeconômica.

⁹ O endereço do portal é: <http://www.qedu.org.br>.

Básica. Para a área do Barreiro de Baixo, entrevistei 10 famílias, divididas entre duas subáreas: 4 que viviam na parte central do Barreiro de Baixo e 6 que residiam na parte pericentral dessa área. Enquanto que no Barreiro de Cima foram entrevistados 7 pais e/ou mães que viviam em diferentes pontos dessa área.

O objetivo inicial era o de entrevistar pelo menos 10 famílias de cada área selecionada, no entanto, durante a pesquisa, não consegui obter o número de contatos suficientes para alcançar a quantidade desejada de entrevistados do Barreiro de Cima. Mas acredito que o número de entrevistados foi suficientemente satisfatório, pela diversidade de contextos socioespaciais representados e das condições de vida dos moradores entrevistados.

Para recrutar pais dispostos a serem entrevistados, recorri principalmente aos contatos secundários fornecidos por conhecidos meus ou moradores da região do Barreiro, procurando sempre manter uma representatividade dos diferentes bairros que compunham as áreas de ponderação focalizadas. Ao mesmo tempo, procurei controlar as características sociais dos entrevistados e seus locais de moradia, para que não ocorresse sobre ou sub-representação de um determinado grupo social. Evitei, por exemplo, recorrer a apenas uma escola ou a um único grupo de moradores, pois isso poderia resultar em uma homogeneidade do grupo de entrevistados, no que tange suas experiências escolares e com o território.

Recorri inicialmente ao auxílio de amigos e colegas (alguns que estudavam ou trabalhavam na própria UFMG) que tinham conhecidos que viviam na região do Barreiro: 6 pais foram contatados desse modo. Também contei com a ajuda de pessoas que coordenavam ou trabalhavam em associações de moradores em alguns dos bairros do Barreiro: 5 famílias foram selecionadas por essa via. Também recorri às próprias escolas que, no entanto, pouco cooperaram nesse sentido, pressionadas pela necessidade de manter sigilo de dados ou por receio de incomodar os pais. Assim, obtive a ajuda de somente dois estabelecimentos (um do Barreiro de Baixo e outro do Barreiro de Cima), que me indicaram 3 famílias. Dada a dificuldade de alcançar o número desejado de famílias, recorri, por fim, a contatos fornecidos por alguns dos pais entrevistados, mas evitei que fosse esse a principal fonte para que não ocorresse uma situação de super-representação de um círculo de relações sociais no grupo de famílias selecionadas. Foram, assim, entrevistados 3 genitores aos quais cheguei por essa via.

Após realizados os contatos, frequentemente por telefone, as entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, construído em torno dos objetivos e hipóteses da

pesquisa, e apoiado na literatura dedicada à questão das desigualdades socioespaciais. Optei por esse instrumento para que o entrevistado pudesse expor seus pontos de vista, suas percepções e valorações sobre o lugar onde mora e os contextos vizinhos. Todas as entrevistas foram registradas em gravadores de áudio, com o consentimento dos entrevistados, mantendo-se o anonimato com relação a nomes e endereços.

Basicamente, a estrutura do roteiro de entrevistas continha três partes: a primeira foi reservada aos aspectos socioeconômicos e culturais das famílias entrevistadas, visando a contextualização das condições de existência dos participantes. A segunda parte foi dirigida às questões escolares, como o desempenho escolar do(s) filho(as), o acompanhamento parental de seus estudos e deveres escolares e, principalmente, as questões referentes às escolhas e estratégias escolares dos pais, como a avaliação que fazem da oferta escolar da região. Por fim, as perguntas da terceira parte do roteiro abordavam aspectos da relação da família com o território, considerando sua história de residência no Barreiro, sua percepção sobre a vizinhança e o modo como se relacionavam com ela.

Para complementar as informações obtidas junto às famílias e, objetivando compreender melhor a realidade da oferta e do mercado escolar das áreas pesquisadas, entrevistei quatro trabalhadores em educação de quatro estabelecimentos de ensino (duas diretoras, um vice-diretor e um supervisora) – dois deles situados no Barreiro de Baixo e dois no Barreiro de Cima. Essas entrevistas também seguiram um roteiro semiestruturado, cujas questões giravam em torno de dois eixos: (i) aspectos relativos à administração do próprio estabelecimento, bem como suas relações com as demais escolas da região; (ii) as características sociais do alunado, com ênfase, nas possíveis questões relativas ao mercado escolar local, tais como a seleção (velada) de alunos e a competição por certo tipo de estudante entre as escolas. Em todas essas quatro entrevistas estive acompanhado do pesquisador Igor Assaf Mendes, doutorando pelo mesmo programa de pós-graduação (FAE/UFMG) que pesquisa, atualmente, as questões relativas ao funcionamento do mercado escolar do Barreiro.

3 – A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL DO BARREIRO

Neste capítulo procuro realizar uma análise social do território do Barreiro por meio da exploração de seus indicadores socioeconômicos e de suas condições de vida urbana. Essa etapa é fundamental para se compreender as principais características da organização socioespacial do território do Barreiro em que as famílias entrevistadas estão situadas. Desse modo, atento para o eixo de segmentação e diferenciação social do Barreiro e sua associação com a desigualdade das condições urbanas e oportunidades educacionais em seu território. Todo esse panorama é analisado contextualizando-se a posição da região do Barreiro diante do espaço e desenvolvimento urbano de Belo Horizonte.

Em primeiro lugar, avalio as informações referentes a diferentes dimensões das condições urbanas e habitacionais dos residentes do Barreiro. Em seguida, analiso os aspectos da distribuição da renda de Belo Horizonte, especialmente do Barreiro, focalizando as informações sobre as categorias ocupacionais distribuídas em seu território. Por fim, exploro o cenário educacional da região, utilizando dados referentes à matrícula e instrução da população, bem como da oferta educacional de Ensino Básico do Barreiro de Baixo e do Barreiro de Cima. Em sua maioria, os dados trabalhados estão agregados por unidades de áreas de ponderação, sendo portanto compatíveis com a forma com que delimito o território a ser pesquisado neste trabalho.

Ao final do capítulo teço algumas considerações baseadas nas informações reunidas, sinalizando de que maneira a desigualdade socioespacial restringe ou favorece as oportunidades educativas e as estratégias de escolhas escolares das famílias, o que abre espaço para o capítulo seguinte em que apresento os resultados finais da pesquisa.

3.1 – Contexto histórico e social da região do Barreiro

Antes da instalação da capital mineira no território hoje ocupado, a área onde se situa atualmente a regional Barreiro era formada por grandes propriedades de terra, destacando-se a Fazenda do Barreiro, Fazenda do Pião e Fazenda do Jatobá, ao lado de outras propriedades de menor porte. Ao longo do processo de desenvolvimento de Belo Horizonte, essa área foi integrada à cidade, assumindo gradativamente funções e atividades de caráter urbano. De maneira geral, seus antigos proprietários tornaram-se investidores locais após a desapropriação ou venda dos terrenos, preservando seu

reconhecimento social após as transformações decorrentes da urbanização: várias ruas e escolas carregam os sobrenomes das antigas famílias proprietárias. De maneira aproximada, os limites dessas antigas propriedades ainda correspondem às divisões territoriais atualmente existentes na região (Barreiro de Baixo, Barreiro de Cima e Vale do Jatobá), pois historicamente a desapropriação das fazendas correspondeu a diferentes ritmos e processos de formação do comércio, da indústria e da ocupação residencial no Barreiro.

Inserida na capital, o desenvolvimento das atividades no Barreiro está fundamentalmente ligado ao desenvolvimento das atividades industriais da região e das cidades adjacentes, como Contagem (FJP, 2007). Contudo, sua função territorial era bastante distinta nos primeiros anos da capital. Devido às características do solo e aos cursos de água existentes, o objetivo principal do território, após ser anexado a Belo Horizonte em sua fundação, era o de abastecer as áreas centrais e suburbanas da capital com produtos alimentícios, o que foi incentivado por meio de políticas dos governos municipal e estadual destinadas à formação de pequenas colônias voltadas para a produção gêneros agrícolas (Aguiar, 2006; APCBH, 2008; Dias, 2009). Essas colônias foram responsáveis pela formação dos primeiros grupos de residentes da região, muitos deles formados por imigrantes estrangeiros.

Entre os anos 1910 e 1950, a região passa lentamente por algumas mudanças significativas, destacando-se a instalação de estações ferroviárias no Vale do Jatobá e Barreiro de Baixo; a construção de prédios administrativos e consequentemente de loteamentos destinados a abrigarem os novos funcionários; assim como a criação de pequenas fábricas de cerâmica e tijolos – ensaiando os primeiros movimentos em direção à urbanização do local. Entretanto, é principalmente após 1950 que a função original da região se altera profundamente com a introdução da indústria siderúrgica Mannesmann, atual Valourec, vindo a alterar a paisagem urbana e social do Barreiro. A partir de então, a função produtiva do local, em relação ao centro da capital, modifica-se definitivamente em decorrência da crescente formação e migração do operariado para a região, tornando a imagem do Barreiro cada vez mais associada ao lócus do operariado belo-horizontino. Essa inserção no eixo industrial da metrópole¹⁰ (FJP, 2007) foi reforçada pela pressão exercida por sua proximidade geográfica com o distrito industrial

¹⁰ Definição utilizada pela Fundação João Pinheiro (FJP) relativa a região Oeste da Região Metropolitana de Belo Horizonte, caracterizada pelas atividades industriais ali desenvolvidas.

de Contagem e, mais tarde, com a criação do distrito industrial do Vale do Jatobá, por volta da década de 70.

Com a chegada de novos moradores ligados às atividades industriais da região, o problema da moradia urbana também se agudiza, e a partir de então o ritmo de formação de novos loteamentos se acelera, visando suprir a demanda por habitação dos novos trabalhadores da indústria local, transformando a paisagem residencial da região com a construção de amplos conjuntos habitacionais compatíveis com o perfil social desse público – em sua maioria financiados por políticas habitacionais do Estado. Ao mesmo tempo, nas áreas mais periféricas, ocorre o crescimento do número de vilas e favelas caracterizadas pelas condições muito precárias ou até inexistentes dos serviços urbanos nos locais em que se estabelecem (APCBH, 2008; FJP, 2007).

Os efeitos dessa etapa de definitiva integração da região à dinâmica de urbanização e metropolização da capital se dão de modo diferenciado entre as áreas que compõem o Barreiro, sendo possível indicar alguns padrões gerais de desenvolvimento urbano e de composição social em suas áreas, mas também a existência de variações internas em cada uma delas. Nesse sentido, o Barreiro de Baixo, que corresponde aproximadamente aos limites da antiga Fazenda do Pião, define-se como ponto central dos serviços e comércios da região, abrigando a maior parte dos segmentos médios da população. O Barreiro de Cima, por sua vez, posiciona-se como uma área intermediária do território, tanto pelo menor desenvolvimento dos serviços, como em relação ao nível socioeconômico menos elevado de seus residentes. A antiga Fazenda do Jatobá, cuja ocupação se deu mais tardiamente e durante o ápice da expansão e crise das metrópoles brasileiras, corresponde à periferia mais empobrecida e menos provida de serviços urbanos, estando também seu território altamente vinculado às pressões metropolitanas exercidas pelo município vizinho de Ibitité (FJP, 2007).

Nos últimos 15 anos, as atividades econômicas e sociais do Barreiro sofreram muitas modificações que, em grande medida, estão associadas a mudanças mais globais ocorridas na economia brasileira durante o período, impulsionadas, em parte, pelas políticas de incentivo ao consumo e de transferência de renda que marcam esse momento. Ao longo destes anos, o comércio na região se intensifica e se diversifica, com o estabelecimento de grandes redes de varejo, agências bancárias e financeiras, aumento da oferta de serviços diversos, de saúde e de educação, entre outros tipos de comércios variados. Assim como a região de Venda Nova, as transformações da paisagem urbana do Barreiro estão em parte ligadas a mudanças associadas ao aumento

do rendimento de grande parte das camadas populares – produzindo o fenômeno, ainda em debate nos meios políticos e acadêmicos, da possível emergência de uma "nova classe média" ou "nova classe trabalhadora", também chamada de “classe C”.

Esse último processo intensificou ainda mais o caráter relativamente autônomo da região em relação aos serviços disponíveis nas áreas centrais e pericentrais da capital – tendo o Barreiro uma estrutura territorial e social comparável à de cidades de médio porte do estado. Isso se expressa, por exemplo, na fala de vários de seus moradores que o consideram como um território passível de se tornar politicamente independente da capital, pelo fato de que, no cotidiano, não necessitam de se deslocar para as áreas centrais da cidade para realizar compras ou acessar serviços diversos. Com efeito, essa configuração territorial e socioeconômica local, que possui uma centralidade própria, implica em uma dinâmica de desigualdade socioespacial também particular.

3.2 – Desigualdade espacial das condições urbanas

Para examinar a diversidade das condições urbanas nas diferentes regiões do Barreiro, utilizei o *Índice de Bem-estar Urbano* (IBEU) construído pelo grupo de pesquisa Observatório das Metrópoles (Ribeiro & Ribeiro, 2013). A opção por esse indicador se justifica pela abrangência das informações que reúne, como também pelo fato de que o conjunto de dados está agregado em áreas de ponderação, portanto compatível com a maior parte das informações socioeconômicas que utilizo ao longo do trabalho.

Incluindo dados coletados pelo questionário amostral do Censo 2010, esse índice sintetiza 5 dimensões das condições urbanas definidas pelos autores para medir o grau de qualidade de vida do entorno em que a população urbana vive. São eles: *mobilidade, condições ambientais, condições habitacionais, condições de serviços coletivos e infraestrutura urbana*.

Cada uma dessas dimensões foi concebida a partir de determinadas variáveis do Censo¹¹. Assim, a dimensão de mobilidade urbana é gerada a partir da variável do tempo de deslocamento casa-trabalho, considerando que trajetos diários superiores a 1 hora são inadequados. As condições ambientais levam em conta a arborização no entorno dos domicílios, a existência de esgoto a céu aberto e lixo acumulado em volta

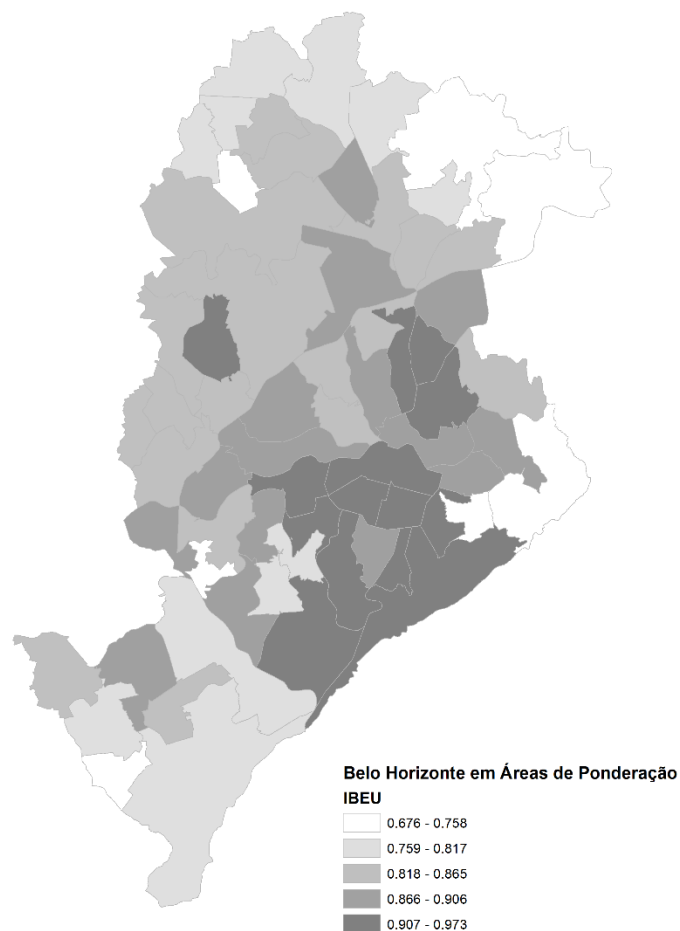
¹¹ Para maiores detalhes sobre a construção das dimensões e do cálculo final do indicador, ver a publicação do índice disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net>.

das casas. Para a dimensão das condições habitacionais urbanas, os autores consideram a existência de aglomerados subnormais¹², a densidade domiciliar e a densidade morador/banheiro, o material das paredes dos domicílios (sendo definidos como adequados os domicílios com paredes revestidas de alvenaria ou de madeira aparelhada) e a espécie dos domicílios (sendo considerados como adequados aqueles de tipo casa, casa de vila, condomínio ou apartamento). O atendimento de serviços coletivos urbanos inclui as variáveis de atendimento de água, de esgoto, de energia e de coleta de lixo, sendo determinados como adequados quando esses serviços são atendidos por companhias formais. Por último, a dimensão de infraestrutura urbana considera a existência de iluminação pública no entorno, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e identificação do logradouro. A maior parte desses indicadores é construída a partir da proporção de domicílios que possuem o serviço adequado no entorno. O índice final é construído a partir da média da soma dos valores finais de cada uma das dimensões consideradas, sendo que cada dimensão foi padronizada em um intervalo de 0 a 1 – quanto mais próximo de 1, melhor a condição do entorno na dimensão considerada.

A figura a seguir foi elaborada por meio dos índices das áreas de ponderação localizadas em Belo Horizonte, a partir das informações do banco de dados disponibilizado pelo Observatório das Metrôpoles.

¹² O IBGE considera como aglomerados subnormais áreas que apresentam um conjunto superior a 50 unidades habitacionais que se caracterizam pela ausência do título de propriedade e que possua pelo menos uma das seguintes características: vias irregulares de circulação, como dos tamanhos e das formas dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais, como coleta de lixo e energia.

Figura 3 – Distribuição do índice de bem-estar urbano em Belo Horizonte



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBEU.

O mapa indica que os níveis mais elevados do índice seguem uma orientação clara sobre o eixo territorial centro-sul, com algumas áreas das regiões leste e noroeste acompanhando essa tendência. Inversamente, as áreas mais periféricas das regiões norte, nordeste e leste caracterizam-se pelo índice mais baixo de bem-estar urbano.

Destaca-se o fato de que na região centro-sul, a área com menor índice inclui bairros afluentes como Santo Antônio, Sion e Cidade Jardim. Se, o indicador de bem-estar dessa área é reduzido, é porque nela localiza-se o “aglomerado” do Morro do Papagaio, favela que reúne pobreza e infraestrutura precária, puxando para baixo o valor final do IBEU.

Com relação ao Barreiro, apesar de nenhuma das áreas alcançarem valores semelhantes aos do eixo centro-sul, a área correspondente ao Barreiro de Baixo se destaca das demais por seu índice mais elevado de bem-estar urbano em comparação com as áreas do entorno. Nessa escala, ele é seguido pelo Barreiro de Cima e Lindéia,

enquanto o índice mais baixo da região do Barreiro é o da área do Vale do Jatobá 2, que apresenta índice semelhante a outras áreas mais periféricas da cidade.

A tabela abaixo oferece uma visão mais detalhada das condições de cada uma das dimensões que constituem o IBEU das áreas do Barreiro, revelando diferenciações importantes entre elas de acordo com a dimensão focalizada:

Tabela 1 – Valores das dimensões do IBEU das áreas de ponderação do Barreiro

Área de ponderação	Mobilidade urbana	Condições ambientais	Condições habitacionais	Condições de serviço coletivo	Infraestrutura	IBEU
Milionários/Olhos D'Água	0.781	0.871	0.805	0.920	0.699	0.815
Barreiro de Baixo	0.765	0.964	0.916	0.992	0.734	0.874
Barreiro de Cima	0.675	0.921	0.908	0.985	0.721	0.842
Barreiro – Sul	0.624	0.826	0.795	0.941	0.686	0.774
Lindéia	0.675	0.913	0.856	0.992	0.716	0.830
Vale do Jatobá 1	0.576	0.897	0.817	0.930	0.698	0.784
Vale do Jatobá 2	0.315	0.835	0.756	0.917	0.608	0.686

Fonte: Banco de dados do Índice de Bem-Estar Urbano do Observatório das Metrôpoles.

No que tange à primeira dimensão, “mobilidade urbana”, a área que corresponde ao Milionários/Olhos D'Água apresenta o melhor nível, seguido pela área do Barreiro de Baixo. Isso significa que nas duas áreas há uma maior proporção de moradores que gastam menos de uma hora em seu trajeto casa-trabalho. Isso pode estar relacionado a fatores socioeconômicos ou de equipamentos públicos nessas áreas, ou seja, pode haver uma maior proporção de moradores que possuem automóveis ou que trabalhem na própria região do Barreiro. Essas áreas podem contar também com uma melhor oferta de transporte público, o que se aplica ao Barreiro de Baixo, onde se localiza uma grande estação de ônibus municipais. Por outro lado, as áreas que apresentam os piores índices são as duas áreas do Vale do Jatobá. Historicamente, os moradores desta região dependeram de forte organização coletiva para conseguir melhorias no serviço de transporte público. Mas, apesar das melhorias obtidas durante os últimos anos, a disponibilidade desse serviço permanece inadequada, principalmente nos bairros que compõem o Vale do Jatobá 2.

Os valores da dimensão de “condições ambientais urbanas” apresentam menor variação entre as áreas, sendo as unidades do Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima aquelas que possuem as condições mais adequadas.

A dimensão de “condições habitacionais” segue padrão semelhante à anterior, em que as áreas do Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima atingem os valores mais altos. Novamente, o Vale do Jatobá 2 apresenta o valor mais baixo, o que significa a existência de uma maior proporção de domicílios em condições precárias. A região do Milionários/Olhos D’Água também apresentou um valor relativamente baixo, o que pode estar relacionado à existência de pequenas vilas e favelas localizadas nessa área, como as Vilas Copasa e Cemig.

Quanto às “condições coletivas de serviço”, os resultados são mais satisfatórios para todas as áreas do Barreiro, indicando que atendimentos urbanos básicos como água, esgoto e energia estão relativamente bem distribuídos na região. Por outro lado, a tendência observada nos indicadores se mantém, tendo as áreas do Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima os melhores resultados, enquanto a região do Vale do Jatobá detém as condições menos satisfatórias.

Por fim, as condições de “infraestrutura” se referem à iluminação pública no entorno, pavimentação e calçadas, entre outros – observamos novamente um quadro mais desigual, embora em patamar menos adequado para todas as áreas. As áreas do Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima exibem os melhores resultados, enquanto a sub-região do Vale do Jatobá 2 apresenta inversamente as condições mais inadequadas.

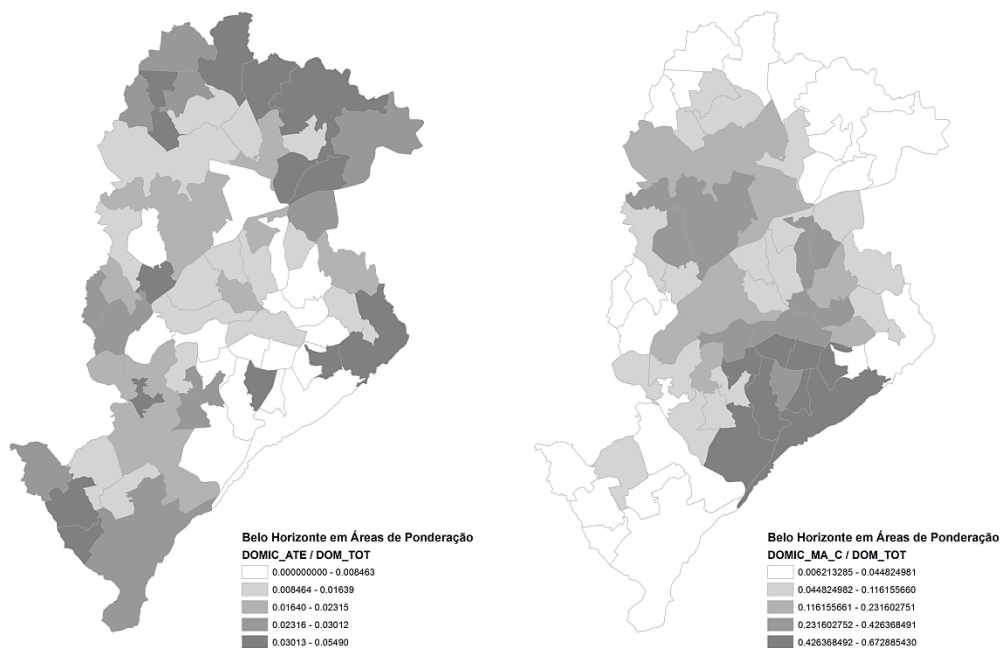
3.3 – Desigualdade de renda e diferenciação social do Barreiro

A análise da distribuição espacial das características socioeconômicas dos moradores e dos domicílios de Belo Horizonte, especialmente do Barreiro, foi feita utilizando-se principalmente os dados coletados e fornecidos pelo IBGE no Censo 2010 e organizados pelo grupo de pesquisa Centro de Estudos da Metrópole (CEM - USP) ou pela própria prefeitura da capital. Assim como o Índice de Bem-Estar Urbano, a unidade espacial utilizada para a análise é a área de ponderação, com exceção do último mapa, em que utilizo a unidade de setores censitários, visando uma apresentação mais detalhada da distribuição da renda nas áreas que compõem a regional Barreiro.

Os primeiros mapas apresentam informações referentes à distribuição espacial do rendimento em Belo Horizonte. Estes mapas foram construídos a partir das seguintes

variáveis: *proporção de domicílios com rendimento até 1 salário mínimo e proporção de domicílios com rendimento acima de 20 salários mínimos* e, por fim, um mapa organizado, desta vez por setores censitários, focalizado na regional Barreiro que apresenta a variável de *rendimento domiciliar médio em salários mínimos*.

Figuras 4 e 5 – Concentração de pobreza e Concentração de riqueza em Belo Horizonte

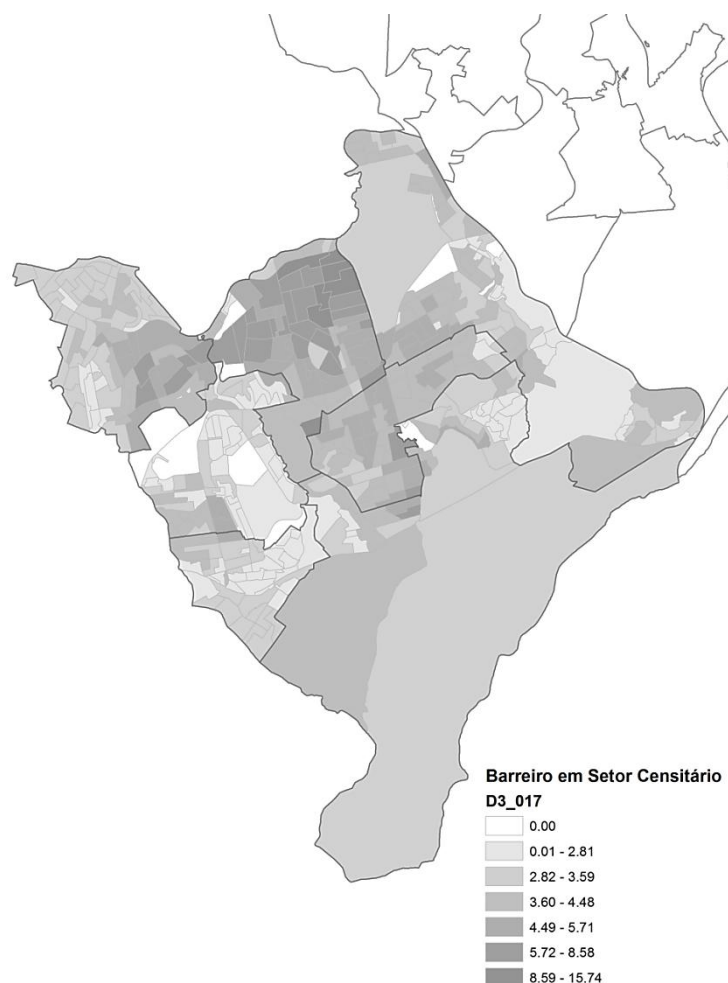


Os mapas acima contrastam os quadros de concentração da pobreza e da riqueza em Belo Horizonte. A tendência apresentada nesses dois mapas correlaciona-se espacialmente com o padrão apresentado na análise do IBEU, onde as áreas do eixo centro-sul apresentam uma forte concentração de riqueza.

Com relação ao Barreiro, observamos que a pobreza se concentra nas áreas correspondentes à região do Vale do Jatobá e Lindéia, enquanto, por outro lado, somente a área do Barreiro de Baixo apresenta, de maneira isolada na regional, uma proporção maior de residências com renda elevada, apesar de ainda ficar bem distante dos níveis apresentados pelo eixo centro-sul.

O próximo mapa focaliza a regional Barreiro, organizando-se a partir de setores censitários, incluindo também as delimitações das áreas de ponderação para efeito de comparação com os mapas anteriores. A variável utilizada é o *rendimento médio do setor censitário em salários mínimos*.

Figura 6 – Rendimento médio dos setores censitários da regional Barreiro em salários mínimos



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do CEM.

A tendência da distribuição espacial da riqueza é coerente com o cenário geral demonstrado nos mapas anteriores, mas também revela a existência de variações importantes entre alguns setores que destoam do padrão geral da área do entorno e que não são possíveis de serem identificadas por unidades espaciais mais amplas, como as áreas de ponderação.

O Barreiro de Baixo apresenta o maior número de setores de rendimento relativo mais alto da regional, os quais se concentram principalmente nas áreas mais próximas das avenidas centrais, onde se localiza a maior parte do comércio e dos serviços da região. A área do Barreiro de Cima, por sua vez, caracteriza-se pela posição intermediária e de maior homogeneidade socioeconômica, dada a inexistência de setores de extrema riqueza ou pobreza.

Duas áreas apresentam possíveis situações de polarização social mais acentuada. O setor mais ao norte do Barreiro de Baixo, correspondente ao bairro Santa Margarida, apresenta um rendimento médio muito discrepante da média de salário das demais áreas. Sua localização muito próxima do centro econômico da região, indica uma situação de segregação física em relação à área mais afluenta do Barreiro – em parte determinada pela divisão que a linha férrea e a estação de ônibus instauram no local. Outro exemplo importante é a área do Lindeia que também apresenta setores censitários de rendimento médio na região de transição com o Barreiro de Baixo, enquanto os setores mais periféricos e próximos do município de Contagem possuem em geral um rendimento mais baixo.

Além dos dados estritos de rendimento, é importante levar em conta outros dados sobre a estratificação social do Barreiro e como ela se expressa territorialmente, objetivando compreender melhor como as classes ou frações das classes sociais se distribuem diferenciadamente na região. Nesse sentido, dados a respeito da distribuição espacial das ocupações são importantes para complementar as informações de rendimento, pois as diferentes ocupações oferecem vantagens sociais não somente materiais (capital econômico), como também simbólicas (status).

A tabela seguinte apresenta a distribuição de cada grupo ocupacional da População Economicamente Ativa (de pessoas acima de 10 anos de idade) em cada uma das áreas de ponderação do Barreiro.

Tabela 2 – Distribuição espacial das ocupações no Barreiro

Grandes grupos de ocupação no trabalho principal (%)											
	Diretores e gerentes	Profissionais das ciências e intelectuais	Técnicos e profissionais de nível médio	Trabalhadores de apoio administrativo	Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	Operadores de instalações e máquinas e montadores	Ocupações elementares	Membras das forças armadas, policiais e bombeiros militares	Ocupações mal definidas
Milionários	3.52	5.59	9.43	11.51	22.86	0.29	15.32	8.91	18.30	0.14	4.13
Barreiro de Baixo	5.96	14.45	10.81	11.89	21.33	0.43	10.86	9.95	8.76	0.54	5.03
Barreiro de Cima	3.80	8.65	9.92	13.42	24.06	0.08	11.59	11.03	12.13	0.59	4.74
Barreiro - Sul	2.96	8.15	6.92	10.79	21.29	0.92	13.73	12.01	18.51	0.44	4.27
Lindéia	2.90	8.82	8.46	9.80	17.90	0.36	16.79	13.59	15.33	0.17	5.88
Vale do Jatobá 1	2.74	3.61	6.40	10.87	23.11	0.09	14.92	11.90	21.10	0.34	4.91
Vale do Jatobá 2	0.98	4.54	5.53	11.54	18.94	0.16	16.83	12.56	23.96	-	4.96

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

A área correspondente ao Barreiro de Baixo concentra a maior proporção de trabalhadores enquadrados nas ocupações superiores da hierarquia social, que supostamente oferecem maior retorno material e simbólico – destacando-se a proporção do grupo de diretores e dirigentes e do grupo de profissionais da ciência e intelectuais. Inversamente, o Barreiro de Baixo apresenta também a menor proporção de trabalhadores em ocupações elementares – que reúne a maior parte de ocupações manuais de baixa remuneração e status. Os trabalhadores dessa categoria estão concentrados principalmente nas duas áreas do Vale do Jatobá.

As informações sobre as categorias sócio-profissionais são coerentes com a tendência de transição das ocupações do setor secundário para o terciário na própria economia brasileira (Filho *et al.*, 2015). A categoria de trabalhadores do setor de serviços e comércio apresenta menor disparidade de distribuição entre as áreas, apesar de o Barreiro de Cima exibir mais trabalhadores dessa categoria, enquanto há uma proporção mais baixa nas áreas mais periféricas do Vale do Jatobá e Lindeia.

Ao lado disso, as ocupações relativas à indústria (*trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios e operadores*

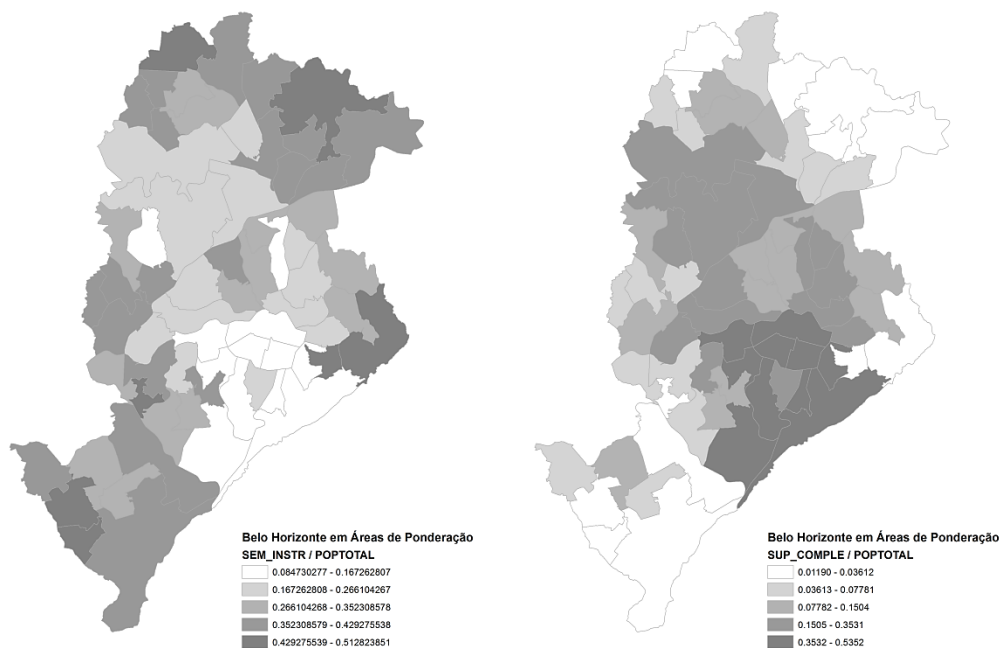
de instalações e máquinas e montadores) estão relativamente bem distribuídas em todas as áreas, apesar de sua menor proporção no Barreiro de Baixo, reafirmando esse território como espaço, na regional, dos profissionais liberais ou trabalhadores técnicos. Essas ocupações têm maior representação justamente nas áreas mais periféricas do Barreiro, como Vale do Jatobá, onde se localiza um distrito industrial de pequeno porte, e Lindeia, que se encontra muito próxima do distrito industrial de Contagem. Como sugere o mapa de setores censitários, a área do Lindeia aparenta ser o local com um grau maior de polarização socioespacial, tendo em vista a proporção de ocupações técnicas, acompanhada de grande taxa de ocupações elementares e/ou manuais. De todo modo, todas as áreas apresentam uma participação de trabalhadores desse setor, como era esperado dado a integração da região ao eixo industrial da metrópole.

3.4 – Distribuição espacial dos recursos educacionais

O próximo conjunto de figuras apresenta informações referentes à situação de educação formal dos moradores e de escolarização das crianças e jovens. As variáveis utilizadas para se examinar o perfil de instrução dos moradores nas áreas de ponderação foram a *proporção de pessoas com ensino superior completo* e a *proporção de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto*.

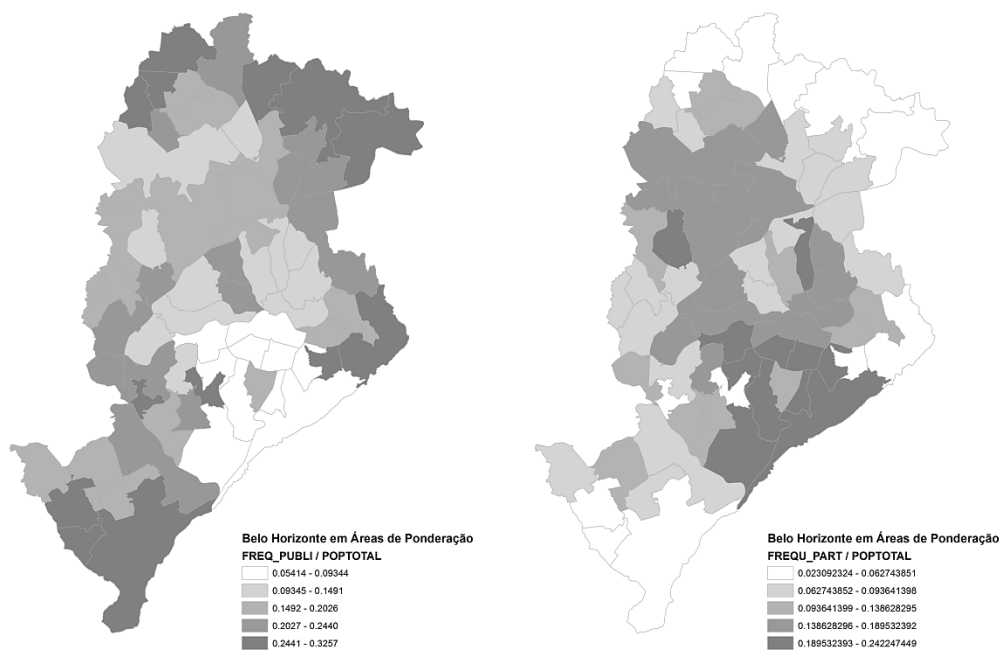
Apesar dessas variáveis serem imperfeitas para se inferir, com fineza, a situação relativa aos níveis de transição (como entre o ensino fundamental e o ensino médio), elas têm a vantagem de oferecer um quadro mais claro sobre a concentração, em determinadas áreas, de uma população desprovida de títulos escolares básicos ou, inversamente, de uma população detentora dos títulos escolares mais altos, o que pode ter efeitos sobre a socialização coletiva dos jovens que vivem no entorno (Ainsworth, 2002). Com relação às informações sobre a matrícula, as variáveis utilizadas foram a *proporção de pessoas que frequentam a rede privada* e *pessoas que frequentam a rede pública*.

Figuras 7 e 8 – Proporção de pessoas (acima de 10 anos) sem instrução ou fundamental incompleto e Proporção de pessoas (acima de 10 anos) com superior completo



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Figuras 9 e 10 – Proporção de pessoas (acima de 10 anos) matriculadas na rede pública e Proporção de pessoas (acima de 10 anos) matriculadas na rede privada



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Os padrões apresentados nos mapas de instrução e de matrícula dos alunos correspondem espacialmente às mesmas tendências de rendimento e bem-estar urbano demonstradas nos mapas anteriores: a concentração de riqueza no espaço urbano da capital corresponde também à concentração dos títulos escolares e acesso a recursos educativos que propiciam melhores chances de promoção social. Contudo, a polarização centro-periferia aparenta ser mais acentuada neste caso, dada a alta concentração, nessas áreas, de diplomas superiores e de matrículas em estabelecimentos privados.

Focalizando a regional Barreiro, observamos que a situação de instrução típica da periferia urbana se mantém na região. Mesmo na área do Barreiro de Baixo, encontra-se na regional uma proporção relativamente alta de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto, ao mesmo tempo em que o número de matrículas na rede pública também se mantém alto em comparação com o padrão do eixo centro-sul. Entretanto, em comparação com as áreas próximas, o Barreiro de Baixo mantém sua posição de favorecimento, ao contar com a mais alta proporção de pessoas com ensino superior completo, seguido pelas áreas do Lindeia e do Barreiro de Cima. Essa tendência também ocorre com relação às matrículas na rede privada que, desta vez, também inclui a área do Milionários/Olhos D'Água.

Voltando o olhar particularmente às duas áreas que são objeto desta pesquisa – Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima – analiso agora o quadro da oferta educacional de Ensino Básico encontrado nessas duas regiões, considerando a delimitação das áreas de ponderação. Para fazê-lo, considero não apenas a quantidade de estabelecimentos de ensino disponíveis, e sua dependência administrativa (rede pública ou privada), mas também as características relativas à qualidade do ensino por eles ofertado, medida pelo IDEB da escola e o Nível Socioeconômico¹³ (NSE) do alunado.

Essas informações foram obtidas a partir de dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação e pelo INEP. Grande parte dessas informações está disponível e foi extraída do portal Qedu.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de opções escolares em cada uma das sub-regiões, acompanhado, no caso das escolas públicas, do IDEB médio de todos os estabelecimentos para o ano de 2013 e o NSE médio do alunado.

¹³ O NSE aqui utilizado foi construído pelos pesquisadores José Francisco Soares e Maria Tereza Gonzaga Alves, do Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME/FAE/UFMG), em parceria com o Instituto Unibanco. Ele sintetiza as características de escolaridade, ocupação e renda das famílias dos alunos, obtidos pelos questionários contextuais aplicados pelas avaliações do SAEB.

Tabela 3 – Características da oferta educacional do Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima¹⁴

	Pública					Privada	
	Opções de Ensino Fundamental	Opções para o Ensino Médio	IDEB Médio Anos Iniciais	IDEB Médio Anos Finais	NSE Médio	Opções para o Ensino Fundamental	Opções para o Ensino Médio
Barreiro de Baixo	8	4	6.8	4.8	5.7	12	4
Barreiro de Cima	8	2	6.2	4.5	5.3	6	2

Fonte: elaboração própria a partir de dados do INEP/MEC e GAME/FAE/UFMG.

A situação verificada revela que a desigualdade socioeconômica e das condições de vida urbana entre o Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima se encontra associada a uma distribuição diferenciada e desigual da oferta escolar. Apesar de possuir o mesmo número de escolas públicas que oferecem o nível do ensino fundamental, o Barreiro de Cima apresenta um leque mais restrito de opções escolares para o ensino médio.

É importante observar que, como se trata de unidades originárias de áreas de ponderação que possuem em sua construção critérios populacionais, a quantidade de jovens que residem nas duas sub-regiões com idade de entrada no ensino fundamental e ensino médio é semelhante¹⁵. Portanto, existe nos dois territórios uma demanda escolar similar, para a qual verifica-se um atendimento desigual.

Além do quadro estritamente quantitativo, existem igualmente diferenças no plano qualitativo da oferta escolar, entre as duas áreas. As escolas públicas do Barreiro de Baixo apresentam um IDEB médio superior ao observado no Barreiro de Cima. O NSE médio das escolas, tanto públicas como privadas, também é superior no Barreiro de Baixo, associando-se ao perfil social das famílias das duas áreas

Outro ponto importante a ser considerado nesse quadro de desigualdade escolar entre as duas áreas envolve o grau ou o nível de complexidade escolar de seus estabelecimentos. A noção de complexidade escolar aqui utilizada refere-se à formulada

¹⁴ O quadro considera a quantidade de opções disponíveis para cada nível de ensino e não necessariamente o número total de escolas. Por exemplo, existem no total oito estabelecimentos no Barreiro de Baixo: sete deles que oferecem alguma das duas etapas do Ensino Fundamental, sendo que quatro deles oferecem também o Ensino Médio.

¹⁵ A quantidade de jovens no Barreiro de Baixo com idade entre 6 e 14 anos é de 4.823 e entre 15 a 17 anos de 1.736. No Barreiro de Cima essa quantidade é respectivamente de 4.838 e 1.780 jovens.

pelo MEC, que compreende quatro características: porte da escola, número de turnos de funcionamento, complexidade das etapas ofertadas pelas escolas e número de etapas/modalidades oferecidas¹⁶.

Para analisar essa questão, considero aqui todos os estabelecimentos públicos que estão situados nas áreas de ponderação do Barreiro de Baixo e do Barreiro de Cima, totalizando 15 escolas¹⁷.

Quadro 1 – Complexidade escolar das escolas do Barreiro de Baixo

Escolas	Complexidade
1	Nível 4
2	Nível 4
3	Nível 4
4	Nível 2
5	Nível 6
6	Nível 6
7	Nível 3
8	Nível 4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP e GAME/UFMG.

Quadro 2 – Complexidade escolar das escolas do Barreiro de Cima

Escolas	Complexidade
9	Nível 6
10	Nível 6
11	Nível 2
12	Nível 6
13	Nível 4
14	Nível 6
15	Nível 6
16	Nível 3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP e GAME/UFMG.

Em uma investigação sobre os efeitos das características contextuais das escolas (como a cor e o nível socioeconômico dos alunos e infraestrutura da escola) sobre o desempenho obtido no IDEB, Alves & Soares (2013) observam que as escolas que funcionam com o nível de complexidade mais alto (grande quantidade de alunos

¹⁶ Para mais informações, conferir Nota Técnica N° 040/2014 disponível no portal do INEP.

¹⁷ De agora em diante, enumeradas de 1 a 15.

atendidos e muitos níveis de ensino ofertados) apresentam resultados no IDEB inferiores aos estabelecimentos que estão em condições semelhantes, mas que trabalham com um nível de complexidade mais baixo. Desse modo, a partir dos quadros 1 e 2 verifica-se que, enquanto no Barreiro de Baixo somente duas escolas (entre oito disponíveis na área) apresentam um nível de complexidade que as colocam no grupo 6 (o nível mais alto), na oferta escolar do Barreiro de Cima, cinco das sete escolas públicas disponíveis em sua área apresentam esse mesmo grau de complexidade. Os pais do Barreiro de Cima lidam, portanto, com uma oferta escolar não somente mais restrita, como também com um grau de complexidade mais alto, o que pode interferir nos resultados e nas trajetórias escolares de seus filhos.

* * *

Apesar da dinâmica de desigualdade socioespacial ainda manter traços do padrão centro-periferia, a análise dos indicadores socioeconômicos indica que houve algumas mudanças nas últimas décadas na organização do território da capital. Como exemplo, temos a situação de proximidade territorial acompanhada de distância social verificada no Morro do Papagaio, que apresenta grande concentração de pobreza e se encontra próximo de bairros muito afluentes como Santo Antônio, Cidade Jardim e Sion. A própria região do Barreiro apresenta uma centralidade territorial particular e conseqüentemente uma dinâmica de desigualdade própria. Essa dinâmica corresponde a uma autonomia relativa da região em relação aos bens e serviços disponíveis nas áreas mais centrais da capital mineira. Essa centralidade se deve às transformações sociais e econômicas ocorridas recentemente na sociedade brasileira, mas também se explica pela história de formação do Barreiro, o grau de desenvolvimento de suas atividades econômicas e o padrão socioeconômico da região.

De maneira geral, é possível caracterizar o Barreiro como uma região de camada popular heterogênea (Kaztman, 2001), pelo fato de não abarcar somente os setores mais desfavorecidos das camadas populares, o que resultaria em uma configuração de isolamento social e urbano. Distante disso, a região do Barreiro se caracteriza por uma composição diversificada de segmentos das camadas populares, com presença também de ocupações típicas dos segmentos médios. No entanto, essas ocupações estão distribuídas de maneira desuniforme em seu território.

As informações relativas à renda e à distribuição espacial das categorias ocupacionais no Barreiro confirmam a situação de diferenciação e segmentação na organização de seu território, onde a área correspondente ao Barreiro de Baixo, tradicional centro comercial da região, apresenta um rendimento médio mais alto, sendo ocupada por categorias mais elevadas na estrutura social. Já a área do Barreiro de Cima encontra-se em uma posição intermediária na região. Apesar de sua posição relativa ao Barreiro de Baixo ser mais desfavorecida, essa sub-região não apresenta o maior nível de concentração de pobreza, como é o caso das áreas do Vale do Jatobá e Lindeia, que constituem a porção periférica do Barreiro.

Esses dados indicam que, apesar das transformações econômicas e sociais ocorridas no Barreiro nos últimos 15 anos, elas não alteraram profundamente o eixo de desigualdade da configuração socioespacial da região, em que o Barreiro de Baixo permanece como centro monopolizador dos serviços e do comércio da região, em detrimento das demais áreas que compõem a regional. Pelo contrário, pesquisas que abordaram o espaço do Barreiro indicam o reforço dessa tendência nos últimos 20 anos (FJP, 2007; Mendonça & Marinho, 2015). Bairros como o Teixeira Dias (inserido na área de ponderação do Barreiro de Baixo), tradicionalmente caracterizado por conjuntos habitacionais destinados ao operariado, experimentaram, nos últimos anos, um processo de afluência socioeconômica, criando uma situação de maior mescla social. Ao passo que, por outro lado, as áreas mais periféricas da região, como Vale do Jatobá, permanecem ainda caracterizadas por condições de vida urbana inadequadas, concentrando os segmentos mais desfavorecidos do Barreiro. Do ponto de vista dos possíveis efeitos de socialização coletiva sobre as trajetórias dos grupos e indivíduos do Barreiro, essa situação pode resultar em um “efeito de concentração” (Wilson, 1991-92), referente ao distanciamento de padrões socioculturais de outros segmentos sociais e de redes sociais de oportunidades, devido à homogeneidade socioeconômica do Barreiro de Cima e da periferia da região.

A configuração da desigualdade socioeconômica do território do Barreiro também se associa a uma geografia desigual das condições urbanas e das oportunidades educacionais que podem ter efeitos sobre a trajetória e desempenho escolar dos jovens. Verifica-se, por exemplo, uma distribuição desigual do tempo de deslocamento casa-trabalho entre as áreas do Barreiro. Nas duas sub-regiões do Vale do Jatobá há uma grande proporção de moradores que diariamente dispendem mais de 1 hora em seu trajeto casa-trabalho, o que resulta em menos tempo para se dedicar à organização e

desfrute da vida domiciliar e, no caso das famílias com filhos, menos tempo de interação com eles (Alves et al., 2013; Coleman, 1988). Essas áreas também apresentam uma situação mais desfavorável quanto às condições habitacionais, o que desfavorece as atividades de estudo dos filhos, as quais dependem, entre outras coisas, das condições materiais que a residência do aluno oferece, como densidade domiciliar adequada, local tranquilo e mobiliário mínimo (Heredia, 2014).

Focalizando ainda as áreas do Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima, constata-se que a oferta escolar se encontra desigualmente distribuída entre as duas sub-regiões. Essa desigualdade incide tanto sobre o aspecto quantitativo, como qualitativo. Nesse sentido, desempenho desigual do sistema educacional nas duas áreas pode estar relacionado a fatores como a precariedade dos equipamentos escolares e a capacitação dos agentes educativos, podendo ter efeitos sobre as perspectivas objetivas de mobilidade social por meio da educação das gerações de jovens destas duas áreas (Rothwel & Massey, 2014).

A essa geografia desigual de oportunidades escolares, corresponde também uma segmentação socioeconômica do alunado dos estabelecimentos escolares das duas áreas, medida pelo NSE médio, o que resulta em menor integração entre alunos de origens sociais distintas, contribuindo para o isolamento social dos mais desfavorecidos (Kaztman, 2001). Assim, o nível médio do NSE pode resultar em um efeito de pares negativo¹⁸, dada a homogeneidade socioeconômica do ambiente escolar, na medida em que alunos que vivem em áreas relativamente desfavorecidas não convivem com colegas oriundos de posições sociais mais afluentes (Ernica & Batista, 2009).

¹⁸ O efeito de pares negativo é definido por Ernica e Batista (2009, p. 6) como “uma ação coercitiva dos padrões socioculturais do grupo que reforça o distanciamento dos alunos em relação ao mundo da escola e aos aprendizados esperados”.

4 – ESTRUTURA E DESIGUALDADES DO MERCADO ESCOLAR DO BARREIRO

Não constitui objetivo central deste trabalho o exame aprofundado da forma como se estrutura o mercado escolar do Barreiro. No entanto, é necessário considerar questões como os fluxos escolares entre os estabelecimentos de ensino da região, as relações entre eles, a competição pelos alunos, para conhecer o contexto da oferta escolar que subjaz às escolhas escolares das famílias. O objetivo do presente capítulo é, portanto, o de examinar como se estrutura o mercado educacional do Barreiro, bem como identificar a disposição hierárquica do conjunto de estabelecimentos de ensino (e a distribuição dos alunos entre eles) que estrutura esse espaço escolar. Para tanto, me fundamentarei nos relatos fornecidos pelos pais e agentes escolares entrevistados, bem como em indicadores, como IDEB e NSE médio do alunado de cada escola.

A primeira seção é dedicada ao funcionamento do mercado de escolas privadas nas duas áreas, enfatizando como as posições desses estabelecimentos na competição local produzem efeitos sobre sua organização. Já na segunda, analiso a oferta de escolas públicas, examinando como o local em que os estabelecimentos se situam influencia sua reputação, bem como as relações que mantém entre si, manifestando-se, por exemplo, em parceria entre elas.

Apesar de expô-los separadamente para fins de análise, esses mercados – privado e público – não funcionam de maneira isolada no território do Barreiro. Pelo contrário, embora os estabelecimentos privados se caracterizem por um maior grau de competitividade e liberdade organizacional, na realidade, existem fluxos de matrículas entre as duas redes de ensino, de maior ou menor grau dependendo da posição que o estabelecimento ocupa no quadro escolar local. Por essa razão, na terceira e última seção exponho de que maneira cada oferta escolar (pública e privada) está ajustada às características sociais do público do seu entorno, e como a hierarquia local das escolas públicas pode reforçar processos de segmentação social entre os estabelecimentos dessa rede.

4.1 – As escolas privadas

Para a análise da reputação das escolas particulares em funcionamento nas duas sub-regiões, assim como dos dados sobre seu funcionamento e de suas relações com os

demais estabelecimentos, atendo-me aos colégios privados do Barreiro que oferecem, pelo menos, os anos finais do ensino fundamental e/ou ensino médio¹⁹. Seguindo esse critério, nove escolas foram consideradas²⁰. Os quadros abaixo apresentam dados desses estabelecimentos, tais como: níveis de ensino ofertados, NSE médio do alunado e o seu porte²¹. Sobre esse último, ele foi definido a partir do número de matrículas. Por meio de um programa de estatística, classifiquei a quantidade de alunos matriculados em três grupos: “pequeno”, “médio” e “grande”.

Quadro 3 – Escolas privadas do Barreiro de Baixo

Escola	Níveis de ensino ofertados	NSE médio do alunado	Porte
A²²	Ed. Infantil/E. Fund. I e II/E. Médio	6	Grande
B	Ed. Infantil/E. Fund. I e II/E. Médio	6	Grande
C	Ed. Infantil/E. Fund. I e II/E. Médio	5	Médio
D	Ed. Infantil/E. Fund. I e II	-	Pequeno
E	E. Fund. I e II	-	Pequeno
F	E. Fund. I e II	-	Médio

Fonte: elaboração própria a partir de dados do INEP.

Quadro 4 – Escolas privadas do Barreiro de Cima

Escola	Níveis de ensino ofertados	NSE médio do alunado	Porte
G	E. Fund. II/E. Médio	5	Pequeno
H	Ed. Infantil/E. Fund. I e II	-	Médio
I	E. Médio	-	Pequeno

Fonte: elaboração própria a partir de dados do INEP.

Como se depreende das tabelas, a área do Barreiro de Cima possui um número menor de escolas privadas do que a sub-região vizinha, contando somente com um estabelecimento de médio porte.

¹⁹ Em razão da grande quantidade de estabelecimentos privados que oferecem apenas a educação infantil ou os primeiros anos do ensino fundamental, excluí da análise as escolas que oferecem somente esse nível.

²⁰ De agora em diante, cada uma dessas escolas será designada por uma letra (de A a H), para garantir seu anonimato.

²¹ Dados do IDEB e de complexidade escolar não puderam ser obtidos, pois não constam nos bancos de dados disponibilizados pelo INEP ou pela Secretaria de Educação do Minas Gerais.

²² Essa escola oferece também a Educação para Jovens e Adultos (EJA). Como apenas ela e a “Escola I” ofereciam essa modalidade de ensino, desconsidere o número de matrículas de EJA na soma final.

De todo modo, como ocorre, de resto, em todo o país, entre os pais entrevistados, são os colégios privados que gozam da reputação mais elevada no Barreiro. Apesar de algumas exceções, grande parte dos pais compartilha a opinião de que o ensino das escolas particulares é superior àquele oferecido pelo serviço público, citando entre os motivos seu maior nível de exigência e o conteúdo de ensino visto como mais avançado. O oferecimento de um ambiente escolar mais disciplinado constitui outro atrativo para muitos pais.

Os colégios A e B tem caráter confessional e são os estabelecimentos particulares de maior porte na região. Eles foram apontados pelas famílias como colégios muito tradicionais, de alto *status* e possivelmente os melhores do Barreiro. Mesmo as famílias que residem em bairros mais distantes deles ou que detêm um conhecimento menor da oferta escolar do Barreiro reconhecem seu prestígio na região. Esses colégios estão entre os mais caros e disputam a preferência das famílias de classe média do Barreiro – como relatou a supervisora do “Colégio B”, cujo NSE médio do alunado está entre os mais altos do território.

Há nesse contexto uma situação de mercado escolar bastante competitiva, já que ambas as escolas estão capacitadas a concorrer para manter (ou elevar) suas posições na hierarquia local, disputando a preferência de famílias com perfis sociais semelhantes (Van Zanten, 2005). Essa dinâmica estimula a implementação de mudanças em sua organização escolar, como a criação de opções educativas diferenciadas: parcerias com clubes esportivos, escolas de idioma; além de atrativos relativos à estrutura da escola, como o uso de equipamentos de informática em sala de aula. Um dos exemplos dos efeitos dessa concorrência pôde ser extraído do relato fornecido por uma supervisora do “Colégio B”. Segundo ela, o colégio concorrente havia firmado contrato com um grande e prestigiado clube de Belo Horizonte para organizar suas atividades esportivas. Dentre as cláusulas desse contrato, o colégio havia exigido exclusividade dos serviços na região, o que impediu a negociação entre a escola em que ela trabalha e o mesmo clube.

A “Escola C” tem um porte menor em comparação com as anteriores e situa-se à parte neste quadro de competição, apesar de funcionar geograficamente muito próxima das outras duas que dominam o mercado. Por estar em uma posição menos privilegiada no referido quadro competitivo, resta a ela a adoção de uma postura de adaptação, limitando-se a atrair uma clientela de menor poder aquisitivo. Seu NSE médio é um indicativo dessa relação, pois é inferior ao dos dois colégios tradicionais, sendo menor até mesmo do que o de muitas escolas públicas do Barreiro. Esse colégio parece atrair

também alunos que apresentam dificuldades de desempenho ou de disciplina nos colégios A e B, caracterizando-se como uma escola do tipo “papai pagou passou”, nos termos pejorativos de um pai entrevistado.

Nas áreas de transição entre o Barreiro de Baixo e o Barreiro de Cima funciona um mercado de escolas privadas mais restrito, caracterizado pela baixa competitividade. As escolas D, E, G e H representam a essa situação, podendo ser chamadas de “escolas de bairro”. Esses estabelecimentos desfrutam de uma reputação mais baixa do que aqueles localizados no centro tradicional do Barreiro de Baixo, sendo mesmo desconhecidos por grande parte dos pais entrevistados que optam pelo ensino privado. De menor estrutura e porte, mais isolados de outros estabelecimentos que possam competir pela mesma clientela, eles costumam atrair principalmente as famílias residentes no seu entorno mais próximo, atendendo aqueles pais que, apesar de disporem de recursos econômicos mais reduzidos do que a “elite” do Barreiro, rejeitam o ensino oferecido pela rede pública, por terem dele uma visão profundamente negativa. São escolas mais recentes do que os colégios particulares mais tradicionais do Barreiro de Baixo e, provavelmente, têm sua fundação e sobrevivência vinculadas ao crescimento observado, nos últimos anos, da demanda e do número de matrículas nos colégios particulares, impulsionado, em parte, pelo aumento de renda dos setores populares (Medeiros & Januário, 2014; Nogueira, 2013).

Deve-se atentar ainda para um outro segmento escolar de escolas privadas, encontrado tanto no centro do Barreiro como em sua periferia (como a área do Vale do Jatobá), e igualmente marcado pela baixa competitividade, mas destacando-se pela especialização educacional. São colégios que oferecem principalmente um ensino de caráter técnico, mais compatível ou próximo da concepção escolar das famílias de industriários que valorizam conhecimentos que possibilitem a inserção mais imediata de seus filhos no mercado de trabalho. Um atrativo desse modelo na região, por exemplo, é o oferecimento de descontos na mensalidade para famílias de industriários, como é adotado pela “Escola F”. Essa escola conta ainda com outra unidade localizada na periferia do Barreiro, na qual oferece o nível médio de ensino. Outro exemplo desse segmento do mercado é a “Escola H”, situada no Barreiro de Cima, que oferece apenas o ensino médio com formação complementar técnica (semelhante às escolas federais de ensino médio) e que atende somente a estudantes de famílias carentes do Barreiro.

Tratando-se então dos diferentes quadros de competição do mercado de escolas privadas do Barreiro, observa-se que existe um componente territorial bem marcado em

cada um deles. Os colégios mais tradicionais, cujo mercado se caracteriza por um maior grau de competição, estão localizados na parte central e socioeconomicamente mais afluyente do Barreiro de Baixo. Além disso, eles devem receber alunos de frações da classe média que residem em bairros mais distantes da região. Nos espaços de transição entre as duas áreas e no próprio Barreiro de Cima funciona um mercado mais restrito, ajustado ao nível socioeconômico menos elevado das famílias que vivem nessas áreas. Já o mercado de escolas técnicas encontra-se melhor distribuído, contando com unidades tanto no Barreiro de Baixo como no Barreiro de Cima, o que provavelmente se associa à sua especialização educacional, voltada para atender famílias de industriários que se distribuem de maneira mais uniforme pelo território do Barreiro.

4.2 – As escolas públicas

No capítulo anterior, vimos que a segmentação social e econômica do Barreiro se faz acompanhar por uma desigualdade na distribuição espacial dos recursos educacionais, evidenciada pela quantidade e qualidade da oferta educacional pública disponível no Barreiro de Baixo e no Barreiro de Cima. Nesta seção, trato especialmente do quadro de escolas públicas do Barreiro, considerando: as principais características das escolas, as relações entre os diferentes estabelecimentos e sua hierarquização, inferida pela atração ou rejeição que exercem sobre os pais entrevistados.

Os dois quadros abaixo fornecem dados sobre as escolas públicas que estão localizadas em cada uma das áreas focalizadas.²³

²³ Objetivando garantir o anonimato das escolas públicas, cada uma delas recebe um número (de 1 a 17).

Quadro 5 – Escolas públicas do Barreiro de Baixo

Escolas	Dependência Administrativa	Abrangência	NSE médio do alunado	Matrículas
1	Estadual	E. Fund. II/E. Médio	5,7	671
2	Estadual	E. Fund. II/E. Médio	5,7	1398
3	Estadual	E. Fund. II/E. Médio	5,9	558
4	Estadual	E. Fund. I	6	541
5	Estadual	E. Fund. I e II/E. Médio	5,6	1347
6	Municipal	E. Fund. I e II	5,5	1121
7	Municipal	E. Fund. I e II	5,9	330
8	Municipal	E. Fund. I e II	5,5	1418

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP e GAME/UFMG.

Quadro 6 – Escolas públicas do Barreiro de Cima

Escolas	Dependência Administrativa	Abrangência	NSE médio do alunado	Matrículas
9	Estadual	E. Fund. II/E. Médio	5,1	1810
10	Estadual	E. Fund. II/E. Médio	5,4	1564
11	Estadual	E. Fund. I	5,5	954
12	Municipal	E. Fund. II	5,4	1377
13	Municipal	E. Fund. I e II	5,4	830
14	Municipal	E. Fund. I e II	5,4	1407
15	Municipal	E. Fund. I e II	5,1	817
16	Municipal	E. Fund. I e II	5,2	1221

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP e GAME/UFMG.

As escolas 1 e 2 funcionam no centro do Barreiro de Baixo e, apesar de gozarem de uma reputação moderada entre os entrevistados, tendem a ser preferidas pelas famílias, principalmente no nível do ensino médio. Localizadas entre avenidas bastante movimentadas do centro comercial, são escolas centrais do Barreiro de Baixo e recebem alunos de vários bairros da região. Muitos pais apontaram alguns problemas de disciplina nessas escolas (como casos de brigas em sala de aula) ou se disseram insatisfeitos com a reduzida exigência escolar. No entanto, no momento de transição do ensino fundamental para o ensino médio, muitos deles costumam dar preferência a elas,

principalmente aqueles que vivem no Barreiro de Cima e que querem evitar as escolas locais.

A “Escola 4” se destaca por sua elevada reputação no Barreiro, que se estende até mesmo aos pais que não matricularam seus filhos nela. Muitos deles destacaram principalmente sua estrutura, que a distingue das demais escolas públicas da região, pois sua fachada e organização se diferenciam do padrão mais comum entre as escolas públicas. Nos últimos anos, ela obteve resultados bastante elevados no IDEB²⁴, tornando-se assunto de reportagens de jornais e canais de televisão. Outra característica importante é seu NSE médio, superior ao de muitas escolas públicas da região, alcançando o mesmo nível das duas escolas privadas mais tradicionais do Barreiro de Baixo. Isso indica que ela atrai muitas famílias dos segmentos médios da região, que tenderiam a preferir o ensino privado. Sobre isso, a diretora da escola reconhece que sua “clientela” não se caracteriza por apresentar dificuldades econômicas, afirmando que muitas famílias que poderiam custear um colégio particular, preferem que os filhos iniciem o ensino fundamental nessa escola, para posteriormente os direcionarem para algum estabelecimento privado.

Essa representação geral das escolas do Barreiro de Baixo, no entanto, não é unânime e a maioria das escolas dessa área recebeu qualificativos diversificados entre os pais, tendo em vista sua preferência pela escola privada e a percepção negativa que têm do ensino público.

A “Escola 5”, por exemplo, detém uma reputação muito negativa, tendo sido evitada por alguns dos pais entrevistados. Como o quadro aponta, ela obteve o pior IDEB entre as escolas do Barreiro de Baixo. De porte médio e de complexidade escolar elevada (como demonstrado no capítulo anterior), os pais consideraram seu ensino razoável, direcionando a maior parte de suas críticas para a situação bastante degradada de sua infraestrutura escolar.

Assim, uma primeira aproximação com uma situação de quase-mercado (e os potenciais efeitos sobre a desigualdade escolar) pode ser feita. As escolas 4 e 5 funcionam próximas uma da outra e compartilham o zoneamento escolar, “competindo” por alunos de perfil semelhante com idade para ingressar no ensino fundamental. Nesse contexto, a situação parece ser mais favorável para a “Escola 4”, já que conta com uma percepção mais positiva por parte das famílias. Apesar de seus resultados positivos se

²⁴ Segundo os dados disponíveis no portal Qedu, em 2014, ela obteve a nota mais alta dentre as escolas públicas de Belo Horizonte que ofertam os anos iniciais do ensino fundamental.

deverem em boa medida aos esforços de sua administração, a “Escola 4” conta com um ambiente escolar de menor complexidade, o que favorece a estabilidade do seu trabalho pedagógico e, conseqüentemente, sua reputação local. Assim, em parte, essa situação pode ser explicada por suas diferenças de porte e infraestrutura. A “Escola 5” atende a uma quantidade maior de alunos e ainda oferece o nível do ensino médio. Ela lida, portanto, com um nível de complexidade escolar mais elevado, ao mesmo tempo em que conta com um infraestrutura mais precária. Esses dois elementos podem contribuir para a produção de uma representação mais negativa do estabelecimento como um todo, dificultando ainda mais seu trabalho pedagógico.

As escolas públicas localizadas no Barreiro de Cima são as que contam com a menor preferência entre as famílias entrevistadas, tendo algumas delas uma reputação fortemente negativa. As críticas mais frequentes referem-se a problemas de disciplina e violência no ambiente escolar, havendo também reclamações sobre sua estrutura e absenteísmo docente. Tudo isso resulta no evitamento de muitas dessas escolas em favor dos estabelecimentos públicos localizados no Barreiro de Baixo.

As escolas 9 e 12 se sobressaíram entre os pais entrevistados como as mais evitadas e/ou de menor reputação. Em relação à primeira, o principal motivo do evitamento refere-se à percepção que têm da indisciplina de grande parte dos alunos do estabelecimento. Enquanto na “Escola 12”, os casos de violência e os problemas de infraestrutura estão entre os principais motivos da apreciação negativa. Essa última escola apresenta um grau de rejeição muito elevado. Atendendo uma grande quantidade de estudantes, ela funciona em frente a um amplo terreno baldio que certamente causa a muitos pais uma forte sensação de insegurança. Recentemente, após intervenção da secretaria de educação do estado, a diretoria do estabelecimento foi mudada, o que pode ter auxiliado na melhoria de seu IDEB ocorrida nos últimos três anos. Apesar disso, a percepção e avaliação de muitos pais sobre o estabelecimento permanecem desfavoráveis, principalmente quanto ao aspecto da segurança.

Mas nem todas as escolas do Barreiro de Cima receberam juízos negativos de parte dos pais entrevistados. Contudo, seus elogios e as preferências tendem a recair sobre as escolas que oferecem apenas o ensino fundamental, reafirmando a percepção negativa associada ao nível do ensino médio, principalmente entre as escolas próximas de áreas socialmente vulneráveis.

Entre as famílias e os agentes educacionais entrevistados, a “Escola 11” usufrui de uma reputação relativamente mais elevada na sub-região do Barreiro de Cima,

recebendo muitos alunos de áreas que estão fora de seu zoneamento. A diretora desse estabelecimento relatou que, nos últimos dois anos, houve um aumento na demanda de famílias, tendo-se recebido muitos estudantes que chegam à escola por meio de transporte escolar, provenientes das áreas mais periféricas do Barreiro. Com isso, a direção decidiu aumentar o número de turmas para atender à demanda. A “Escola 14”, situada nos limites da área do Barreiro de Cima, também conta com uma boa reputação, apesar de ser desconhecida por muitos dos pais entrevistados, provavelmente em razão de sua localização mais periférica.

O que a análise das relações entre as escolas públicas e sua representação hierárquica entre os pais indicou é que as características sociais do território parecem pesar sobre a reputação das escolas do Barreiro. Os estabelecimentos localizados na área do Barreiro de Baixo são, de modo geral, percebidos como melhores e mais bem equipados pela maioria das famílias de ambas as áreas. Nesse caso, os problemas enfrentados pelas escolas que se encontram em posição menos privilegiada no quadro local (tal como a “Escola 5”), reforçam sua percepção negativa local que se estende para todos os níveis ofertados pela escola e estimulam práticas de evitamento escolar.

Na seção seguinte, procuro tratar de como esse processo pode reforçar desigualdades escolares entre as estabelecimentos Barreiro.

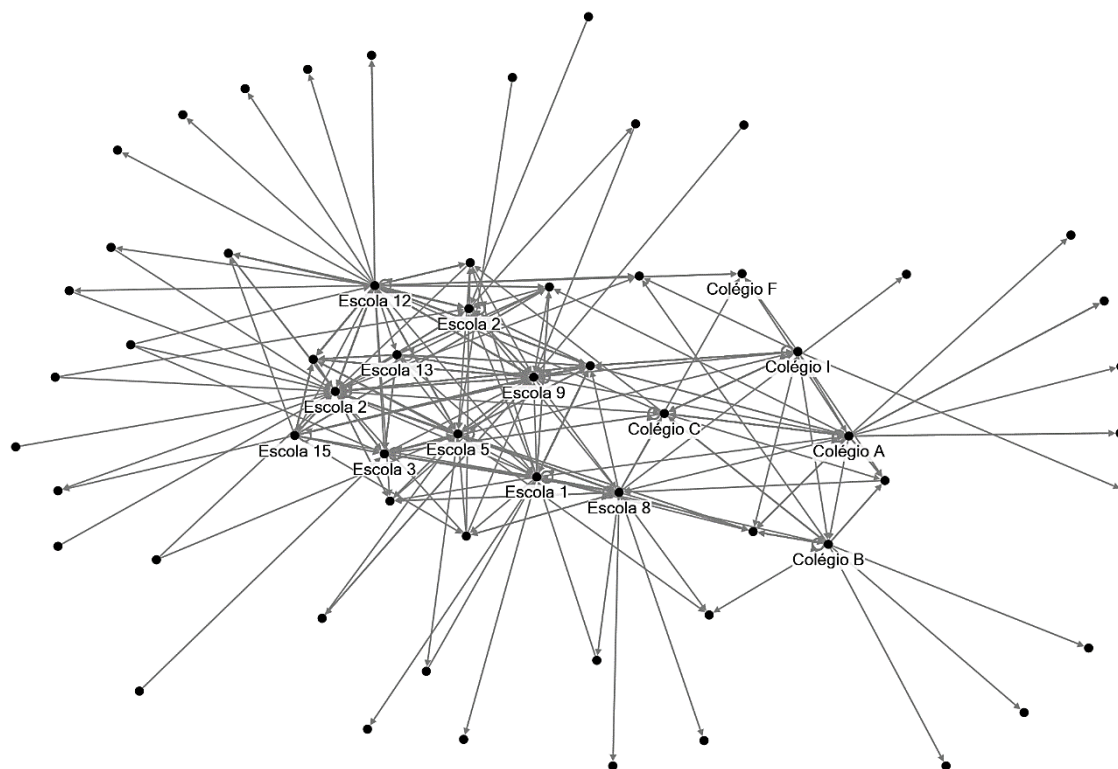
4.3 – Segmentação socioespacial e escolar

A análise da hierarquia escolar existente do quadro da oferta educacional do território do Barreiro revela alguns padrões. Em primeiro lugar, subsiste uma clara diferenciação entre o ensino público e ensino privado, detendo este último a mais elevada reputação entre os pais, mesmo entre aqueles que não dispõem de recursos econômicos suficientes para custeá-lo. Em segundo lugar, constata-se que o componente territorial pesa nas preferências, já que as escolas situadas no Barreiro de Baixo tendem a conquistar a preferência das famílias, ao passo que os estabelecimentos mais afastados do centro tradicional do Barreiro tendem ser por elas evitados.

Como afirmei no início do capítulo, as escolas privadas não funcionam de maneira isolada da oferta pública, mas compõem um quadro de interdependência local. Para melhor observar essa situação, utilizei um programa de análise de redes que permite visualizar os fluxos escolares entre os estabelecimentos do Barreiro de Baixo e

do Barreiro de Cima. O resultado está exposto na figura abaixo. Nela apresento o mapa do fluxo de matrículas entre as principais escolas públicas e privadas do território²⁵.

Figura 11 – Fluxo de matrículas da oferta escolar do Barreiro de Baixo e Barreiro de Cima



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Educação de Minas Gerais.

Cada uma das linhas do gráfico representa a direção da matrícula de um determinado aluno no sistema de ensino. As informações se restringem às matrículas realizadas entre os anos de 2012 e 2013, entre o período de transição do ano final do ensino fundamental para o ensino médio (9º ano do ensino fundamental para o 1º do ensino médio), bem como as transferências entre escolas ocorridas entre os anos do ensino médio (do 1º ano para o 2º ano ou deste para o 3º ano).

Os círculos maiores em cada um dos principais estabelecimentos expressam a situação em que o aluno permanece na escola entre um ano e outro. Os elementos da rede (estabelecimentos de ensino) estão organizados de acordo com o número de inter-relações (direções da matrícula de uma escola para outra) entre cada um dos pontos, o

²⁵ Nem todas as escolas do Barreiro consideradas neste trabalho estão representadas no gráfico, pois algumas não constam do banco de dados fornecido pela Secretaria de Educação do estado. Além disso, eliminei todos os casos de alunos cuja situação não constava do banco de dados em algum dos anos considerados.

que permite, portanto, visualizar aproximações e distâncias entre os perfis dos alunos atendidos pelos estabelecimentos do Barreiro²⁶.

Como esperado, o gráfico demonstra a existência de dois grandes padrões de fluxos: um maior, que congrega as escolas públicas da região, e outro menor, constituído pelas escolas privadas.

Observa-se ainda que as indicações fornecidas a respeito dos colégios particulares no Barreiro se confirmam: as escolas A e B encontram-se mais distantes do grupo composto pelas escolas públicas, já que recebem uma clientela economicamente mais favorecida do Barreiro. Por sua vez, a “Escola C” ocupa um espaço intermediário entre os dois conjuntos de fluxos. Como acolhe principalmente famílias de menor rendimento, ela se aproxima do grupo composto pelas escolas públicas.

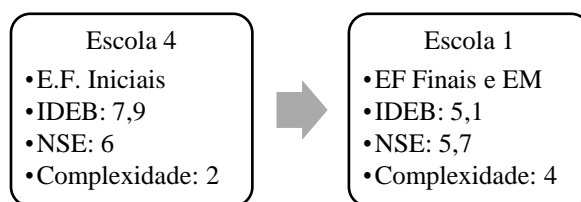
A densidade dos fluxos existente no grupo de estabelecimentos públicos está relacionada à maior quantidade de alunos atendidos por essa rede, demonstrando também que a maioria deles tende a permanecer no sistema público, transitando entre as escolas públicas de ambas as áreas. Infelizmente, o gráfico não permite visualizar com maior precisão a existência de padrões nos fluxos de matrículas entre determinadas escolas públicas da região. Por essa razão, atenho-me às informações fornecidas pelas famílias e pelos agentes educacionais entrevistados.

Dentre os possíveis efeitos da hierarquização das escolhas parentais entre as escolas públicas do Barreiro de Baixo e do Barreiro de Cima está a acentuação da segmentação social entre os estabelecimentos, já determinada pelas diferenças socioeconômicas da população das duas áreas. A posição ocupada por um determinado estabelecimento na hierarquia de preferências dos pais pode criar um circuito vicioso ou virtuoso no plano das escolaridades (Costa & Koslinski, 2012). Nesse caso, as parcerias estabelecidas entre os diferentes estabelecimentos públicos no Barreiro desempenham um papel importante nesse processo.

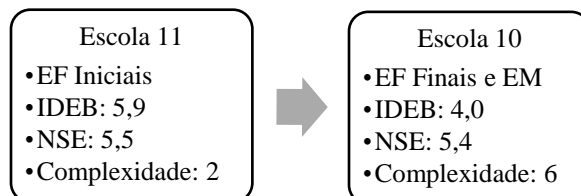
Para ilustrar essa questão, comparo a diferença entre dois possíveis percursos escolares que se dão por meio de acordos entre escolas do Barreiro de Baixo e do Barreiro de Cima, com porte e níveis de ensino semelhantes.

²⁶ O algoritmo utilizado para produzir a visualização por meio do programa de análise de redes foi o “Harel-Koren Fast”.

Circuito 1 – Parceria entre duas escolas do Barreiro de Baixo



Circuito 2 – Parcerias entre duas escolas do Barreiro de Cima



Na primeira circuito, do Barreiro de Baixo, a “Escola 4” envia a maior parte de seus alunos para a “Escola 1”, que atende as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio. Já na segunda área, do Barreiro de Cima, a “Escola 11” tem como parceira a “Escola 10”, enviando para essa unidade os alunos que concluíram a etapa inicial do ensino fundamental. Observa-se nos dois circuitos que as vantagens e desvantagens do nível de qualidade da escolarização se perpetuam entre as etapas de ensino. Os estudantes da “Escola 4” ingressam em um estabelecimento cuja qualidade e nível socioeconômico do alunado são superiores e então são direcionados para uma escola que, apesar de não manter os mesmos níveis qualitativos, são mais adequados do que os indicadores da “Escola 10”, estabelecimento que são encaminhados os alunos inseridos no segundo circuito.

A situação de desvantagem ocupada pelos estabelecimentos público de ensino do Barreiro de Cima nas relações de concorrência por alunos do território pode resultar na homogeneização do corpo discente dessas escolas (Ernica & Batista, 2011). Considerando que a atitude de evitamento de muitas das escolas dessa área pode estar associada a um maior grau de mobilização dos pais com mais recursos econômicos e culturais para sua realização – essa atitude pressupõe superar a distância física entre a casa e a escola e um conhecimento da oferta escolar além dos limites do entorno da residência – é possível que essa “fuga” de alunos originários de contextos familiares mais favorecidos amplie ainda mais a situação de segmentação social entre as escolas das duas áreas, reforçando as dificuldades enfrentadas pelos estabelecimentos situados

no Barreiro de Cima, como resultado do reduzido grau de diversidade social do alunado dessas escolas.

Desse modo, a combinação de desigualdades territoriais e os efeitos de “competição” entre as escolas públicas pode favorecer o trabalho pedagógico de alguns estabelecimentos – essas parcerias podem ser importantes para o objetivo de afastar os casos de “alunos-problemas” (Alves *et al.*, 2015) – enquanto, por outro lado, toda essa situação pode prejudicar o de outros que concentram problemas pela posição menos favorável no território e pelas opções das famílias.

No próximo capítulo, veremos que a existência desses circuitos é importante na explicação das estratégias de evitamento escolar empreendidas por alguns dos pais do Barreiro de Cima, em sua busca de garantir a permanência de seus filhos nas escolas do Barreiro de Baixo.

5 – TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS ESCOLARES

A análise do contexto histórico e social do Barreiro demonstra que a região tem uma centralidade territorial própria, assim como uma dinâmica de desigualdade socioespacial particular, em que a distribuição desigual das condições de vida urbana está associada a uma segmentação socioespacial da população. Mas de que modo esse contexto condiciona as estratégias educativas das famílias, considerando sua posição social (renda, ocupação e escolaridade) e espacial (localização da residência)?

Os resultados desta pesquisa indicam que o principal efeito do entorno, ou do território, sobre as atitudes escolares das famílias decorre principalmente das características da estrutura da oferta escolar da vizinhança, tendo potencial de influenciar as trajetórias escolares dos estudantes; ainda que as expectativas e práticas educacionais parentais variem sobretudo de acordo com o nível socioeconômico e sociocultural da família. Essas conclusões convergem com as teses de Maloutas (2011) e de Oberti (2011), de que os efeitos da desigualdade socioespacial expressam antes desigualdades sistemáticas da estrutura social, donde a dificuldade em dissociá-los de outros efeitos, como os da desigualdade de renda.

No âmbito da literatura do efeito território (ou vizinhança), esses resultados confirmam que a maior parte da influência da vizinhança sobre a desigualdade escolar está ligada à disponibilidade e qualidade da oferta educativa. Nessa mesma linha, a noção de “geografia de oportunidades” é relevante para se compreender a relação entre a segmentação social e a distribuição desigual das oportunidades educacionais no Barreiro. Portanto, as características da oferta escolar local se mostram relevantes para o estudo das desigualdades que, em grande medida, determinam as trajetórias escolares dos alunos de acordo com suas posições no espaço urbano, principalmente em relação a fatores como: a capacidade de atendimento da oferta escolar local, a maior ou menor competição no mercado escolar, ou ainda os possíveis efeitos de quase-mercado, no caso das escolas públicas.

Quanto aos possíveis efeitos derivados da socialização coletiva, considero-os mais fracos porque eles são fortemente mediados pela posição social da família. Observação coerente com algumas teses levantadas pela literatura (Ben Ayed & Broccolichi, 2009; Ellen & Turner, 1997; Van Zanten, 2005) a respeito dos impactos diferenciais do local de acordo com as condições socioeconômicas dos indivíduos. Sobre isso, uma das diferenças ligadas às características socioeconômicas e

socioculturais das famílias é a maneira de se relacionar com a vizinhança. Os pais de classe média entrevistados adotam uma relação mais restrita com os vizinhos, regulando mais estritamente a relação que os filhos estabelecem com outros jovens do bairro. As famílias dos segmentos populares se diferenciam desse padrão, ao manifestar uma lógica mais aberta em relação à vizinhança, ficando mais sujeitas às influências do entorno. Isso não significa que essa última forma de relação traga efeitos necessariamente negativos, pois um modo de relação mais controlado, pode possibilitar o acesso a oportunidades sociais que não se conseguiria de outra maneira, em razão das condições de existência menos favoráveis.

A análise dos dados que sustentam essas conclusões estão organizados da seguinte maneira neste capítulo: na primeira seção, analiso as estratégias e escolhas escolares dos pais que vivem no Barreiro de Baixo, enquanto a segunda seção é voltada para as famílias do Barreiro de Cima.

5.1 – Barreiro de Baixo

Como assinalado nos capítulos anteriores, apesar de constituir uma área de ponderação com características socioeconômicas que diferem da sub-região do Barreiro de Cima, existem, no Barreiro de Baixo, variações urbanas e sociais que podem não ser apreendidas quando se toma essa unidade espacial como um todo. Para lidar com essas diferenças socioespaciais, criei dois subgrupos de entrevistados do Barreiro de Baixo de acordo com o local em que vivem: “centro” e “área pericentral”²⁷.

O primeiro é composto por 4 famílias entrevistadas, enquanto o segundo por 6 – totalizando 10 pais ou mães entrevistadas que vivem nessa sub-região. Como se verá adiante, a essas subdivisões espaciais correspondem diferenças socioeconômicas e de preferências escolares das famílias entrevistadas.

5.1.1 – Centro tradicional: classe média e preferência pela educação privada

A área central Barreiro de Baixo concentra a maior parte dos serviços, comércio e locais de sociabilidade de todo o Barreiro, funcionando como centro econômico,

²⁷ Apesar das diferenças entre esses dois subgrupos, existe uma homogeneidade no grupo entrevistado que é suficiente para diferenciá-lo do Barreiro de Cima, onde não foi necessário utilizar esse mesmo procedimento entre as famílias investigadas.

político e social da regional. Os pais que vivem nessa área estão inseridos em um quadro escolar mais amplo e variado, composto por um mercado de escolas privadas mais diversificado, ao mesmo tempo em que conta com uma quantidade maior de escolas públicas.

A tabela abaixo reúne algumas das principais características das quatro famílias entrevistadas que vivem na parte central do Barreiro de Baixo. Incluo nela o rendimento médio (em salários mínimos) do setor censitário onde está localizada a residência da família, para identificar o nível de renda médio da vizinhança em que cada uma família vive.

Quadro 7 – Famílias da região “central” do Barreiro de Baixo

Família	Mãe		Pai		Território
	Profissão	Escolaridade	Profissão	Escolaridade	Rendimento médio em SM do Setor Censitário
1	Professora de educação básica	Superior completo	Engenheiro industrial	Superior completo	5.59
2	Manicure	Médio completo	Técnico de rede e computação	Médio completo	5.59
3	Professora de educação básica	Superior completo	Professor de educação básica	Superior completo	6.9
4	Dona de casa	Médio incompleto	Advogado	Pós-graduação	5.69

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e INEP/MEC.

Os pais entrevistados dessa área têm um nível médio de escolaridade superior ao dos demais, acompanhando a tendência sociocultural da população do Barreiro de Baixo. Com exceção da “Família 2”, todas as demais contam com pelo menos um progenitor com diploma de ensino superior. Esses pais também exercem ocupações de rendimento e *status* mais elevado.

As famílias 1, 3 e 4 caracterizam-se por uma postura restritiva em sua relação com a vizinhança. Segundo esses pais, seus contatos com os vizinhos são apenas esporádicos e pontuais, a maioria deles lhes sendo desconhecida – postura essa que é estendida na criação dos filhos. A mãe da “Família 1”, por exemplo, diz preferir receber a visita de colegas do filho à sua casa do que permitir que ele frequente a casa dos colegas ou de outros amigos que vivem no mesmo prédio em que moram. Essa relação com os vizinhos se ajusta ao tipo de moradia em que vivem essas famílias, a saber: apartamentos em pequenos prédios residenciais.

A “Família 2” destoa do padrão social das três famílias acima descritas. Esse contraste explica a diferença em suas lógicas de sociabilidade e de escolha parental quando comparadas com às das outras três famílias. Por essa razão, seu caso é

particularmente interessante para se comparar a relação estabelecida com um mesmo território, por famílias com condições de vida diferentes. Essa família estabelece uma relação mais aberta com sua vizinhança. Diferente das outras famílias que vivem em apartamentos, essa família habita uma casa situada em um terreno compartilhado com familiares do marido, o que torna frequente o contato com outros membros da família ampliada no dia a dia. Essa proximidade, por sua vez, facilita a solicitação de ajuda aos familiares. A mãe dessa família diz que, nos momentos em que está trabalhando, sua cunhada, que vive em outra casa do terreno, cuida de seus filhos, ajudando-os até mesmo em certas tarefas escolares, como os deveres de casa.

Nesse pequeno grupo de famílias, contatou-se diferenças sobre o modo de acompanhamento escolar, ligadas principalmente ao nível de escolaridade das mães, já que essa atividade costuma caber a elas, no seio da divisão de tarefas entre os cônjuges.

As mães das famílias 1 e 3, ambas professoras com diplomas de ensino superior, se notabilizam pela dedicação mais sistemática no auxílio na realização das tarefas escolares de seus filhos e no monitoramento dos cadernos e boletins de notas. Postura que é bastante diferente nas famílias 2 e 4, cujas mães têm uma escolaridade mais baixa. Enquanto a mãe da “Família 2” costuma delegar à tia das crianças a ajuda nos deveres de casa, a mãe da “Família 4” diz ter contado por muito tempo com o auxílio de uma amiga do marido para acompanhar seu filho. Considerando-se impaciente e despreparada para ajudá-lo nas tarefas escolares, ela contou ter decidido contratar uma professora particular para realizar essa função. Nesse último caso, portanto, as condições materiais mais favoráveis da família permitem a contratação de um especialista para suprir as deficiências escolares na casa.

Entre todas as quatro famílias, o processo de escolha dos estabelecimentos ocorreu a partir de uma “lista” muito restrita de opções viáveis, limitada às escolas particulares da área. Há aqui um maior desconhecimento das opções e características das escolas públicas existentes na região, pois as preferências escolares estão estritamente voltadas para a escola privada. Esses pais compartilham a ideia, bastante generalizada, de que o serviço público de ensino piorou muito nos últimos anos, especialmente em relação à segurança e à influência negativa sobre os filhos, como exposto pelo pai da “Família 1”:

(...) hoje a gente percebe que não é só questão da qualidade, tem questão da segurança. Você tem até receio de pôr o filho numa escola pública. Pelo

convívio... Se ele vai ser mal influenciado e ser levado pra um outro rumo, entendeu? (Pai da “Família 1”).

Desse modo, no ato de decisão sobre a escola que os filhos frequentariam, esses pais consideraram principalmente os dois maiores colégios particulares do Barreiro de Baixo (escolas A e B), tendo a “Família 3” cogitado também um colégio de caráter técnico. A reputação de que desfrutam na região, repercutida nas opiniões de conhecidos e amigos que vivem no Barreiro, está entre as principais razões apontadas pelos pais para explicarem sua preferência por elas. Ainda assim, o prestígio dessas escolas e as recomendações de conhecidos não deixaram de ser complementadas por visitas ao colégio para conhecer melhor o espaço e o corpo de educadores.

O depoimento da mãe da “Família 1” ilustra o grau mais elevado das exigências escolares dessas famílias e exemplifica bem a combinação entre aspirações escolares mais ambiciosas e condições econômicas mais favoráveis. Essa família tinha um filho único de 6 anos de idade, que vivia com os pais em um apartamento de um pequeno prédio localizado muito próximo da “Escola A”. Seu filho havia recentemente iniciado o ensino fundamental nesse colégio, tendo ingressado nele ainda na educação infantil. A mãe se disse satisfeita até então com a instituição de ensino, tida por ela como referência no Barreiro. Entretanto, ela se revelou preocupada com uma mudança que havia recentemente ocorrido na direção da escola. Segundo ela, tal mudança na gestão veio acompanhada de uma alteração no projeto pedagógico, que estaria agora menos voltado para aprendizagem dos alunos e mais para a elevação dos lucros. Ela disse ter tomado como indícios negativos dessa mudança a demissão de alguns professores mais antigos e a redução dos salários dos outros profissionais. Por essa razão, ela pensa em mudar o filho de escola futuramente. Caso isso venha a ocorrer, ela descarta completamente as demais escolas do Barreiro, considerando exclusivamente escolas privadas da região Centro-Sul de Belo Horizonte como possíveis opções para matricular o filho pois, para ela, nenhuma outra escola do Barreiro, privada ou pública, teria o mesmo nível de exigência da “Escola A”.

Segundo a mãe da “Família 3”, sua escolha pela “Escola A” também se deveu à reputação local desse estabelecimento. Os pais dessa família são divorciados e ambos são professores em escolas públicas de Betim. A filha única do casal tem 11 anos de idade e mora com a mãe em um apartamento bem próximo das principais avenidas do Barreiro de Baixo. Durante o processo de escolha da escola, a mãe disse ter conversado com alguns conhecidos, comentando que a maior parte de seus vizinhos matricularam

seus filhos nesse colégio. Entretanto, ela disse que chegou a considerar a “Escola F”, de caráter técnico, mas que acabou voltando para sua primeira opção.

O processo de escolha evidenciado pela “Família 4” é interessante, pois além de acompanhar o padrão das preferências escolares das famílias anteriores, envolve uma situação de transição territorial em busca de melhores oportunidades. Essa família havia se mudado para o Barreiro recentemente, vinda de um bairro da cidade de Betim, relativamente próximo da sub-região do Barreiro de Baixo. O único filho do casal havia completado 6 anos de idade e estava no primeiro ano do ensino fundamental na “Escola A”. Segundo a mãe, a oferta escolar do bairro de Betim onde residiam, não agradava nem a ela e nem ao marido, pois era formada apenas por pequenos colégios privados e escolas públicas que eles descartaram de antemão. Com isso, decidiram matricular o filho na região do Barreiro de Baixo, após tomarem conhecimento das escolas A e B por meio de conhecidos do marido. A partir das visitas que realizou nos dois colégios, a mãe decidiu matricular o filho na “Escola B”, onde ele cursou então a educação infantil. Posteriormente, o casal resolveu alugar um apartamento no Barreiro de Baixo para que pudessem estar mais perto da escola do filho. Após a mudança para essa região, a mãe decidiu matricular o filho na “Escola A” pois, além de considerar que a qualidade do ensino possivelmente seria semelhante, esse estabelecimento fica mais próximo do apartamento recém alugado.

O modo como os pais da “Família 2” escolheram a escola de seus dois filhos se diferencia das anteriores, estando ajustado às suas condições de vida mais restritas. O casal tinha três filhos na época, tendo o filho mais novo apenas poucos meses de idade, enquanto os dois primogênitos – que são gêmeos – têm 6 anos de idade. De maneira diferente das outras três famílias, a decisão tomada por esses pais está mais vinculada à oportunidade ocasional oferecida pelo emprego do marido. Eles matricularam seus dois filhos mais velhos na “Escola C”, que fica bem próxima de sua residência, em razão do desconto que usufruem na mensalidade, pelo fato do pai trabalhar como técnico de informática nesse colégio. Diferentemente dos demais pais, que se pautaram por aspectos como reputação, clima escolar, nível de exigência etc., a escolha aqui deve-se a uma vantagem de ordem prática. Segundo a mãe, a família dificilmente seria capaz de custear a dupla mensalidade nessa escola, caso não contasse com esse abatimento. Portanto, provavelmente teria encaminhado os dois filhos para alguma escola pública do Barreiro de Baixo. Assim, nesse caso, a proximidade entre a residência e a escola

resulta em uma dupla oportunidade: o emprego do marido e a escolarização dos filhos em um estabelecimento que consideram como superior às escolas públicas.

5.1.2 – Área pericentral: classe trabalhadora e a distância entre o desejado e o possível

A tabela abaixo é dedicada aos dados das seis famílias que vivem na área que denomino como “pericentral” do Barreiro de Baixo.

Quadro 8 – Famílias da “região pericentral” do Barreiro de Baixo

Família	Mãe		Pai		Território
	Profissão	Escolaridade	Profissão	Escolaridade	Rendimento médio em SM do Setor Censitário
5	Professora/Desempregada	Superior completo	Ferrovário	Médio completo	6.86
6	Dona de casa	Médio completo	Empregado/Empresa combustível	Médio completo	5.89
7	Dona de casa	Médio completo	Metalúrgico	Médio completo	4.92
8	Faxineira terceirizada	Médio completo	Vendedor de peças para a indústria	Médio completo	5.52
9	Secretária	Médio completo	Operário/Aposentado	Superior incompleto	4.98
10	Dona de casa	Médio completo	Operário	Médio completo	5.52

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e INEP/MEC.

Vemos que a diferença em relação ao grupo anterior é importante pois, apesar de ambos residirem na mesma área de ponderação, algumas características sociais dessas famílias contrastam com aquelas do centro do Barreiro de Baixo. Aqui, somente uma família conta com um progenitor munido de diploma de ensino superior. Além disso, estes pais exercem ocupações de menor *status* e rendimento do que o grupo que vive na parte central do Barreiro de Baixo.

Outro contraste importante se refere ao tipo de habitação mais comum nesse grupo. Com exceção das famílias 7 e 9, que vivem em casas, todas as demais famílias residem em pequenos apartamentos situados em conjuntos habitacionais da região. O padrão de sociabilidade também é diferente, pois mais aberto com relação à vizinhança. Os pais que vivem nos conjuntos habitacionais interagem mais frequentemente com seus vizinhos, dizendo conhecer muito bem boa parte deles. Esse modo de sociabilidade atinge também seus filhos, que convivem com outras crianças e jovens moradores dos mesmos conjuntos.

Como tratado no capítulo 4, a região do Barreiro integra o conjunto de espaços da capital em que se observou o crescimento do rendimento médio das camadas sociais

de menor *status* e poder aquisitivo ocorrido na última década, expresso no aumento de sua capacidade de consumo de bens industrializados, como automóveis e eletrodomésticos (Mendonça & Marinho, 2015). As características socioeconômicas das famílias da área pericentral do Barreiro de Baixo indica que algumas delas vivenciam essa mudança social e econômica no país – o que acaba por se manifestar em suas escolhas e preferências escolares.

Diferentemente do grupo anterior, o que marca as escolhas escolares dessas famílias é a maior distância entre o desejado e o possível. Enquanto as condições de vida dos pais que vivem no centro do Barreiro de Baixo permitem que suas decisões escolares sejam tomadas como certezas, os pais deste grupo que matricularam seus filhos em colégios particulares lidam com mais incertezas quanto à possibilidade de mantê-los nesses estabelecimentos, pois isso acarreta um alto sacrifício financeiro para o orçamento familiar. Por essa razão, o tipo de consumo escolar exposto por essas famílias se aproxima daquele observado por Nogueira (2013) em seu trabalho sobre a opção pela escola privada por parte da (provisoriamente denominada) “nova classe média” ou “classe C”. Devido às condições de existência desse novo segmento social, o consumo escolar exposto pelas famílias dessa classe social se caracterizaria como sendo recente e instável, diferentemente da classe média tradicional, cuja situação econômica e cultural mais favorecida, permite que ela opte de maneira muito mais segura pela educação privada.

A “Família 10” vive em um pequeno apartamento que faz parte de um conjunto habitacional construído há cerca de 15 anos, destinado a famílias de baixa renda. A filha única do casal, com 12 anos de idade, cursava na época o ensino fundamental. Segundo os pais, ela iniciou a educação infantil da “Escola E”, dada a preferência familiar pela rede privada. Contudo, diante de dificuldades econômicas da família e do custo da mensalidade, foi decidido transferi-la para uma escola pública. O cadastro escolar indicou então a “Escola 5” do Barreiro de Baixo, na qual a filha permaneceu por apenas um ano, quando os pais constataram baixa em seu rendimento, o que eles explicam pelo nível de exigência mais baixo que imputam a essa escola. Outro fator que pesou nessa decisão foram as condições pedagógicas dessa escola, cujas turmas consideram superlotadas, prejudicando o trabalho dos professores.

Quando foi o primeiro ano [do ensino fundamental] a gente foi levar ela pra escola pública, que é uma escola até aqui perto de casa mesmo. Só que aí que a gente observou que o rendimento dela... Não era bom, caiu. Aí a gente foi e

retornou pra escola particular, onde ela tá até hoje (...). Vi que apesar de ter bons professores, porém é mais questão de estrutura mesmo. Sala muito cheia, o professor não tem aquela disponibilidade pra dar aula pra 40 aluno, 45 alunos. Aí... Resolvi tirar. (Mãe, “Família 10”).

Diante disso, os pais decidiram transferir a filha para o colégio anterior, mesmo com o alto custo da matrícula pesando sobre uma situação financeira apertada, já que, para eles, a opção pela escola privada representa um sacrifício recompensador, pois consideram a filha muito dedicada e interessada nos estudos.

Então, assim, é uma despesa que eu vou falar pra você que não compromete o nosso orçamento? Compromete. E muito! (...) Porém a gente deixa de investir em algumas coisas (...). Deixa de investir em uma roupa nova, em um tênis bacana, pra comprar os livros (...). A gente leva a educação muito a sério. (Mãe, “Família 10”).

Sobre o desempenho escolar apresentada pela filha e a avaliação positiva que fazem do ensino oferecido pelas escolas particulares, os pais comentam as modificações observadas em seus modos de falar e pensar, comparando-a com as demais crianças do conjunto onde moram:

Até pra falar ela mudou. O jeito de falar, de conversar. (Pai, “Família 10”)

A gente observa que o nível de conhecimento, a questão do nível cultural a gente vê... Eu comparo muito ela com as crianças daqui do prédio, que estudam em escola pública. A gente vê que a perspectiva, a expectativa de uma criança que estuda numa escola particular como [nome da filha] é diferente. (...) A criança na escola particular parece que ela é mais centrada. (Mãe, “Família 10”).

Como se vê, o nível sociocultural dos demais jovens vizinhos que estudam em escolas públicas, expostos e interpretados pelos pais nos modos como falam e agem, torna-se um parâmetro do desenvolvimento escolar da filha. Entretanto, a escola particular frequentada não vai além do ensino fundamental, o que deixa a trajetória escolar futura da filha em aberto. Há o projeto que ela curse, no Ensino Médio, um dos colégios federais que funcionam em Belo Horizonte, pois consideram que dificilmente conseguiriam arcar com as mensalidades dos colégios privados mais tradicionais do Barreiro de Baixo. De todo modo, a opção pela escola pública local estava descartada, dada sua percepção negativa em relação a ela, reforçada pela experiência que tiveram na “Escola 5”.

Situação semelhante viveu a “Família 7”, que reside próximo ao bairro da “Família 10”, mas em uma parte relativamente recente do Barreiro de Baixo, onde

algumas ruas ainda não contam com nomes oficiais, sendo apenas numeradas. Essa família tem dois filhos, uma menina e um menino de, respectivamente, 11 e 6 anos de idade à época, os quais estavam matriculados na “Escola F”. A residência dessa família está muito próxima da “Escola 5” do Barreiro de Baixo, onde efetivamente os filhos iniciaram os estudos. Entretanto, eles a frequentaram por muito pouco tempo, até o pai tomar conhecimento, por meio de colegas da empresa fabricante de eletroeletrônicos em que trabalha, dos descontos oferecidos pela “Escola F” para a categoria de industriários. Além disso, a infraestrutura precária da “Escola 5” vinha desagradando aos pais:

Assim, até que o ensino eu gostei, a professora que ela [a filha mais velha] pegou era uma professora muito boa, eu gostei do ensino. Mas a escola muito judiada, muito! Falta tudo na escola. De estrutura falta tudo. (...) Quando chovia às vezes a sala molhava. Parece assim que a escola foi construída (...) e nunca mais voltou lá pra uma reforma, entendeu? (Mãe, “Família 7”).

A “Família 6” também matriculou seus dois filhos (uma jovem de 17 anos que cursava o 3º do ensino médio e um rapaz de 14 anos concluindo o ensino fundamental) na mesma rede privada a que pertence a “Escola F”, mas em uma unidade que oferece um espaço físico mais amplo. Assim como a família anterior, um dos principais motivos para a matrícula nessa rede foi o desconto proporcionado à profissão do pai. Nesse caso, a escola está mais longe da residência e os pais arcam com um serviço de transporte no deslocamento dos filhos até a escola. Entretanto, diferente das famílias 7 e 10, a escola pública não chegou a ser considerada pelos pais.

Se essas famílias conseguiram financiar os estudos na rede privada, embora com dificuldades e mediante descontos, o mesmo não ocorreu com as demais que, diante de um orçamento limitado, devem lidar somente com a oferta de ensino público. Tal opção não significa, todavia, que eles estejam completamente insatisfeitos. Provavelmente, isso se deve a sua avaliação menos negativa do ensino público disponível na área em que vivem, mesmo não residindo muito próximo da área central do Barreiro de Baixo.

Mas a opção pelo ensino público não deixa de ocorrer, nesses casos, sem interferência dos pais sobre os desígnios do cadastramento escolar – evitando determinadas escolas em prol de outras. Nesse sentido, contatos com pessoas que trabalham nos estabelecimentos públicos ou que estão envolvidas com o sistema de educação do estado ou do município, podem ser recursos importantes. Outra maneira de facilitar a obtenção de vaga no estabelecimento desejado, consiste em ter outro filho que frequenta ou frequentou a escola pleiteada. Isso ocorre pela preferência que os diretores

ou supervisores das escolas parecem dar para a matrícula de parentes de outros alunos da escola, objetivando evitar a entrada de estudantes de origem desconhecida.

A “Família 8”, por exemplo, se mobilizou fortemente para conseguir vaga na escola pública onde a filha estuda atualmente. Essa família vive no conjunto habitacional referido no caso da “Família 7”, mas em um prédio diferente. O casal tem uma filha única, que tinha à época 8 anos de idade e cursava o 3º ano do ensino fundamental. A vontade dos pais era de que ela frequentasse um colégio particular do Barreiro, citando entre os desejáveis os dois colégios mais tradicionais da parte central do Barreiro de Baixo. Frente a uma impossibilidade financeira, eles se mobilizaram para conseguir uma vaga no estabelecimento público que consideravam como a melhor opção possível dentro da oferta escolar do Barreiro – a “Escola 4”, localizada no Barreiro de Baixo que, como assinalado no capítulo anterior, goza de reputação muito positiva na região. O pai conta que inicialmente burlou o cadastro escolar mediante o uso do endereço de um conhecido que vivia próximo à escola desejada, mas que, mesmo assim, foi designada a “Escola 12”, localizada no Barreiro de Cima. Inconformados, os pais insistiram em pleitear uma vaga nos estabelecimentos mais próximos do centro do Barreiro de Baixo.

Falei não, pro [Escola 12] eu não vou! Porque o [Escola 12] não sei se você conhece, já ouviu falar. Era uma escola no passado, quando estudei lá, o [Escola 12] e [cita outras escolas públicas tradicionais de Belo Horizonte] eram escolas referência. Com o passar dos anos, de primeira a oitava... Acabou! (...) Acabou! O [Escola 12], não existe mais... (...) Disse, de jeito maneira! Eu não vou deixar ela lá! Sinceridade. Eu ia pagar escola pra ela, mas lá eu não ia deixar! (Pai, “Família 8).

Em visita à Secretaria de Educação estadual para reclamar da designação do Cadastro, o pai tomou conhecimento da existência de uma vaga na “Escola 5” do Barreiro de Baixo, o que, para ele, já seria uma alternativa “menos pior” do que a original. Não contente com essa situação, ele disse ter recorrido a um outro conhecido, funcionário da própria Secretaria, solicitando que o avisasse quando abrisse uma vaga na “Escola 4”, o que finalmente ocorreu alguns meses depois.

Os pais “Família 9” também tiveram que se mobilizar para conseguirem uma vaga na escola pública almejada (a “Escola 5”), apesar de, neste caso, o processo ter sido bem mais simplificado. A família têm três filhos com idades diferentes: o mais velho já concluiu a Educação Básica e cursava engenharia em uma faculdade privada de Belo Horizonte; os dois filhos mais novos (uma menina de 11 anos e um rapaz de 15

anos de idade) estudavam, por sua vez, na “Escola 5”, à época da entrevista. A mãe conta que para os dois filhos mais velhos, a “Escola 5” foi designada automaticamente pelo cadastro escolar – estabelecimento, como vimos, evitado por muitos pais mas que, neste caso, tinha a aprovação dos pais. Entretanto, a filha mais nova originalmente foi designada para a “Escola 15” do Barreiro de Cima, bem mais distante da sua residência. A mãe então recorreu à diretoria da “Escola 5” para que sua filha pudesse ser lá matriculada, o que foi facilitado pelo fato dos outros filhos terem frequentado a mesma escola.

Como se vê, os exemplos das famílias 8 e 9 demonstram a importância que determinados recursos assumem para os pais que se mobilizam para conseguir vagas em estabelecimentos públicos que atraem uma concorrência, em particular, o auxílio de pessoas conhecidas e com capacidade de ajuda na obtenção da vaga desejada – recursos escassos ou inexistentes para algumas das famílias entrevistadas.

A “Família 5” vive em um conjunto habitacional próximo do centro do Barreiro de Baixo. Trata-se de uma família monoparental, cuja mãe divorciou-se do marido quando os dois filhos ainda eram crianças – hoje com 16 e 15 anos de idade. Ambos frequentavam, no momento da entrevista, a mesma turma de 1º ano do ensino médio, pois o filho mais velho havia sido reprovado uma vez. A família divide o apartamento com os avós maternos, pois a mãe está desempregada há alguns meses, após desistir da profissão de professora, em razão dos baixos salários. De acordo com a mãe, durante todo o ensino fundamental, os filhos estudaram na “Escola 8” do Barreiro de Baixo, que goza de uma reputação geral positiva entre os pais entrevistados. Entretanto, após concluírem essa etapa, a mãe procurou, sem sucesso, vagas nas escolas públicas 1 e 2 que estão mais próximas do conjunto habitacional onde vivem. Restou, então a ela as escolas de ensino médio do Barreiro de Cima, tendo conseguido duas vagas na “Escola 9”, cuja reputação é bastante negativa entre as famílias entrevistadas – em sua entrevista, ela elogia a escola, contudo, tendo em vista suas tentativas frustradas de conseguir uma vaga nas escolas anteriores, é possível que sua avaliação seja resultado de uma resignação com a situação. De todo modo, isso trouxe alguns impactos para a vida escolar dos filhos, pois não estavam acostumados a percorrerem grande distância e passaram a depender do transporte público para ir para a escola. Essa foi a única família do Barreiro de Baixo a enviar os filhos para algum estabelecimento do Barreiro de Cima. E, como se viu, deveu-se ao insucesso da mãe em conseguir vaga nos

estabelecimentos mais próximos de sua residência, que se caracterizam pela alta concorrência entre as famílias do Barreiro.

5.2 – Barreiro de Cima

Se o grupo de famílias que vive na área pericentral do Barreiro de Baixo se caracteriza pelo dilema entre seus desejos e a possibilidade de concretizá-los, os pais entrevistados do Barreiro de Cima estão fadados quase que inescapavelmente ao ensino público. Isso se deve, em grande medida, ao perfil socioeconômico dessas famílias que, como exposto nos quadros 9A e 9B, podem ser classificadas como pertencentes das camadas populares. São pais e mães que não completaram o ensino fundamental ou médio, que auferem baixos rendimentos, e que exercem ocupações pouco qualificadas. O nível médio de renda da vizinhança onde vivem também é mais baixo do que os dois grupos anteriores, com nenhuma família residindo em setor censitário com um rendimento médio superior a 5 salários mínimos – em três casos sendo inferior a 4 salários mínimos.

Como visto no capítulo anterior, esses pais estão inseridos em um quadro escolar composto por pouquíssimas escolas privadas na proximidade de suas residências, enquanto as escolas públicas mais próximas exibem desempenhos inferiores no IDEB e funcionam sob uma complexidade escolar mais elevada, ao mesmo tempo que têm menor capacidade de atendimento para o nível do ensino médio. A situação desfavorável desse quadro escolar vem à tona nos depoimentos coletados, principalmente entre aquelas famílias que decidiram matricular seus filhos nas escolas do Barreiro de Baixo.

Em primeiro lugar, verifica-se uma percepção relativamente mais negativa das escolas do entorno em que essas famílias vivem. Em segundo, há, mais especificamente, uma profunda insatisfação quanto à oferta de ensino médio, o que faz com que o momento de transição do ensino fundamental para o médio seja marcado por muita preocupação por parte de alguns pais, inclusive por aqueles que optaram por seguir o cadastro escolar no início da escolarização.

Frente a esse contexto, as estratégias e escolhas escolares das famílias dividem-se em duas orientações: (i) mobilização para obtenção de uma vaga em escolas do

Barreiro de Baixo, procurando superar as restrições da oferta escolar local; (ii) aceitação da determinação do cadastro escolar, seja em razão da satisfação da família com a oferta escolar local, seja em função de uma postura de resignação. Como se verá, essas atitudes dependem dos recursos culturais e econômicos das famílias, mas também da percepção que têm das escolas locais.

Nas próximas duas seções, analiso separadamente cada uma dessas atitudes. No total, foram entrevistadas 7 famílias que vivem na região do Barreiro de Cima: cinco delas apresentaram práticas de evitamento escolar, enquanto somente duas obedeceram a determinação do cadastro escolar do município.

5.2.1 – Mobilização e evitamento da oferta educativa local

Quadro 9A – Famílias do Barreiro de Cima

Família	Mãe		Pai		Território
	Profissão	Escolaridade	Profissão	Escolaridade	Rendimento médio em SM do Setor Censitário
11	Secretária	Médio completo	Porteiro	Médio completo	3.66
12	Vendedora autônoma	Médio incompleto	Marceneiro	Médio incompleto	3.88
13	Manicure	Fundamental incompleto	Dono de restaurante	Médio incompleto	4.52
14	Balconista de loja	Médio completo	Pedreiro	Médio completo	4.96
15	Professora de educação básica/ Aposentada	Superior completo	Assessor da assembleia	Superior completo	3.28

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e INEP/MEC.

Assim como boa parte das famílias que vive na área pericentral do Barreiro de Baixo, esse grupo de pais se caracteriza pela relação mais aberta com a vizinhança. A mãe da “Família 12” disse estar em contato constante com seus vizinhos, inclusive contando com a ajuda deles nas atividades escolares da filha. Também a “Família 13” – cujo pai é chefe e proprietário de uma pizzaria e sua esposa manicure – mantém contato constante com muitos moradores do bairro, em parte por força de suas profissões. Já o pai da “Família 15” apresenta uma relação bastante próxima com sua vizinhança devido sua atuação social na região, sendo membro de várias organizações de moradores e de assistência, assumindo, portanto, uma posição de protagonismo social em muitas atividades sociais do Barreiro. O caso da “Família 11” é particular. Eles haviam se mudado para o Barreiro de Cima pouco tempo antes da entrevista, provenientes do Barreiro de Baixo, onde viviam em uma extensão da casa da avó materna. Apesar de ter informado que não se relacionava com os vizinhos, a razão disso reside na preservação

dos laços mais próximos no antigo bairro, onde ela argumentou que conhece boa parte dos vizinhos e estabelecia uma interação bastante frequente, o que não ocorre no bairro em que sua família atualmente vive.

Em todos esses casos, o que parece é que os contatos próximos com a vizinhança representam a principal fonte de informações tanto sobre as escolas do Barreiro de Cima, quanto sobre os estabelecimentos de ensino do Barreiro de Baixo, que consideram como melhores. A mãe da “Família 12”, por exemplo, cuja residência figura entre as mais distantes do Barreiro de Baixo, relatou que tomou conhecimento da boa qualidade da “Escola 4” por meio de seus vizinhos.

De maneira geral, esses pais confirmam a opinião negativa sobre as escolas públicas do Barreiro de Cima, demonstrando preferência pelos estabelecimentos que funcionam na sub-região mais afluenta. As principais preocupações dessas famílias se referem à segurança física dos filhos, mas também ao nível de exigência das escolas. A proximidade com vilas e favelas marcadas pela vulnerabilidade social torna-se um dos elementos que levam as famílias a associar o clima da escola ao clima social do bairro em que ela está situada – principalmente aquelas que vivem mais distantes do Barreiro de Baixo. Por essas razões, práticas de evitamento escolar são utilizadas por esses pais e podem ser compreendidas aqui como estratégias de superação das restrições locais sobre as oportunidades educacionais disponíveis na área onde vivem.

A mãe da “Família 13” oferece um relato ilustrativo nesse sentido. Na casa em que a família vive funciona também o restaurante que pertence ao casal e o salão onde a mãe trabalha como manicure. Eles têm um filho único com 16 anos idade, no momento da entrevista, e que cursava o 1º ano do Ensino Médio – ele passou por uma reprovação no ensino fundamental. Essa família evitou a “Escola 13” do Barreiro de Cima, principalmente em razão de informações recebidas sobre indisciplina e violência. A mãe relata, por outro lado, que a “Escola 15”, que fica muito perto de sua residência, passaria pelo mesmos problemas, argumentando que policiais constantemente passavam pela escola por causa das ocorrências de violência entre alunos. Para ela, isso se deveria à proximidade da escola com uma favela da região. Assim, com o uso de um comprovante de endereço de um conhecido, burlaram o cadastramento escolar e matricularam o filho na “Escola 4” do Barreiro de Baixo – posteriormente tendo sido encaminhado para a “Escola 2” após a conclusão das primeiras séries do ensino fundamental, devido ao acordo entre esses dois estabelecimentos.

A “Família 12” teve uma atitude semelhante de evitamento. A filha única de 8 anos à época estudava na “Escola 4” do Barreiro de Baixo. O pai, por um tempo, havia cursado o programa EJA (Educação para Jovens e Adultos) na “Escola 15” do Barreiro de Cima. Segundo a mãe, o marido achou o clima da escola muito inseguro e, em função dessa experiência negativa, os pais a evitaram no momento do cadastro escolar – após conseguirem um falso endereço com a ajuda de uma vizinha que havia adotado a mesma estratégia.

Por outro lado, para algumas famílias, a decisão de matricular os filhos nas escolas públicas do Barreiro de Baixo é apenas a melhor opção possível dentro de suas condições econômicas, já que parte delas se dizem insatisfeitas com o ensino público da região como um todo. Elas consideram as escolas do Barreiro de Baixo relativamente superiores às disponíveis no entorno onde vivem, mas ainda declaram preferirem os colégios particulares.

Essa postura é exemplificada pela “Família 11”. Os pais entrevistados têm dois filhos: o mais velho, com 14 anos de idade, cursava o último ano do ensino fundamental na “Escola 2” do Barreiro de Baixo; a filha mais nova, por sua vez, com 7 anos idade, cursava o segundo ano do ensino fundamental na “Escola 4” do Barreiro de Baixo, após os pais terem burlado o cadastro escolar. Nesse caso, o que os ajudou a obter a vaga foi o fato do filho mais velho ter sido aluno dessa escola nos primeiros anos do ensino fundamental. Apesar de satisfeitos com o ensino oferecido por essa última escola, a mãe se disse insatisfeita com a “Escola 2”. Segundo a mãe, o filho mais velho costuma alcançar boas notas nessa última escola, entretanto, ele estaria abaixo da média na avaliação de um cursinho preparatório para colégios federais que ele frequentava ao mesmo tempo, a partir do objetivo dos pais que ele ingressasse em algum desses estabelecimentos de ensino. Desse modo, a mãe se revelou preocupada com a situação, temendo que ele não passasse na avaliação do colégio federal após concluir o ensino fundamental, já que avalia negativamente o ensino das escolas públicas de ensino médio do Barreiro.

Assim, as poucas opções disponíveis para o nível do ensino médio no Barreiro de Cima, juntamente com a percepção negativa que esses pais apresentam sobre essas escolas, tornam o momento de transição do ensino fundamental para o ensino médio permeado de incertezas e de dúvidas.

A casa da “Família 14” situa-se bem próxima do centro comercial do Barreiro de Cima, em um beco sem saída próximo de um terreno baldio. O casal tem dois filhos. A

filha já havia concluído a Educação Básica e dividia seu tempo entre a faculdade particular e um emprego de meio horário como atendente de telemarketing. O filho mais novo, de 17 anos, iria concluir o ensino médio no ano seguinte. Parte da trajetória escolar dos filhos dessa família se deu no próprio Barreiro de Cima, mas envolveu também escolas que estão fora da região do Barreiro. No nível das primeiras séries do ensino fundamental, os filhos frequentaram a “Escola 6” do Barreiro de Cima, próxima de sua moradia e considerada pela mãe como uma boa escola. Entretanto, na passagem para os anos finais do ensino fundamental, a mãe – recusando a “Escola 12” – buscou vagas em uma escola localizada na área mais periférica do Barreiro que, segundo ela, seria mais exigente e organizada. Como esse estabelecimento oferece apenas o ensino fundamental, após a conclusão desse nível, os filhos foram encaminhados para uma escola pública localizada fora da regional Barreiro, uma vez que eles não desejavam estudar na “Escola 9” do Barreiro de Cima. Apesar dessa opção exigir um deslocamento considerável, tal alternativa foi adotada diante da recusa das escolas de ensino médio dessa área.

A “Família 15” vivia em uma casa localizada em um dos bairros mais empobrecidos do Barreiro de Cima. A filha mais velha do casal cursava direito em uma faculdade particular de Belo Horizonte, enquanto a filha mais nova tinha 14 anos e no próximo ano passaria para o ensino médio. Apesar de a filha mais velha ter cursado o ensino médio na “Escola B” do Barreiro de Baixo, o pai afirmou que não seria capaz de oferecer a mesma oportunidade à filha mais nova no futuro, pois a situação financeira da família não permitiria arcar com o custo dos colégios privados do Barreiro. Assim, estando a filha mais nova atualmente matriculada na “Escola 16” do Barreiro de Cima (cuja atendimento está restrito ao ensino fundamental), ele projeta evitar as escolas locais de ensino médio do Barreiro de Cima para compensar a impossibilidade de matricular a filha em algum estabelecimento de ensino privado. Seguindo a percepção geral de que as escolas dessa área seriam inferiores, ele diz:

Quanto mais a gente vai chegando mais pra lá [Barreiro de Baixo], vai melhorando [as escolas]. (...) Então assim, a escola de lá é melhor. Eu vou ter custo, vou ter que pagar passagem pra ela. Ou eu coloco ela no centro, no centro da capital, numa escola pública que é boa ou então põe ela no Barreiro de Baixo que também é uma escola boa, sabe? (Pai, “Família 15”).

Esse mesmo pai também expõe em sua fala a divisão e hierarquização social existente entre as áreas do Barreiro de Baixo e do Barreiro de Cima e que se integra nas

percepções do território de alguns dos pais entrevistados, influenciando suas escolhas escolares:

O Barreiro de Baixo acaba sendo um centro do Barreiro e o resto é periferia. Tanto que se você chamar o Barreiro de periferia os cara fica bravo com você, porque eles acham que são burgueses, acha que eles tão no centro. Lá é o centro do Barreiro. Porque é o centro comercial, é o centro financeiro. (Pai, “Família 15”).

De todo modo, as práticas de evitamento ou de aceitação das escolas do Barreiro de Cima adotadas por essas famílias podem ser consideradas como estratégias de superação das restrições que o local de moradia lhes impõe. Em outras palavras, esses pais procuram reduzir os efeitos que consideram potencialmente negativos do território em que vivem. Entretanto, não se pode perder de vista que essas estratégias dependem da posse de recursos sociais (contatos e conhecidos com trânsito no sistema escolar); culturais, (conhecimento mais amplo da oferta educacional); e também econômicos (contratação de um serviço de transporte escolar, custeio de passagens de transporte público etc.).

Determinar se essas decisões são escolarmente positivas a longo prazo exigira um estudo de caráter longitudinal. Considerando, entretanto, que as escolas localizadas no Barreiro de Baixo apresentam indicadores educacionais relativamente superiores, essas estratégias parecem se justificar objetivamente a curto prazo. Devido à grande concorrência entre as famílias por vagas das escolas do Barreiro de Baixo, obter uma vaga em alguma delas logo nos anos iniciais do ensino fundamental aumenta as chances de permanência nesse “circuito” escolar no futuro, tendo em vista as associações estabelecidas com as escolas que ofertam o ensino médio nessa área, assegurando vagas para os alunos que concluíram o ensino fundamental (como descrito no capítulo anterior).

5.2.2 – Semiperiferia e resignação ao destino escolar

Quadro 9B – Famílias do Barreiro de Cima

Família	Mãe		Pai		Território	
	Profissão	Escolaridade	Profissão	Escolaridade	Bairro	Rendimento médio em SM do Setor Censitário
16	Comerciante autônoma	Médio incompleto	Professor de línguas	Superior incompleto	Milionários	4.67
17	Operadora de telemarketing	Médio completo	Entregador autônomo /Aposentado	Médio completo	Milionários	4.48

Acompanhando a lógica de sociabilidade do conjunto de famílias anteriormente analisado, as famílias examinadas nesta seção também se caracterizam por uma relação aberta com a comunidade do entorno. A mãe da “Família 17” diz que sua família é muito próxima dos vizinhos e, em sua entrevista, lembra da festa de aniversário do filho mais velho (ocorrida poucos dias antes da entrevista) quando boa parte de sua vizinhança participou da comemoração. Ela acrescenta que o marido, por ter nascido na região, conhece muitas pessoas de outros bairros do Barreiro de Cima.

Apesar de, nas entrevistas, esses pais tecerem muitas críticas à qualidade das escolas públicas do Barreiro de Cima, nenhum deles evidenciou práticas de evitamento escolar, tendo aceitado as designações da lei de zoneamento de matrículas. Em grande medida, isso pode ser explicado por suas restrições econômicas e/ou de capital social.

A “Família 16” tem três filhas. A mais velha com 16 anos de idade cursava o 3º ano do ensino médio; a filha do meio, com 12 anos de idade, cursava o 6º ano do ensino fundamental; enquanto a filha mais nova, com 8 anos, frequentava o 2º ano da mesma etapa. No momento de matrícula de todas as três, a determinação do cadastro escolar foi obedecida. Entretanto, a filha mais velha, que estava prestes a concluir o ensino médio havia passado por uma experiência bastante curta na “Escola H” (estabelecimento privado de médio porte) no primeiro ano do ensino fundamental. Ela não permaneceu na rede privada, pois as despesas com a escola tornaram-se pesadas para a família que, naquele momento, passava por uma ruptura devido à separação dos pais. A mãe decidiu, então, transferi-la para a “Escola 11”. Ela expressou a vontade de que as filhas frequentassem o ensino privado, por considerá-lo mais exigente e rígido, o que seria impossível por causa do custo das mensalidades. Neste caso, pesou o número de filhos, pois segundo ela seria injusto colocar apenas uma das filhas na rede privada, enquanto as demais teriam que estudar na escola pública. De todo modo, ela justifica sua satisfação com o estabelecimento atual, acreditando que grande parte do desempenho escolar depende do aluno e não da escola.

Por outro lado, a mãe da “Família 17” aparentou estar bem menos satisfeita. Essa família tem dois filhos bem jovens: um com 10 e outro com 8 anos de idade que cursavam, respectivamente, o 5º e o 3º ano do ensino fundamental. Para essa família, a ausência dos recursos (econômicos e sociais) exigidos para conseguir uma vaga nos estabelecimentos do Barreiro de Baixo a impediu de considerar esse caminho. A mãe disse ter cogitado burlar o cadastro, para tentar matricular os filhos em algum

estabelecimento do Barreiro de Baixo. Todavia, ela desistiu dessa ideia em razão da distância geográfica, o que demandaria a contratação de transporte escolar. Além disso, isso exigiria muito esforço, porque não tem contatos ou conhecidos no Barreiro de Baixo que permitisse a ela solicitar algum comprovante de endereço. Apesar de se dizer satisfeita com a escola onde os filhos estudam, ela aparentou preocupação com o momento da transição das séries iniciais do ensino fundamental para o ensino médio, já que obteve a informações de vizinhos que a “Escola 10”, para onde seus filhos seriam direcionados após concluírem as séries iniciais do ensino fundamental, não seria tão boa, citando principalmente a ocorrência de problemas disciplinares do corpo discente.

O que diferencia essas famílias do grupo anterior é sobretudo a sobretudo a posse bem menor de recursos sociais, culturais e econômicos em relação aos pais que se mobilizaram. Ambas as mães entrevistadas declararam achar inferior a qualidade do ensino público e preferir a escola particular. Elas ainda apontaram algumas escolas do Barreiro de Baixo que ouvem dizer serem muito boas. Contudo, suas condições de existência impedem que se voltem para o ensino privado e, até mesmo, que se mobilizem para evitar a oferta escolar local que, basicamente, está restrita às escolas 10 e 11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise social de seu espaço, o Barreiro pode ser caracterizado como uma região que abriga uma população relativamente heterogênea e que possui uma centralidade territorial própria, com um eixo definido de segmentação socioespacial. Na área central do Barreiro de Baixo concentram-se os segmentos de classe média da região, enquanto as diferentes frações das camadas populares se distribuem nos demais espaços do território, como na própria sub-região do Barreiro de Cima. Como vimos, essa segmentação socioeconômica é acompanhada por uma distribuição desigual dos recursos urbanos e educacionais. O Barreiro de Baixo exhibe índices mais favoráveis em várias dimensões urbanas, como as condições habitacionais, ambientais e de serviço coletivos. O Barreiro de Cima, por sua vez, caracteriza-se por ser um espaço intermediário, enquanto os indicadores urbanos pioram nas áreas mais periféricas da região, como o Vale do Jatobá. A distribuição desses indicadores urbanos está associada à distribuição espacial das oportunidades educacionais, como atesta o maior número de opções escolares (públicas ou privadas) disponíveis no Barreiro de Baixo.

Os resultados desta pesquisa apontam para a influência das características sociais do território sobre as escolhas escolares e, de maneira mais ampla, sobre as desigualdades de escolarização. Entretanto, como observado no capítulo anterior, aqui também se corrobora as conclusões de outros estudos, a saber: o peso dos fatores associados ao território é relativamente menor em comparação com os efeitos das desigualdades de renda ou efeitos intrafamiliares (práticas e lógicas de escolarização). Quais as razões desse resultado?

Uma possível explicação seria a dificuldade de se dissociar os efeitos específicos do território daquelas das desigualdades sistemáticas de classe. Como observado por Bourdieu (2011), em seu texto dedicado aos “efeitos de lugar”, o espaço social tende a se expressar no espaço físico, isto é, as segmentações socioeconômicas inscritas no espaço urbano tendem a traduzir as clivagens de classe próprias da estrutura social.

Nesse sentido, acompanhando diversos outros autores que investigaram a influência de fatores sociais sobre as estratégias e escolhas escolares (Ball *et al.* 2006; Bell, 2005; Zucarelli & Cid, 2010), os resultados desta pesquisa demonstram que o fator que mais pesa nessas atitudes advém da posição social da família, traduzida em recursos como o capital econômico, escolar e social. Como se viu, as famílias pertencentes às categorias ocupacionais mais favorecidas voltaram-se principalmente para a escola

privada que goza de maior reputação no Barreiro. Em suas escolhas, elas partem de um leque mais restrito de opções escolares locais, pois excluem de antemão a escola pública, percebida como de baixa qualidade e como menos segura – apesar de não rejeitarem a as escolas da rede federal de ensino médio.

Por outro lado, a privação relativa de recursos econômicos e culturais das famílias que vivem nos bairros da área pericentral do Barreiro de Baixo e na sub-região do Barreiro de Cima condiciona suas escolhas e estratégias escolares. Com relação à primeira área, persiste a preferência por estabelecimentos de ensino particulares, contudo, somente alguns pais têm condições de custeá-la. Aqui, diferentemente dos pais que vivem no Barreiro de Baixo, a opção pela escola privada é marcada pela incerteza, pois o custo da mensalidade acarreta um grande sacrifício nas finanças familiares. Por essa razão, esses pais já passaram por experiências (curtas) em escolas públicas do Barreiro de Baixo e sabem que, caso futuramente a situação econômica o exija, podem ser obrigados a recorrerem novamente à rede de ensino público. Por outro lado, observou-se que algumas famílias, apesar do desejo de matricular seus filhos na rede particular, não conseguem arcar com a mensalidade, e matriculam os filhos em escolas públicas da região. Apesar da política de cadastramento escolar, esses pais interferiram no direcionamento das matrículas, procurando vagas nos estabelecimentos públicos que consideravam melhores. De todo modo, sua percepção da oferta de escolas públicas da área onde vivem é relativamente positiva, apesar de uma certa insatisfação com relação a aspectos como o nível de exigência do ensino ministrado e a segurança que oferecem aos alunos.

Situação distinta da observada nas entrevistas com as famílias que vivem no Barreiro de Cima. Para essas, a opção pela escola privada era inatingível no momento, apesar de, em dois casos, ter sido relatada uma curta passagem por colégios particulares da região. Ao mesmo tempo, existe uma percepção muito mais negativa das escolas públicas locais em comparação com as famílias que vivem no Barreiro de Baixo, principalmente daquelas escolas mais próximas de bairros e vilas mais periféricas do Barreiro. Neste caso, foram constatadas duas tendências: recusa do cadastro escolar, acompanhada, em geral, pela opção por escolas públicas do Barreiro de Baixo, vistas como mais bem equipadas e seguras; resignação à oferta escolar local. Nos dois casos, se observa o peso dos recursos econômicos e sociais. No primeiro caso, apesar da procura de vagas no Barreiro de Baixo estar relacionada a um maior grau de mobilização familiar, essa alternativa depende minimamente de uma melhor condição

financeira, pois a distância entre as duas áreas exige a contratação de um serviço de transporte escolar ou a posse de um automóvel (sendo mais frequente a primeira). Outro recurso importante é a rede de relações sociais das famílias. Para obter vaga nos estabelecimentos não designados pelo cadastro escolar, é crucial contar com algum conhecido que resida próximo à escola ou ainda com contatos no interior do sistema escolar. Nesse sentido, os pais que se conformam com a oferta escolar disponível no entorno de suas casas, distinguem-se pela incapacidade de custear um transporte escolar para bairros mais distantes, e por não possuírem relacionamentos sociais que facilitassem a obtenção de vaga nas escolas públicas do Barreiro de Baixo.

De todo modo, esses resultados não endossam a ideia de que o local não exerce influência alguma, apesar de seus efeitos serem mediados pelas condições econômicas e culturais das famílias. Assim, determinadas características sociais do território do Barreiro se revelaram significativas para a explicação das estratégias educativas das famílias.

A primeira e principal constatação acerca dos potenciais efeitos do território é a de que a diferenciação social do território do Barreiro, assim como as características e a distribuição de sua oferta (ou mercado) escolar desempenham um papel importante na configuração das estratégias, escolhas e preferências escolares dos pais ali residentes.

Apesar das condições socioeconômicas mais favoráveis das famílias que vivem no Barreiro de Baixo explicarem, em grande medida, suas atitudes escolares, o exemplo de transição da “Família 4”, que saiu de um bairro escolarmente menos equipado de Contagem para um bairro mais privilegiado do Barreiro, demonstra a importância que o espaço ou o local de moradia assume no planejamento e na vida das famílias. Com efeito, o desenvolvimento urbano e econômico local é uma condição determinante para a transformação de vantagens econômicas e culturais em vantagens de localização.

Nesse sentido, a diferenciação social e urbana existente no Barreiro e a distribuição desigual das oportunidades educacionais desse território, são subjacentes às estratégias de evitamento escolar adotadas por alguns dos pais entrevistados que vivem no Barreiro de Cima. A expectativa desses pais ao procurar vaga em estabelecimentos de ensino da área vizinha, é a de oferecer, aos filhos, um clima mais seguro, disciplinado e exigente em matéria de ensino, acompanhando o nível socioeconômico mais elevado da população que vive na área do Barreiro de Baixo. Trata-se de uma atitude semelhante àquela constatada entre os pais de uma comunidade carente, entrevistados por Zucarelli & Cid (2010) que a denominam como “fuga de lugar”. A

escassez de opções escolares também incentiva a promoção dessas estratégias. Existem poucas escolas particulares locais, o que distancia ainda mais o recurso a essa rede, já que esse mercado está concentrado no Barreiro de Baixo. Outra limitação é a baixa quantidade de vagas de ensino médio nos estabelecimentos públicos. Além de percebidas como menos qualificadas, as opções escolares locais nesse nível de ensino disponíveis no Barreiro de Cima são percebidas como muito inseguras.

No que tange aos efeitos resultantes da socialização coletiva, analisados a partir das lógicas de sociabilidade das famílias com a vizinhança, as famílias de classe média entrevistadas se caracterizam por uma relação mais restrita com sua vizinhança, interagindo muito pouco com os vizinhos e dependendo menos dos contatos sociais do entorno em suas preferências escolares. Já as famílias que viviam nas áreas pericentral do Barreiro de Baixo e na sub-região do Barreiro de Cima estabelecem uma relação mais aberta com a comunidade local, principalmente aquelas que vivem nos conjuntos habitacionais. Desse modo, esses resultados apontam para uma conclusão mais abrangente relativa à maneira como os indivíduos e grupos se relacionam ou se apropriam do território de acordo com as suas condições de vida.

Sabe-se que os segmentos médios e superiores da sociedade detêm, em maior medida, a capacidade de controlar (ou neutralizar) com mais eficácia os possíveis efeitos da vizinhança em que vivem. O efeito do território para estes grupos é, portanto, de outra natureza. Suas vantagens estão ligadas àquilo que Bourdieu denominou como “ganhos de localização”, referentes à posse de um endereço prestigioso, como também à capacidade, auxiliada pela segmentação do mercado imobiliário, de afastar os “outros indesejáveis” de sua vizinhança.

Os estratos sociais subalternos, por sua vez, mantêm uma relação de caráter duplo com o local em que vivem: se por um lado a relação mais aberta com a vizinhança pode ensejar o acesso a oportunidades e auxílios de que necessitam por outro, essa lógica resulta em menor controle sobre eventuais efeitos negativos sobre a trajetória escolar dos jovens – principalmente nas áreas urbanas com alta concentração de vulnerabilidade social. Espera-se que estudos futuros dedicados a investigar o impacto do território, partindo principalmente de modelos de socialização coletiva, tragam resultados interessantes sobre essa questão, comparando diferentes configurações de periferias urbanas, com o fim de aprimorar o conhecimento das variáveis relativas ao território que têm efeitos sobre as condições de vida dos moradores de espaços urbanos socialmente vulneráveis.

Finalmente, cabem algumas considerações a respeito da situação do quase-mercado de escolas públicas e sua relação com a desigualdade socioespacial no Barreiro. As estratégias de evitamento escolar desenvolvidas por alguns dos pais entrevistados são motivadas pela reputação negativa atribuída coletivamente aos estabelecimentos do Barreiro de Cima, principalmente em relação ao ensino médio. Essa situação pode estar relacionada a alguns dos mecanismos apontados por Érnica & Batista (2011), a partir da pesquisa realizada pelo CENPEC, cujo objetivo era o de investigar os efeitos da vulnerabilidade social sobre a qualidade das escolas públicas. No interior do quadro escolar do Barreiro, em razão da localização em uma área socialmente menos favorecida e por funcionar sob um nível de complexidade escolar mais elevado, as escolas do Barreiro de Cima estão em desvantagem na “competição” por profissionais mais qualificados e por famílias escolarmente mais favorecidas, isolando ainda mais essas escolas e dificultando seu trabalho pedagógico. Apesar de escapar ao espaço pesquisado por esse trabalho, é possível cogitar que tal situação seja ainda agravada no caso dos estabelecimentos localizados nas áreas mais periféricas e socialmente vulnerabilizadas do Barreiro.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Tito Flavio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006, 443p. Tese. UFMG.

ALVES, L. BATISTA, A.A.G. ÉRNICA, M. Processos velados de seleção e evitação de alunos em escolas públicas. *Informe de Pesquisa*. CENPEC, n. 7, Out. 2012.

ALVES, L. BATISTA, A.A.G. RIBEIRO, V.M. ÉRNICA, M. Seleção velada em escolas públicas: práticas, processos e princípios geradores. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n.1, p. 137-152, jan./mar. 2015.

ALVES, F. JUNIOR, F.C.J.F. RIBEIRO, L.C.Q. Segregação residencial e desigualdade escolar no Rio de Janeiro. In: *A cidade contra a escola?* Rio de Janeiro: Letra capital, 2008. p.91-118.

ALVES, F.; LANGE, W.; BONAMINO, A. A geografia objetiva de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L.C.Q. et al. (Org.). *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 67-89.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.

ALVEZ-MAZZOTI, A. J. GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo, Thomson, 2002.

AINSWORTH, J.W. Why does it take a village? The mediation of Neighborhood Effects on educational achievement. *Social Forces*, Set, 81(1):117-152. 2002.

APCBH. *História de bairros de Belo Horizonte: Regional Barreiro*. Belo Horizonte, ACAP-BH. 2008.

BARTHON, Catherine. MONFROY, Brigitte. Sociospatial schooling practices: a spatial capital approach, *Educational Research and Evaluation: An International Journal on Theory and Practice*, 16:2, 177-196. 2010.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de. *Família, escola, território vulnerável*. São Paulo, CENPEC, 2013.

BALL, Stephen J. Education Markets, Choice and Social Class: The Market as a Class Strategy in the UK and the USA. *British Journal of Sociology of Education*, Vol. 14, No. 1, pp. 3-19. 1993.

BALL, Stephen J. BOWE, Richard. GEWIRTZ, Sharon. School choice, social class and distinction: the realization of social advantage in education, *Journal of Education Policy*. 11:1, 89-112. 2006.

BELL, Courtney A. All choices created equal? The role of choice sets in the selection of schools. *Peabody journal of education*, 84: 191–208, 2005.

BEN AYED, C. As desigualdades socioespaciais de acesso aos saberes: uma perspectiva de renovação da sociologia das desigualdades escolares? *Educ. Soc.*, v.33, n.120, p. 783-803, jul.-set. 2012.

_____. *Le nouvel ordre éducatif local – Mixité, disparité, luttes locales*. Paris, Presses Universitaires de France, 2009.

BEN AYED, C. BROCCOLICHI, S. Les inégalités sociospatiales d'accès aux savoirs. In: DURU-BELLAT, M. VAN ZANTEN, A. Sociologie du système éducatif – Les inégalités scolaires. Paris, Presses Universitaires de France, 2009.

BOGUTCHI, Tânia. RIGOTTI, José Irineu Rangel. Rendimento escolar e desigualdades socioespaciais na RMBH. In: ANDRADE, Luciana Teixeira. MENDONÇA, Jupira Gomes de. DINIZ, Alexandre Magno Alves. In: ANDRADE, Luciana Teixeira. MENDONÇA, Jupira Gomes de. DINIZ, Alexandre Magno Alves. *Belo Horizonte: transformações da ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2015. p. 294-324.

BONAMINO, A. ALVES, F. FRANCO, C. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

BOURDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 1998.

_____. O mercado da casa. In: BOURDIEU, P. *As estruturas sociais da economia*. Porto, Campo das Letras. 2006. p. 31-109.

_____. O efeito de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2003.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo, Paz e Terra, 2009.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, S95-S120, 1988.

COSTA, M. Prestígio e hierarquia escolar: estudo de caso sobre diferenças entre escolas em uma rede municipal. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

COSTA, Marcio da. KOSLINSKI, Mariane. Escolha, estratégia e competição por escolas públicas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 195-213, maio/ago. 2012.

_____. Quase-mercado oculto: disputa por escolas “comuns” no Rio de Janeiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 142, p. 246-266, jan./abr. 2011.

_____. Escolha, estratégia e competição por escolas públicas. Pensando a ecologia do quase mercado escolar. *Anais da 33ª Reunião Anual da ANPOCS*, 2009.

DIAS, Patrícia Regina Corrêa. *As personas juvenis e os rituais na escola: um estudo em duas escolas da rede agostiniana*. Dissertação, 2009. 157p. PUC-Minas.

ELLEN, I.G. TURNER, M.A. Does neighborhood matters? Assessing recent evidence. *Housing Policy Debate*, Volume 8, Issue 4, 833-866. 1997.

ÉRNICA, Maurício; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A escola, a metrópole, a vizinhança vulnerável. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 640-666, maio/ago. 2012.

ÉRNICA, M. BATISTA, A.G. Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole: um caso na periferia de São Paulo. *Informe de Pesquisa*. CENPEC, n. 3, Nov. 2011.

ÉRNICA, Maurício. Desigualdades educacionais no espaço urbano: o caso de Teresina. *Informe de pesquisa*. CENPEC, n.5. Out. 2012.

FELIPE, L. H. L. “Mercado escolar”: contornos de um debate no campo educacional. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. 2009. Disponível em: <www.anpocs.org.br>.

FILHO, João Bosco Moura Tonucci. MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. OLIVEIRA, André Mourthé de. SILVA, Harley. Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas In: ANDRADE, Luciana Teixeira. MENDONÇA, Jupira Gomes de. DINIZ, Alexandre Magno Alves. *Belo Horizonte: transformações da ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2015. p. 49-87.

FJP. *Relatório final: Gestão do espaço metropolitano: homogeneidade e desigualdade na RMBH*. Belo Horizonte, 2007.

FLICK, U. Entrevistas semi-estruturadas. In: _____. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, Bookman, 2004.

GALSTER, George C. KILLEN, Sean, P. The geography of metropolitan opportunity: A reconnaissance and conceptual framework. *Housing Policy Debate*. Vol. 6, I. 1. 1995.

GARNER, C.L. RAUDENBUSH, S.W. Neighborhood effects on educational attainment: a multilevel analysis. *Sociology of education*, Vol. 64, n.3, Out. 1991.

GORDON, I. MONASTIRIOTIS, V. Education, location, education: A spatial analysis of english secondary school public examination results. *Urban Studies*, Vol. 44, No.7, 1203-1228, Jun. 2007.

HEREDIA, Paula Hernandez. Carências habitacionais e rendimento escolar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Emetropolis*, n.16, ano 5. Mar. 2014

KAZTMAN, Ruben. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de la Cepal*. N. 75. Dec. 2001.

KOSLINSKI, M. C. ALVES, F. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca. *Educ. Soc.*, Campinas, v.33, n. 120, p. 805-831, jul.-set. 2012.

LAREAU, A. A desigualdade invisível: o papel da classe social na criação dos filhos em famílias negras e brancas. *Educação em revista*, Belo Horizonte, n. 46, p. 13-82, dez. 2007.

LEVENTHAL, T. BROOKS-GUNN, J. The neighborhoods they live in: the effects of neighborhood residence on child and adolescent outcomes. *Psychological Bulletin*, Vol. 126, No.2, 309-337. 2000.

MALOUTAS, T. Efeitos de vizinhança e desempenhos escolares. In: VAN ZANTEN, Agnès (Org.). *Dicionário de educação*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MEDEIROS, Jonas. JANUÁRIO, Adriano. A nova classe trabalhadora e a expansão da escola privada nas periferias da cidade de São Paulo. 38º Encontro Anual da Anpocs. 2014.

MENDONÇA, Jupira Gomes de; ANDRADE, Luciana Teixeira; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Mudanças e permanências na estrutura socioeconômica e territorial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ANDRADE, Luciana Teixeira. MENDONÇA, Jupira Gomes de. DINIZ, Alexandre Magno Alves. *Belo Horizonte: transformações da ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2015. p. 15-32.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. MARINHO, Marco Antônio Couto. As transformações socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte In: ANDRADE, Luciana Teixeira.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. DINIZ, Alexandre Magno Alves. *Belo Horizonte: transformações da ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2015. p. 145-177.

NAZÁRIO, Rejane de Oliveira. O índice de bem-estar urbano e a desigualdade das condições de vida da população urbana da RMBH. In: ANDRADE, Luciana Teixeira. MENDONÇA, Jupira Gomes de. DINIZ, Alexandre Magno Alves. *Belo Horizonte: transformações da ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2015. p. 325-358.

NOGUEIRA, M.A. A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias: a ação discreta da riqueza cultural. *Revista Brasileira de Educação*. n. 7. Pp.42-56. 1998

NOGUEIRA, Maria Alice. No fio da navalha - A (nova) classe média brasileira e sua opção pela escola particular. In: ROMANELLI, G; NOGUEIRA, M.A.; ZAGO, N. (Org.). *Família & escola - Novas perspectivas de análise*. 1ed.Petropolis: Vozes, v. 1, p. 109-130. 2013.

OBERTI, M. Differentiation sociale et scolaire du territoire : inegalites et configurations locales. *Sociétés contemporaines*, no 59-60, p. 13-42. 2005.

OBERTI, M. Segregação escolar e urbana. In: VAN ZANTEN, A (coord.). *Dicionário de educação*, Petrópolis, Vozes, 2011.

ORFIELD, G. GANDÁRA, P. Housing, school segregation and intergenerational inequality in the United States. Policy Brief. 2009.

OTTEBJER, L. Bourdieu, Coleman and Putnam on Social Capital: Applications in literature and implications for public policy and practice. *Report series of Master Thesis in Public Health*, Karolinka Institutet, 2005.

PUTNAM, R. *Social capital: Measurement and Consequences*. Canadian Journal of Policy Research [Internet].p. 41-51, 2001;2. Disponível em: <http://www.visionaryvalues.com/wiki/images/Putnam_SocialCapital.pdf>. Acessado em: 09/09/2013.

RESENDE, Tânia de Freitas. NOGUEIRA Cláudio Marques. M. NOGUEIRA, Maria Alice. Escolha do estabelecimento de ensino e perfis familiares: uma faceta a mais das desigualdades escolares. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 117, p. 953-970, out./dez. 2011.

RIBEIRO, L.C.Q. KOSLINSKI, M.C. A cidade contra a escola: o caso do município do Rio de Janeiro. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 4, n. 8, p. 221-233, ago./dez. 2009.

_____. A metropolização da questão social e as desigualdades de oportunidades educacionais no Brasil. In: RIBEIRO et al (orgs.). *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2010.

_____. Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais. *Revista Eure*, Vol. XXXV, Nº 106, pp. 101-129, diciembre, 2009.

RIBEIRO, L.C.Q. RIBEIRO, M.G. (Org.) *Ibeu: índice de bem-estar urbano*. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2013.

ROTHWELL, Jonathan T. MASSEY, Douglas S. Geographic effects on intergenerational mobility. *Economic geography*, 91(1):83-106. 2014.

SALATA, A.R. SANT'ANNA, M.J.G. Entre o mercado de trabalho e a escola: os jovens do Rio de Janeiro. *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2010.

SAMPSON, R.J. MORENOFF, J.D. GANNON-ROWLEY, T. Assessing “neighborhood effects”: Social processes and new directions in research. *Annu. Rev. Sociol.* 28:443-78, 2002.

SANT'ANNA, M.J.G. O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança. In: Carneiro, S. M. S. e Sant'Anna, M.J.G. (orgs.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Oct. 2005.

VAN ZANTEN, Agnès. A escolha dos outros: julgamentos, estratégias e segregações escolares. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 409-434, dez. 2010.

_____. Efeitos da concorrência sobre as atividades dos estabelecimentos escolares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 565-593, set./dez. 2005.

_____. Competitive arenas and schools' logics of action: a European comparison. *Compare*. 1-13. 2008.

_____. New modes of reproducing social inequality in education: the changing role of parents, teachers, schools and educational policies. *European Education Research Journal*, Vol. 4, N. 3, 2005b.

WILSON, William Julius. Another look at the Truly Disadvantaged. *Political Science Quarterly*, Vol. 106, No. 4, pp. 639-656. 1991-1992.

_____. Urban Poverty. *Annual review of sociology*, Vol. 11. p.231-258. 1985.

VELEDA, Cecilia. Efectos segregatorios de la oferta educativa – El caso del Conurbano Bonaerense. *Documento de trabajo*. N. 5. Ago. 2005.

YAIR, Gad. School organization and market ecology: a realist sociological look at the infrastructure of school choice. *British Journal of Sociology of Education*, v. 17, n. 4, p. 453-471, 1996.

ZUCCARELLI, Carolina. CID, Gabriel. Oportunidades educacionais e escolhas familiares no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO et al (orgs.). *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2010.

ANEXOS

Anexo A

Roteiro de entrevista das famílias

Nome do respondente(s):
Data:
Escola do(as) filho(as):
Bairro da residência:
Informações do(as) aluno(as) (idade, nível e escola):

Bloco 1 - Contextualização das condições de existência da família

Idade, ocupação e instrução do entrevistado e de outros integrantes da família (quando for o caso).	
Histórico de ocupações.	
Detalhes sobre a instrução (sistema, histórico).	

Bloco 2 – Atitudes e estratégias educativas

Qual a sua avaliação do desempenho de seu(suas) filho(as)?	
Verifica os cadernos, deveres e boletins?	

<p>Conversa sobre o desempenho e o futuro escolar?</p>	
<p>Por quais escolas o(as) filho(as) já passou até hoje?</p>	
<p>Por que decidiram matriculá-lo(as) na escola atual? Quais critérios? Distância, qualidade, cadastro.</p> <p>Caso pública, definida pelo cadastro ou o burlou? Caso a última, como e por quê?</p> <p>Se privada, como e por que escolheram?</p> <p>Qual sua avaliação atual do estabelecimento (ensino, estrutura, alunos, localização)?</p> <p>Futuramente, pretendem mudar o filho(as) de escola? Quais e quais razões?</p>	
<p>Conhece alguma das escolas citadas?</p> <p>Quais as melhores escolas do Barreiro em sua opinião?</p>	

Bloco 3 – Relação com o território

<p>Situação da moradia: alugada, financiada ou própria?</p> <p>Há quanto tempo vivem no Barreiro?</p> <p>Caso tenham vindo de outro bairro ou cidade, quais as razões da transição?</p> <p>Comparações entre os bairros/regiões em que viveu, considerando: comércio, infraestrutura, segurança, mobilidade, oferta escola.</p> <p>Existem planos para se mudarem futuramente? Caso sim, por quê? E qual destino?</p> <p>Para você, quais os melhores bairros ou regiões da capital?</p>	
<p>O que acham do bairro? O que falta nele? Considerando, hospitais, infraestrutura, oferta escolar, mobilidade.</p> <p>Percepção sobre segurança.</p> <p>Vocês fazem alguma atividade livre no entorno?</p>	
<p>Você tem religião, caso sim, qual?</p>	

<p>Frequenta alguma Igreja no Barreiro?</p> <p>Quais contatos você estabelece rotineiramente?</p>	
<p>Como é sua relação com os vizinhos? Próxima, distante?</p> <p>Você poderia solicitar ajuda ou eles solicitarem?</p> <p>Qual o seu grau de confiança em seus vizinhos?</p> <p>Seus vizinhos têm preferência por matricularem os filhos em alguma escola específica?</p>	

Anexo B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO /DIREÇÃO ESCOLAR	<i>Coleta Presencial de Dados (Durante a visita)</i>
---	--

Para que seja possível termos uma visão mais detalhada da estruturação da Instituição.

DADOS GERAIS DA ENTREVISTA COM COORDENADOR/DIRETOR		
Tipo de Administração:		
Instituição:		
Nome do Coordenador/Diretor entrevistado:		
Níveis de Ensino que Coordena:		
Há quanto tempo atua na Instituição / Há quanto tempo nesta função:		
Atua em outra função na Instituição?	Qual:	Há quanto tempo:
Há quanto tempo atua na educação:		
Data da Entrevista: ___/___/___ Início da Entrevista: _____ Término: _____		

Estrutura de oferta de curso	<ol style="list-style-type: none"> 1. A instituição atua há quantos anos no município? 2. Quais os níveis de ensino sendo ofertados? 3. Esta instituição oferta também cursos não regulares?
------------------------------	---

	<p>4. Funciona em sede própria, cedida, alugada ou compartilhada? Em caso de espaço cedido ou compartilhado, como funciona isso? (Em parceria com prefeitura, dentro de uma escola ativa ou desativada... Explorar.)</p> <p>5. Qual a importância da instituição na região?</p> <p>6. Qual o diferencial da instituição em comparação com as outras escolas do bairro/região?</p>
Projeto Pedagógico	<p>7. Como é/foi elaborado o projeto pedagógico da escola? Quem participa (diretoria, professores, pedagogos, famílias, comunidade atendida)?</p> <p>8. São trabalhadas disciplinas complementares nos cursos regulares? Quais?</p> <p>9. Existe oferta de atividades extras e opcionais aos alunos fora do horário de aula? São abertas à comunidade?</p> <p>10. Quais são as alternativas que a escola propõe para lidar com alunos com dificuldades de acompanhar a turma ou/e nota insuficiente?</p>
Material e recursos didáticos	<p>11. Como é feita a definição do material didático utilizado pela escola?</p> <p>12. Como é feita a definição dos recursos didáticos?</p> <p>13. Você considera que os recursos disponíveis são em quantidade e qualidade para a execução dos trabalhos?</p>
Matrículas	<p>14. De que forma são feitas as matrículas da escola? Os novos alunos têm de passar por algum tipo de seleção?</p> <p>15. Se sim, quais são os critérios de seleção dos alunos?</p>
Sobre o aluno	<p>16. Você identifica algum problema ou dificuldade que os alunos da escola têm em acompanhar as aulas regularmente? (transporte, acompanhamento de conteúdo, família não coopera, econômico, etc)</p> <p>17. Isso tem tido implicações significativas sobre a evasão e a conclusão das etapas de ensino? Ou há outros fatores que impactam? Quais?</p> <p>18. Vocês recebem alunos de outras instituições? Com que frequência?</p>
Relações Escolares	<p>19. A escola mantém algum tipo de relação formal ou informal com outro estabelecimento de ensino?</p> <p>20. Como vocês enxergam as inter-relações entre as escolas da região / bairro? Há competição por alunos?</p>

Ponderações sobre a entrevista:

(Aspectos da realização da entrevista, impressões do entrevistador.)